

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
UNIJUÍ

LIANE MELZ

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS RURAIS: UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE (SC).**

IJUÍ – RS
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LIANE MELZ

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS RURAIS:UM ESTUDO
DE CASO NO MUNICÍPIO DE IPORÁ DO OESTE (SC).**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento - Linha de pesquisa: Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável da UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra: Sandra V. Fernandes

Ijuí - RS
2009

UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento – Mestrado

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO EM MUNICÍPIOS RURAIS: UM
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE (SC)**

elaborada por

LIANE MELZ

como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Desenvolvimento

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sandra Beatriz Vicenci Fernandes (UNIJUÍ): _____

Prof. Dr. Leonardo Melgarejo (INCRA): _____

Prof. Dr. Arlindo Jesus Prestes de Lima (UNIJUÍ): _____

Ijuí (RS), 03 de abril de 2009.

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista como gratidão aos meus pais e a meu noivo Ivan, pelo amor, carinho, compreensão, companheirismo e estímulo que sempre me ofereceram durante esta etapa importante da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A professora orientadora Sandra V. Fernandes, pelo apoio, atenção e pelas contribuições feitas ao trabalho.

Aos professores e colegas do mestrado, pela amizade e companheirismo construído durante o curso.

A prefeitura de Iporã do Oeste e em especial a todos os agricultores que através de entrevistas disponibilizaram as informações necessárias para a realização desse estudo.

Aos colaboradores Cristiane de Conti, prof. Arlindo Prestes de Lima e aos alunos do curso de Agronomia, pela contribuição na execução do trabalho de campo.

Agradeço também a minha família, em especial aos meus pais, pelo carinho incentivo e ao meu noivo Ivan Wendenburg, pela compreensão, respeito e encorajamento durante o processo de realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente estudo se propôs a compreender a dinâmica da agricultura do município de Iporã do Oeste - SC, visando elaborar linhas estratégicas de desenvolvimento rural que considerem a diversidade das unidades de produção, porém priorizando os tipos com maior dificuldade de reprodução social, integrantes das comunidades menos capitalizadas. Para tanto, foi utilizada a metodologia proposta pela Análise-Diagnóstico de Sistemas. Foram identificadas quatro zonas agroecológicas distintas e identificados 11 tipos de agricultores familiares, que se diferenciam pelo sistema de produção adotado entre outros aspectos. A análise técnico-econômica permitiu identificar a presença de agricultores bem sucedidos, com sistemas de produção com resultados técnicos e econômicos elevados, outros que conseguem se reproduzir socialmente, mas com algumas dificuldades devido à baixa intensidade dos sistemas produtivos, gerando um baixo valor agregado por unidade de área, e ainda, aqueles que não conseguem se reproduzir socialmente, principalmente devido à insuficiente superfície agrícola útil disponível, tendo por conseqüência uma dinâmica de desenvolvimento da agricultura que determina uma acumulação de capital desigual entre os diferentes tipos de agricultores. Foram propostas linhas estratégicas de desenvolvimento rural, priorizando os tipos de agricultores em processo de descapitalização e em situação de estagnação, uma vez que se encontram situados abaixo ou próximos do nível de reprodução social. Para os agricultores que conseguem atingir o nível de reprodução social, mas com dificuldades, pela baixa intensidade do sistema de produção adotado, entende-se que seria preciso investir em projetos de conversão e intensificação dos seus sistemas de produção, aumentando o valor agregado por unidade de área, melhorando assim, a renda agrícola. Já para os tipos que estão em processo de descapitalização, além das medidas de reconversão e intensificação também são necessárias estratégias de maior disponibilização de acesso a terra e ao capital para garantir sua reprodução social, proporcionando assim, reais condições para a sua manutenção na atividade agropecuária. Para um desenvolvimento local mais equitativo é preciso também investir em estratégias de fomento à pequenas cooperativas e agroindústrias locais, além de criar um Conselho de Desenvolvimento Municipal atuante, oportunizando a participação efetiva dos atores locais no processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: desenvolvimento rural, sistemas agrários, sistemas de produção, estratégias de desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The present study if propose to understand the dynamics from the agriculture from the municipality Iporã do Oeste – SC, aiming to draw strategic lines from rural development who consider the diversity from the production units, hourver prioriting the types with biggest difficulty of social reproduction, integrates from community least capitalists. For that, was used an proposal methodology for the Analysis-System Diagnosis. Were identify four distinctions agroecological spaces and identify 11 types of family farmers, who if difference about the production system adopted between other aspects. The analysis technical – economical allowed to identify the presence of farmers good happened, with production systems with technical and economical high results, another who get to reproduce socially, but with some difficults due to fall intensity from the productives systems, generating an fall value increase by area unit, and still, those who not achieve to reproduce socially principally due to insufficient surface agricultural useful available, having by consequence an agriculture development dynamic who determine an capital accumulation unfair between the different types of farmers. Were suggestions some strategical lines of rural development, prioriting the types of farmers in uncapitalistion process and in stagnation situation, once who run into situated down or next the social reproduction level. For the farmers who get to reach the social reproduction level, but with difficults, for the fall intensity of the production system adopt, if understand who were need to invest in projects of reconversion and intensifier from your production systems, rising the value increase by area unit, so improving, the agricultural income. Already for the types who were in uncapitalistion process, over there from the reconversion measures and intensifier two were need strategies of most offers of access to land and as the capital for to guarantee your social reproduction, so promoting, real conditions for your maintenance in the agriculture activity. For an local development more equivalent is need too to invest in strategies of futher for smalls cooperatives and agroindustries locals, over there of create an Council of Development Municipal act, chancing an permanent participation from local actors in the development process.

Word – kyes: Rural development. Agrarian systems. Production systems. Strategical of rural development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Evolução da população de Iporã do Oeste – SC de 1990 à 2008.....	45
Figura 2: Aumento da produção de aves entre os anos de 1996 à 2006 do município de Iporã do Oeste – SC.....	54
Figura 3: Aumento da produção de suínos entre os anos de 1996 a 2006 do município de Iporã do Oeste - SC.....	54
Figura 4: Aumento no número de vacas ordenhadas entre os anos de 1996 a 2006 do município de Iporã do Oeste - SC.....	54
Figura 5: Microrregiões Geográficas do Município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	57
Figura 6: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F1 (MI- Milho) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	65
Figura 7: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F2 (MI- Milho/leite menor escala) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	67
Figura 8: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F3 (MI- Milho/leite maior escala) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	69
Figura 9: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F4 (TA- Fumo/Leite) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	72
Figura 10: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F5 (TA- Fumo/Milho /Leite Extensivo) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	74
Figura 11: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F6 (TA- Fumo/Milho) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	75
Figura 12: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F7 (TA- Suíno/Leite/Milho) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	78
Figura 13: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F8 (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	80
Figura 14: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F9 (MI- Leite/Suíno) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	82
Figura 15: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F10 (TA- Aves/Leite) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	84
Figura 16: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F11 (MI- Aves/Grãos) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	86

Figura 17: Reprodução Social dos Tipos de Agricultores com Tração Animal (TA) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....90

Figura 18: Reprodução Social dos Tipos de Agricultores com Mecanização Incompleta (MI) de Iporã do Oeste – SC, 2008.....91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Fundiária e Distribuição das Terras em Iporã do Oeste – SC, 2008.....47

Quadro 2: Síntese da História Agrária do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....48

Quadro 3: Potencial de contribuição marginal do Valor Agregado Bruto por hectare (VAB/ha) dos sistemas de produção e criação do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....96

Quadro 4: Características organizacionais dos empreendimentos patronais e familiares.....99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição da Renda Agrícola do Tipo F1 (MI- Milho) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	65
Tabela 2: Composição da Renda Agrícola do Tipo F2 (MI- Milho/Leite menor escala) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	67
Tabela 3: Composição da Renda Agrícola do Tipo F3 (MI- Milho/ leite maior escala) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	69
Tabela 4: Composição da Renda Agrícola do Tipo F4 (TA- Fumo/Leite) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	71
Tabela 5: Composição da Renda Agrícola do Tipo F5 (TA- Fumo/Milho /Leite Extensivo) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	73
Tabela 6: Composição da Renda Agrícola do Tipo F6 (TA- Fumo/Milho) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	75
Tabela 7: Composição da Renda Agrícola do Tipo F7 (TA- Suíno/Leite/Milho) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	77
Tabela 8: Composição da Renda Agrícola do Tipo F8 (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	79
Tabela 9: Composição da Renda Agrícola do Tipo F9 (MI- Leite/Suíno) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	81
Tabela 10: Composição da Renda Agrícola do Tipo F10 (TA- Aves/Leite) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	83
Tabela 11: Composição da Renda Agrícola do Tipo F11 (MI- Aves/Grãos) do município de Iporã do Oeste – SC, 2008.....	85
Tabela 12: Sistemas de produção e reprodução social dos tipos de agricultores do município de Iporã do Oeste, 2008.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS

ADSA – Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários

a – Contribuição marginal da renda

b – Gastos não proporcionais

CI – Consumo Intermediário

Cp – Custos proporcionais

Cnp – Custos não proporcionais

D – Depreciação

DVA – Distribuição do Valor Agregado

GNP – Gastos não proporcionais

ha – Hectare

I – Impostos

J – Juros

kg - Quilogramas

L - Litros

MB – Margem Bruta

NRS – Nível de Reprodução Social

PB – Produto Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PW – Produtividade do Trabalho

RA – Renda Agrícola

RW – Remuneração do Trabalho

S - Salários

SAU – Superfície Agrícola Útil

SAU min/UTf – Superfície Agrícola Útil Mínima por Unidade de Trabalho Familiar

T – Arrendamentos pagos aos proprietários das terras

TA – Tração animal

TM – Tração Mecanizada

TMC – Tração Mecanizada Completa

TS – Tração Simples

UT – Unidade de Trabalho

UTf – Unidade de Trabalho Familiar

VA – Valor Agregado

VAB – Valor Agregado Bruto

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

CMMA – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
1.1 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE.....	18
1.2 DESENVOLVIMENTO NA ÓTICA DA COMPLEXIDADE E DA LIBERDADE.....	21
1.3 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: ENFOQUE LOCAL.....	25
2 MATERIAL E MÉTODOS	32
2.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA DE SISTEMAS AGRÁRIOS.....	32
2.2 ANÁLISE DE SISTEMAS AGRÁRIOS: PRINCÍPIOS E MÉTODO.....	34
2.2.1 Área de Estudo	35
2.2.2 Resgate histórico da evolução da estrutura agrária do município: documentos e entrevistas com interlocutores da região	36
2.2.3 Leitura da paisagem e descrição fisiográfica da região	37
2.2.4 Estudo da agricultura local e definição preliminar de tipos.....	37
2.2.5 Caracterização socioeconômica dos tipos	39
2.2.6 Linhas estratégicas e projetos de desenvolvimento rural	42
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
3.1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS FÍSICOS	44
3.2 EVOLUÇÃO E DEFERENCIAÇÃO DA AGRICULTURA.....	47
3.3 ANÁLISE DA PAISAGEM E DESCRIÇÃO FISIAGRÁFICA DA REGIÃO.....	54
3.4 CATEGORIAS SOCIAIS DE AGRICULTORES E SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE IPORÃ DO OESTE, SC.....	59
5 LINHAS ESTRATÉGICAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	97
5.1 A PERSPECTIVA DO “NOVO RURAL OU RURAL NÃO AGRÍCOLA”.....	97
5.2 AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL.....	98
5.3 AS CONVERGENCIAS E DIVERGENCIAS ENTRE O RURAL NÃO AGRÍCOLA E A AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	100
5.4 INTERVENÇÃO DE ESTRATÉGIAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	118

INTRODUÇÃO

Atualmente, diante das dificuldades encontradas em conceber linhas estratégicas de desenvolvimento rural que possam ir ao encontro dos anseios da sociedade na qual se pretende intervir, faz-se necessário um estudo de compreensão da dinâmica agrária local/regional, para assim identificar as principais potencialidades a serem exploradas, fomentando assim, o desenvolvimento rural sustentável.

Diante dessa problemática, recentemente os estudos de análise-diagnóstico de sistemas agrários têm ganhado destaque no Rio Grande do Sul, no enfrentamento das dificuldades em conceber e implementar ações eficazes na promoção do desenvolvimento rural, diferentemente do estado de Santa Catarina, onde ainda não se tem conhecimento de estudos dessa natureza.

Segundo Dufumier (2007) esta abordagem tem o desafio de gerar um conhecimento científico prévio das realidades agrárias nas quais se pretende intervir. Depreende-se, portanto, que para entender a diversidade e a dinâmica da agricultura de uma dada região, requer-se o conhecimento da sua evolução histórica e diferenciação geográfica.

O município de Iporã do Oeste, SC, como vários outros da região, passou por várias transformações na sua trajetória de evolução, que determinaram o atual estágio de desenvolvimento da agricultura local. Contudo, essas transformações repercutiram de forma diferenciada sobre cada unidade de produção, caracterizando a diversidade tipológica de agricultores existente atualmente. Estudos exploratórios mostram que as unidades de produção que tiveram maior dificuldade de adaptação às essas transformações, estão localizadas em regiões com características fisiográficas inerentes a sua tipologia, ou seja, existem algumas regiões menos capitalizadas, constituídas por agricultores com maior dificuldade de reprodução social, e outras, mais capitalizadas, caracterizadas pelas unidades de produção com melhores resultados econômicos.

Diante da problemática da constatação de um desenvolvimento desigual no setor agrícola do município, entende-se que é necessária uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, para analisar e explicar as reais causas dessa desigualdade social existente. Partindo-se desse estudo, objetiva-se conceber linhas estratégicas de desenvolvimento rural, que

possam ir ao encontro da promoção do desenvolvimento sustentável do município, num esforço para tentar reduzir a intensidade do processo de diferenciação social dos agricultores e evitar a eliminação daqueles que historicamente enfrentam maiores dificuldades, promovendo assim, um desenvolvimento com equidade, para que todas as unidades de produção, ou seja, o conjunto de seus integrantes tenha a possibilidade de se reproduzir socialmente.

Assim, entende-se que o referido trabalho seja de suma importância para auxiliar no processo de construção do desenvolvimento sustentável do município, pois visa auxiliar as instituições públicas a definir adequadamente seus projetos e políticas de desenvolvimento rural, em benefício de todos os tipos de agricultores, considerando a diversidade existente.

Para realizar esse estudo, utilizou-se a metodologia proposta pela Teoria dos Sistemas Agrários, muito utilizada como instrumento de análise da evolução histórica da agricultura, bem como de sua diferenciação geográfica. Esse método de análise/diagnóstico é muito utilizado por sua reconhecida eficácia na compreensão de realidades rurais com vistas ao desenvolvimento rural, por proporcionar uma metodologia adequada para estudar e explicar a dinâmica da agricultura, considerando a diversidade dos sistemas de produção agrícola, desenvolvidos por diferentes categorias de agricultores.

Para a efetivação deste trabalho, foi realizada uma análise sobre a trajetória evolutiva da agricultura do município, buscando identificar os principais tipos de agricultores, bem como os sistemas de produção adotados, para avaliar as condições e perspectivas de desenvolvimento dos mesmos e, conseqüentemente, do sistema agrário municipal globalmente.

Segundo vários autores, (Mazoyer (2001), Dufumier (2007), Silva Neto (2005), entre outros) a dinâmica de um sistema agrário é definida pela capacidade de acumulação de capital das unidades de produção e pela reprodução da fertilidade do agroecossistema, ou seja, é o conjunto de mudanças que ocorrem num determinado intervalo de tempo, que caracterizam as diferentes capacidades de adaptação e desenvolvimento dos agricultores, frente às mudanças impostas pelo meio em que estão inseridos.

O objetivo da análise-diagnóstico é encontrar condições para que se formulem as futuras ações com base numa compreensão relativamente rigorosa do desenvolvimento

agrícola que se deseja empreender. Sendo assim, ela é uma metodologia compatível com o estudo que se pretende fazer.

O estudo proposto encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro abordará como fundamentação teórica, os temas relacionados à evolução e caracterização do conceito de desenvolvimento como sendo um processo evolutivo, complexo e auto-organizado, particularizando a noção de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento rural.

O segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos adotados na realização do referido trabalho, que tomou como referência a Teoria e o Método de Análise de Sistemas Agrários, abordando assim, os fundamentos da Teoria de Sistemas Agrários; os princípios e o método da análise de sistemas agrários, além dos procedimentos adotados na pesquisa.

O terceiro capítulo baseia-se na discussão dos resultados obtidos durante a pesquisa. Assim, esse capítulo enfatiza a caracterização e evolução da agricultura de Iporã do Oeste, contemplando as características do município, a evolução histórica da agricultura, uma análise das principais políticas e ações de fomento do desenvolvimento rural local e um zoneamento agroecológico da região. Além disso, destina-se também à caracterização e posterior análise econômica dos principais tipos de agricultores identificados no município, sendo que essa etapa é essencial para um diagnóstico mais preciso da dinâmica agrícola, pois permite avaliar as reais condições de desenvolvimento em que cada produtor vem se enquadrando, ou seja, sua capacidade de reprodução social.

O quarto capítulo consiste na apresentação das linhas estratégicas de desenvolvimento rural, dando ênfase aos agricultores com maior dificuldade de reprodução social, pois entende-se que os programas, políticas e projetos de desenvolvimento rural, devem priorizar as comunidades menos desenvolvidas, bem como dos agricultores com maior dificuldade de reprodução social, para assim o município se desenvolver de forma equitativa e sustentável. Por fim, apresentam-se sumarizadas as conclusões do presente trabalho.

OBJETIVOS

Geral

Analisar de forma compreensiva o desenvolvimento da agricultura do município de Iporã do Oeste, visando elaborar linhas estratégicas de desenvolvimento rural, considerando a diversidade das unidades de produção.

Específicos

- Fazer uma análise da dinâmica agrária do município.
- Compreender os condicionantes da evolução da agricultura local (e/ou regional).
- Fazer uma análise dos sistemas de produção praticados através de suas características e performances.
- Delinear linhas estratégicas de desenvolvimento considerando a diversidade das unidades de produção.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Desenvolvimento e sustentabilidade

Desde o início da primeira Revolução Industrial até os dias atuais o conceito de desenvolvimento sofreu várias transformações. Vários autores consideram que a base do processo de desenvolvimento tenha sido a Revolução Industrial, pois promoveu uma grande transformação social, política e cultural, melhorando qualitativamente as condições de vida da população de muitos países, sendo que desde esta época o desenvolvimento era associado ao processo de industrialização.

Aliás, até os anos de 1970, o conceito de desenvolvimento era relacionado com a noção de crescimento, privilegiando o avanço do conhecimento científico em detrimento das questões sociais e ambientais. Mas, a partir dessa década, com a crescente preocupação com os impactos destrutivos do modelo de desenvolvimento vigente, esse conceito passa a ser alvo de uma nova reconceitualização, no sentido de considerar a problemática ambiental, dando origem ao termo de ecodesenvolvimento, o qual foi recentemente renomeado de desenvolvimento sustentável.

Com base nisso, pode-se dizer que a discussão acerca dos rumos do desenvolvimento, foi marcada na década de 70 pela Conferência de Estocolmo, organizada pela ONU, com a presença de 113 países e 250 organizações não-governamentais, sendo esta a primeira reunião oficial a tratar das questões ambientais no âmbito mundial.

Não obstante, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu somente na década de 80 e foi consagrado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente – CMMA das Nações Unidas, conhecida como Comissão Brundtland, a qual em seu relatório caracterizou o desenvolvimento sustentável como sendo “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro”, ou seja, é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (IBGE, 2002).

Nesse sentido, o desenvolvimento não é mais compreendido como sinônimo de crescimento econômico nem como decorrência natural deste, apesar de contemplar esta dimensão. Segundo Ignacy Sachs, o crescimento econômico, se colocado a serviço de objetivos socialmente desejáveis e repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, continua sendo uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento (SACHS, 2004).

De tal modo, Sachs assevera que o desenvolvimento sustentável estaria baseado em cinco pilares básicos: *social*, fundamental por motivos tanto intrínsecos quanto instrumentais; *ambiental*, com as suas duas dimensões (os sistemas de sustentação da vida como provedores de recursos e como “recipientes” para a disposição de resíduos); *territorial*, relacionado à distribuição espacial dos recursos, das populações e das atividades; *econômico*, sendo a viabilidade econômica um fator essencial para que as coisas aconteçam; e *político*, pois a governança democrática é um valor fundador e um instrumento necessário para fazer as coisas acontecerem. (SACHS, 2004).

Entretanto, em relação à interpretação da noção de sustentabilidade do desenvolvimento econômico, existem duas correntes de pensamento: a primeira chamada de economia ambiental e a segunda representada pela economia ecológica.

Conforme salienta Romeiro (2003), a economia ambiental considera que os recursos naturais não representam, em longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia. O sistema econômico é visto como suficientemente grande para que a disponibilidade de recursos naturais se torne uma restrição à sua expansão, mas uma restrição relativa, superável indefinidamente pelo progresso científico e tecnológico. Esta é a posição conhecida como sustentabilidade fraca, que defende que os mecanismos através dos quais se dá a ampliação indefinida dos limites ambientais ao crescimento econômico devem ser principalmente mecanismos de mercado.

Já a economia ecológica, representa uma visão oposta, pois vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão. Nesse sentido, capital construído e capital natural (recursos naturais) são essencialmente complementares. Essa visão também é conhecida na literatura como sustentabilidade forte. (ROMEIRO, 2003)

Todavia, a noção de sustentabilidade mais defendida por estudiosos do tema é a da economia ecológica, ou seja, a noção de sustentabilidade forte. A partir da visão defendida por essa corrente, pode-se concluir que a sustentabilidade do sistema econômico só será possível no momento em que houver estabilização dos níveis de consumo de acordo com a capacidade de carga do planeta.

Do mesmo modo, entende-se que não há como pensar o desenvolvimento sem considerar a variável ambiental, tanto local como global, incorporando as dimensões da sustentabilidade nas ações das políticas de desenvolvimento, ou seja, as políticas públicas devem considerar os aspectos econômicos, ecológicos e sociais quando da escolha do modelo de desenvolvimento a ser adotado.

Assim sendo, Romeiro (2004, p.25-26) considera que,

Alcançar a sustentabilidade implica de modo mais geral, o enorme desafio de promover uma mudança de ordem civilizacional, de uma “civilização do ter para uma civilização de ser”, sem perder o dinamismo científico e tecnológico que a caracteriza. [...] de modo mais específico, para atingir a sustentabilidade se faz necessário a reintrodução de restrições de ordem ambiental ao processo de acumulação de capital e aos padrões de consumo que lhes são correspondentes. A aceitação dessas restrições por parte da população pressupõe um forte componente altruísta de solidariedade intra-e-intergerações.

Dentro dessa ótica, desenvolvimento sustentável é a promoção do crescimento econômico sem impactos negativos em termos sociais e ambientais. De acordo com as idéias de Sachs (2004) o crescimento econômico não traz desenvolvimento, a menos que gere emprego e contribua para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Prosseguindo, Sachs (2004, p. 37) assevera que podemos resumir a “evolução da idéia de desenvolvimento, no último meio século, apontando para a sua complexificação, representada pela adição de sucessivos adjetivos – econômico, social, político, cultural, sustentável e, o que é mais importante, pelas novas problemáticas.”

Nesse sentido, entendendo o desenvolvimento como um processo complexo, pode-se inferir segundo Silva Neto (2004, p. 30) que,

A abordagem da complexidade, enquanto um novo paradigma, pode se constituir em um quadro geral interessante para os estudos sobre desenvolvimento. A adoção do paradigma da complexidade pode inclusive proporcionar uma certa unidade conceitual e metodológica para uma série de abordagens relativamente recentes do desenvolvimento local que enfatizam a análise da diversidade dos agentes sociais e das relações que estes mantêm entre si, como os estudos baseados nas noções de Aglomerados, “Clusters”, Sistemas Locais de Produção, Redes de Cooperação, Capital Social e Sistemas Agrários.

Portanto, a abordagem da complexidade à análise do desenvolvimento tem sido bastante enfatizada atualmente, devido a sua capacidade de proporcionar interpretações originais e bastante sugestivas em relação à formulação de políticas.

1.2 Desenvolvimento na ótica da complexidade e da liberdade

A adoção da abordagem da complexidade para conceituar o desenvolvimento implica entendê-lo como um processo adaptativo auto-organizado, sendo que o mais importante, segundo Silva Neto (2004, p. 27) “não é seu estado final, mas sim os fatores que condicionam a evolução da sociedade de forma que esta mantenha características consideradas desejáveis”.

Teoricamente, segundo Rihani (2002 a) apud Silva Neto (2004, p.27)

A abordagem da complexidade implica a interpretação do desenvolvimento como um processo que apresenta três componentes inseparáveis: sobrevivência, adaptação e aprendizado. [...] Segundo o autor, o desenvolvimento significa a manutenção de um equilíbrio entre a maleabilidade e estabilidade. Assim, para atingir o estado de um sistema complexo auto-organizado, a sociedade, deve ser maleável para poder se adaptar, porém suficientemente estável para evitar rupturas destrutivas na sua estrutura.

Segundo Silva Neto (2004), a maneira mais adequada de abordar a complexidade das situações de desenvolvimento tanto regional como local, é por meio de procedimentos que permitam uma eliminação progressiva das variáveis menos pertinentes, ao invés de procurar defini-las “a priori”. Isto porque, segundo Silva Neto et al (2004, p. 28), “as variáveis e suas inter-relações que determinam e caracterizam uma situação concreta de desenvolvimento são impossíveis de serem selecionadas adequadamente sem um acúmulo mínimo de conhecimento sobre a situação”.

Assim Silva Neto (2004, p. 29) salienta que “as implicações da adoção da abordagem da complexidade sobre o *projeto de sociedade* relacionado à promoção do desenvolvimento dizem respeito ao foco das políticas propostas”. De acordo com as idéias de Rihani (2002 a, 2002 b) apud Silva Neto (2004, p.29)

Tais políticas devem estar voltadas fundamentalmente para a promoção da capacidade de autonomia (e, portanto, da liberdade) das populações em interagir para resolver seus próprios problemas. As políticas de desenvolvimento devem deixar de estar centradas em programas de “ajuda econômica” para focar principalmente programas com ênfase em reformas sociais e direitos humanos, em tecnologias apropriadas, em estratégias de desenvolvimento local e na desmilitarização.

Não obstante, um dos objetivos essenciais das políticas públicas, visando um desenvolvimento equitativo, deve ser a busca da melhoria das condições de vida da população, pois superar os problemas ambientais, sociais e políticos, é o ponto chave do processo de desenvolvimento.

No entanto, o apoio político na esfera local e regional é de suma importância para alcançar essa premissa, garantindo assim, a continuidade das ações otimizadoras da produção e distribuição de renda e de seus resultados sobre o bem-estar social e econômico da população.

Assim, a abordagem da complexidade parece ser bastante consistente com o conceito de desenvolvimento como liberdade proposto por Amartya Sen. Segundo Sen (2004, p.10) “para combater os problemas que enfrentamos, temos de considerar a liberdade individual um comprometimento social, [...] sendo que a expansão da liberdade é vista, como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento”.

Portanto, o conceito de desenvolvimento adotado neste trabalho, se fundamenta principalmente nas idéias defendidas por Sen, onde o mesmo é entendido como um processo que busca a melhoria das condições de vida, através da expansão e consolidação das liberdades substantivas que as pessoas desfrutam.

O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. A eliminação de privações de liberdades substanciais argumenta-se aqui, é constitutiva do desenvolvimento. (SEN, 2004, p.10).

Nesse sentido, o desenvolvimento requer que se eliminem os principais fatores de privação de liberdades como: a pobreza; carência de serviços públicos como, educação, saúde; desemprego, ou carência de oportunidades econômicas, ou seja, a liberdade de participação política, acesso a educação e saúde, estão entre os componentes constitutivos do desenvolvimento.

Em referência a essa realidade, Sen (2004), explica que a liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões. A primeira é a razão avaliatória, na qual entende que a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. A segunda é a razão da eficácia, sendo que nessa razão, a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas.

Desse modo, entende-se que o desenvolvimento é assegurado por estratégias ou políticas que otimizem as liberdades substantivas das pessoas, oportunizando maior acesso a saúde, educação e principalmente melhorando as oportunidades econômicas, diminuindo o desemprego que é um dos maiores causadores da exclusão social.

Nesse contexto, como bem salienta Sen (2004), o desenvolvimento é um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas, ou seja, é um processo integrando considerações econômicas, sociais e políticas. Contudo, segundo o autor,

As liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Além de reconhecer, fundamentalmente, a importância avaliatória da liberdade, precisamos entender a notável relação empírica que vincula, umas às outras, liberdades diferentes. Liberdades políticas ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais, facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas, podem ajudar a gerar abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras. (SEN, 2004, p.25 a 26).

Nesse sentido, com oportunidades sociais adequadas, é possível ter um processo de desenvolvimento que promova efetivamente uma melhoria na qualidade de vida das pessoas. Contudo, essa melhoria, não pode estar relacionada somente na maximização da renda ou da riqueza, pois o crescimento econômico não necessariamente se traduz na efetiva melhoria da qualidade de vida.

De acordo com as idéias defendidas por Sachs (2004, p. 35),

O desenvolvimento pretende habilitar cada ser humano a manifestar potencialidades, talentos e imaginação, na procura da auto-realização e da felicidade, mediante empreendimentos individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas. A boa sociedade é aquela que maximiza essas oportunidades, enquanto cria, simultaneamente, um ambiente de convivência e, em última instância, condições para a produção de meios de existência viáveis, suprindo as necessidades materiais básicas da vida – comida, abrigo, roupas – numa variedade de formas e de cenários – famílias, parentela, redes, comunidades.

Portanto, o desenvolvimento precisa melhorar a qualidade de vida no sentido de expandir e otimizar as liberdades substantivas que desfrutamos, pois a qualidade de vida se concentra no modo de vida das pessoas, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. Segundo Sen (2004, p.33), “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento”.

Cabe notar aqui, porém, que quando se avalia o desenvolvimento a partir da noção de expansão das liberdades substantivas, Sen (2004, p. 49) assevera que,

Não estamos sugerindo que exista algum “critério” de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências de desenvolvimento sempre podem ser comparadas e classificadas. [...] A motivação que fundamenta a abordagem do “desenvolvimento como liberdade” não consiste em ordenar todos os estados ou todos os cenários alternativos em uma “ordenação completa”, e sim em chamar a atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento, cada qual merecedor de nossa atenção.

Nesse sentido, pode-se concluir que não existe um modelo de desenvolvimento que pode servir de exemplo a ser seguido, pois segundo Silva Neto (2004, p.11) “as trajetórias de desenvolvimento são específicas de cada local, região ou país”. Contudo, existem sociedades capazes de mudar de forma a melhorar o padrão de vida da sua população, de acordo com a sua realidade ou especificidades.

De acordo com Silva Neto (2006, p.12), “ao analisarmos tais sociedades, o importante não é o que diretamente proporciona uma melhor qualidade de vida as suas populações, mas sim as propriedades sistêmicas que permitem que estas sociedades consigam se adaptar e evoluir adequadamente”.

Assim, Silva Neto (2004, p.13) assevera que:

A evolubidade de uma sociedade é determinada, fundamentalmente, pelo equilíbrio entre a liberdade que ela proporciona aos agentes sociais e pela regulação à qual estes são submetidos. Liberdade e regulação são, portanto, propriedades sistêmicas fundamentais a serem estimuladas para a promoção do desenvolvimento sustentável.

1.3 Desenvolvimento rural sustentável: enfoque local

Discussões acerca do tema desenvolvimento rural local vêm crescendo gradativamente nos últimos anos, contudo baseado num conceito abrangente que não se restringe somente às atividades produtivas de bens originados da terra, mas sim, sendo o rural um espaço onde ocorrem variadas atividades de apoio ao processo produtivo e o desenvolvimento sócio-econômico ambiental.

Segundo as idéias de (Frantz e Silva Neto (2005) apud Silva Neto e Basso (2005) a partir do novo contexto de revalorização rural, supera-se a tradicional visão setorial e dicotômica na qual o rural correspondia ao agrícola e o urbano ao industrial, ou seja, que o rural era somente um espaço de produção agrícola, geradora de matéria prima para a industrialização do país.

O rural não se confunde com o agrícola e a perspectiva setorial tende a ser substituída pela perspectiva territorial, tendo como elemento central as potencialidades específicas de cada local, valorizadas pela dinâmica da globalização. Nesse contexto, o meio rural tende a ser crescentemente percebido (e valorizado) em quatro dimensões centrais: a de espaço produtivo (Dominantemente agrícola e agroindustrial), a de espaço de residência, a de serviços (inclusive os de lazer, turismo, etc.) e a de espaço patrimonial (valorização pela função de preservação de recursos naturais e culturais). (MATOS et al, 1998, p. 6-7).

Segundo o relatório da Agenda 21, publicado pela CPDS – Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, caracterizado como principal documento orientador das ações em direção ao desenvolvimento sustentável brasileiro, um dos objetivos mais importantes do desenvolvimento rural sustentável, deve ser o aumento da geração de alimentos de forma sustentável e incremento da segurança alimentar. Mas para alcançar esse objetivo, é necessário a implantação de políticas públicas que fomentem a diversificação da produção nas

propriedades rurais baseadas principalmente na agricultura familiar, estimulando assim, a geração de mais empregos e melhores rendas, mantendo as pessoas no meio rural.

Contudo, outra forma de fomentar o desenvolvimento rural local, é de estimular através de programas e políticas públicas, a integração entre agricultura familiar e as atividades do setor secundário e terciário nos municípios, oferecendo assim amplas oportunidades de ocupação e geração de renda.

Nesse sentido, Sachs (2004), destaca que excitar a geração de emprego e renda é algo primordial para se alcançar o desenvolvimento local sustentável, sendo que a capacidade local de planejamento e o estímulo à capacidade de mobilizar recursos e iniciativas locais são condições necessárias para se alcançar esse objetivo, pois segundo o autor, através do emprego decente e/ou auto-emprego para todos, é possível assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico.

Conforme bem salienta Sachs (2004), esse estímulo ao auto-emprego, ou seja, mudança na distribuição primária de renda, em vez de se persistir com o padrão excludente de crescimento, exige a combinação de várias políticas públicas complementares como: explorar todas as oportunidades de crescimento induzido pelo emprego e com baixo nível de importações; desenhar políticas para consolidar e modernizar a agricultura familiar como parte de uma estratégia para estimular o desenvolvimento rural com base na pluriatividade da população rural; promover ações afirmativas para melhorar a condição de trabalhadores por conta própria e microempresas; estabelecer conexões mutuamente benéficas entre grandes e pequenas empresas; usar compras governamentais para promover micro e pequenas empresas e fortalecer as empresas industriais de grande porte e transformá-las em atores competitivos em escala global.

No entanto, ao se discutir políticas de fomento da agricultura familiar, é preciso ter clareza sobre o conceito que se pretende utilizar.

Gonçalves e Souza (2005) apud Tinoco (2008, p. 01), ressaltam que,

Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar consta no inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: “*propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o*

progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros” e na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais.

Já Bittencourt e Bianchini (1996) apud Tinoco (2008, p. 01) em um estudo feito na região sul do Brasil adotam a seguinte definição:

Agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Assim, analisando a visão dos autores citados acima além de outros trabalhos recentes sobre o tema, percebe-se que a maioria das definições ou concepções sobre agricultura familiar, baseia-se na mão-de-obra utilizada, no tamanho da propriedade, na direção dos trabalhos e na renda gerada pela atividade agrícola, sendo que em todas há um ponto em comum: ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, a família assume o trabalho no estabelecimento.

Buainaim e Romeiro (2000) apud Tinoco (2008, p. 02) afirmam que “a agricultura familiar desenvolve, em geral, sistemas complexos de produção, combinando várias culturas, criações animais e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado”.

Baseados em estudos sobre sistemas de produção familiares no Brasil, os autores afirmam que os produtores familiares apresentam frequentemente as seguintes características: a diversificação de produções, tendo assim uma grande capacidade de adaptação às rápidas transformações impostas pelo meio; estratégia de investimento progressivo além da combinação de subsistemas intensivos e extensivos. (BUAINAIM e ROMEIRO 2000 apud TINOCO 2008).

Dessa forma, Veiga et al. (2001) ressaltam a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro, visto que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local impulsionada pelas características de sua agricultura.

As economias rurais mais dinâmicas são as que simultaneamente conseguem atrair consumidores de seus atributos territoriais e vender suas produções em mercados diferenciados. Exatamente o avesso das economias especializadas em *commodities* agrícolas. Estas podem até dar a ilusão de grande dinamismo em sua fase inicial, quando sugam a renda diferencial propiciada pela exploração da fertilidade natural. Só que depois dessa acumulação primitiva tudo passa a depender do grau de diversificação dos negócios criados no entorno dessa fonte primária. Sem diversificação, em vez de uma economia rural dinâmica surgirá, no máximo, um grande enclave. (VEIGA et al. 2001, p. 17)

Nesse sentido, Frantz e Silva Neto (2005, p.111) apud Silva Neto e Basso (2005), salientam que o desenvolvimento rural passa a ser “percebido como a expressão da dinâmica econômica espacial em que interagem as atividades agropecuárias com as atividades comerciais, agroindustriais e de serviços a partir da geração e da forma de distribuição e apropriação da renda agropecuária”.

Contudo, para uma maior efetivação dos objetivos do desenvolvimento rural sustentável, em que um dos principais é o da inclusão social, é preciso incentivar uma maior mobilização social entre as pessoas integrantes da comunidade, transformando-os em atores que realmente assumem seu papel como agentes de desenvolvimento.

Esta mobilização abre espaços para o diálogo e capacita o capital humano local, elementos considerados essenciais para a continuidade e sustentabilidade do desenvolvimento rural, pois possibilita e respeita o protagonismo local e promove articulações. Desta maneira, o processo de descentralização é fortalecido, viabilizando a governabilidade local. (FALCÃO E SILVA, 2004, p. 5).

Embora caracterizados como processos relativamente independentes, o desenvolvimento local e a descentralização podem ser complementares, pois sendo a descentralização uma transferência da autoridade e do poder decisório de instancias agregadas para unidades espacialmente menores, como municípios ou comunidades, ela pode contribuir significativamente para o desenvolvimento local, resultante, normalmente, de iniciativas e capacidades endógenas das populações locais e municipais e suas instâncias político-administrativas, pois capacita as mesmas a definir suas prioridades e diretrizes de ação, além de uma maior autonomia da gestão de programas e projetos. (BUARQUE,1999).

Como ponto de partida, nesse sentido, Costabeber e Caporal (2002, p. 13) defendem que,

As comunidades rurais representam o primeiro passo e constituem a escala de maior relevância nos processos de diagnóstico e de planejamento participativo para o desenvolvimento agrícola e rural, que se trata de um processo microssocial de construção coletiva, onde prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem estar sincronizadas com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos econômicos da inserção no mercado, como nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação.

Acerca dessa discussão, os autores ainda defendem a idéia de que,

Os Planos de Comunidades são centrais na perspectiva de novos desenhos de planejamento, especialmente na forma de agregar informações para a elaboração de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural e, num nível de maior abrangência, para a elaboração de Planos de Desenvolvimento Rural Microrregional e Regional, levando-se em conta as tendências e variáveis de nível mais macro, mas sem perder de vista as particularidades e as especificidades locais e comunitárias. (COSTABEBER E CAPORAL, 2002, p. 13)

Assim, através dessas estratégias é possível alcançar níveis de desenvolvimento locais mais amplos, com resultados positivos diretos aos envolvidos, garantindo uma maior participação e conseqüentemente um maior protagonismo dos agricultores nos projetos de desenvolvimento locais.

De tal modo, Buarque (1999, p. 09) assevera que

O desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural sustentável, baseia-se numa estratégia de desenvolvimento que possibilita verdadeiras melhorias na qualidade de vida das pessoas, através de sua melhor inserção na esfera econômica a partir das potencialidades de cada localidade.

Sem esgotar o debate sobre o assunto, pode-se em suma ponderar que a caracterização e objetivos do desenvolvimento local, coadunam com a definição do desenvolvimento como

sendo um processo territorial. De acordo com o Ministério da Integração Nacional¹ (2007, p.01), o desenvolvimento territorial

[..] é a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil. Objetiva promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia. O Desenvolvimento Territorial apóia-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização de atributos de uma certa região. Sendo o Território a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Não obstante, segundo Basso et al (2003, p. 76), “é crucial não cair na simplificação oposta de tratar as questões locais de forma completamente dissociada das globais. Um processo de desenvolvimento local deve ser sempre analisado com referência à sociedade global na qual se insere”, pois segundo Ray (1997) apud Basso et al (2003, p.77), “o local e o global, mais do que opostos, devem ser vistos como uma relação dialética, na qual cada lado ajuda a definir e reforçar o outro”.

Assim sendo, o desenvolvimento local analisado dentro das condições contemporâneas de globalização, pode se caracterizar como um processo de integração econômica com o contexto regional e nacional, que gera oportunidades e ameaças, exigindo um poder maior de competitividade e conseqüentemente um processo constante de especialização.

O desenvolvimento local dentro da globalização é uma resultante direta da capacidade dos atores e da sociedade local se estruturar e se mobilizar, com base nas suas potencialidades e sua matriz cultural, para definir e explorar suas prioridades e especificidades, buscando a competitividade num contexto de rápidas e profundas transformações. (BUARQUE, 1999, p. 15)

Portanto, tanto a abertura de brechas nos mercados internacionais quanto à disputa por espaços nos mercados locais, regionais e, nos segmentos de maior capacidade e vantagem locacional, são alcançados através do poder competitivo dinâmico e seletivo maior de cada localidade.

¹ http://www.codevasf.gov.br/programas_acoes/desenvolvimento-territorial (2007), acessado em 26/04/2009.

Conseqüentemente, segundo Buarque (1999, p. 15) “se as vantagens competitivas são criadas e construídas com investimentos e aproveitamento das potencialidades e diversidades de cada localidade, os atores sociais têm uma responsabilidade fundamental para a promoção do desenvolvimento local”.

2 MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Fundamentos da Teoria de Sistemas Agrários

Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) proposta pela Teoria dos Sistemas Agrários, foi desenvolvida para servir de instrumento de análise principalmente da evolução histórica e da diferenciação geográfica da agricultura, sendo que o objetivo final é a definição de intervenções para a promoção do desenvolvimento.

De acordo com Basso et al. (2003, p.81)

A teoria dos sistemas agrários é uma referência para o estudo da dinâmica da agricultura. Trata-se de uma forma de abordar as condições e modalidades de produção agrícola em diferentes níveis e em toda a sua complexidade e diversidade, permitindo compreender os mecanismos de reprodução econômica das unidades de produção agropecuárias ao longo do tempo, tendo em vista as modificações que se processam no ambiente socioeconômico no qual se inserem.

Segundo Basso e Silva Neto (2005, p.17) “um sistema agrário corresponde a um conjunto de conhecimentos metodicamente elaborados como resultado da observação, delimitação e análise de uma agricultura particular”, ou seja, “é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de toda a forma de agricultura real através da análise metódica da sua organização e do seu funcionamento”. (Mazoyer e Roudart , 2001, p. 43).

Sendo assim, é importante ressaltar, que sua finalidade não é retratar a agricultura em toda a sua complexidade, mas sim, tornar esta complexidade inteligível segundo os objetivos específicos definidos.

Além disso, um sistema agrário não possui uma dimensão geograficamente fixa, sendo que o mesmo é determinado, segundo Basso e Silva Neto (2005, p.18), “a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas”. A partir da visão desses autores, esses componentes podem ser agrupados em dois conjuntos bem delimitados: o agroecossistema e o sistema social produtivo.

De acordo com Basso e Silva Neto (2005, p.18-19),

Um agroecossistema, ou ecossistema cultivado, corresponde á forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. [...] Um agroecossistema portanto, é um ecossistema historicamente constituído por meio da sua exploração e renovação por uma sociedade.

Já o sistema social produtivo, segundo Basso e Silva Neto (2005, p.19) “corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados”.

A categoria social dos agricultores pode ser caracterizada pelas relações de produção, de propriedade e de troca que a mesma mantêm com os demais agentes que atuam na produção agropecuária. Portanto, a categoria social à qual um agricultor pertence, expressa principalmente o seu acesso aos meios de produção disponíveis, bem como a repartição dos produtos gerados. Já os sistemas de produção correspondem à forma como os agricultores organizam as suas atividades no interior das unidades de produção.

Contudo, “num determinado sistema agrário, as explorações agrícolas podem praticar sistemas de produção muito similares e pertencer à mesma categoria social; mas podem também ser muito diferentes umas das outras e muito complementares”. (Mazoyer e Roudart, 2001, p.41).

Além disso, Mazoyer e Roudart (2001) asseveram que o desenvolvimento de um sistema agrário resulta da dinâmica das suas unidades de produção. Segundo esses autores, o desenvolvimento de um sistema agrário pode ser geral, quando todos os tipos de explorações progridem, aumentando suas dimensões econômicas e os seus produtos. O desenvolvimento pode ser desigual, quando algumas unidades progridem muito mais depressa do que outras; e é contraditório, quando algumas unidades progridem e outras estão em crise ou regridem.

Assim, Dufumier (2007) enfatiza a idéia de que a dinâmica de um sistema agrário é definida pela reprodução da fertilidade do agroecossistema e pela acumulação de capital das unidades de produção.

Portanto, para analisar a dinâmica do desenvolvimento de um sistema agrário, dois critérios principais precisam ser levados em conta: a sustentabilidade ecológica, e a sustentabilidade social. Sendo assim, pode-se afirmar que um sistema agrário está em

desenvolvimento a partir do momento em que a acumulação de capital esteja presente em todos os tipos de unidades de produção, ou seja, que todos os tipos ou categorias de agricultores consigam atingir o nível de reprodução social, além de manter ou ampliar o nível de fertilidade do agroecossistema.

De acordo com Mazoyer e Roudart (2001, p.43)

Um sistema agrário não pode ser, portanto, analisado independentemente das atividades inerentes que lhe fornecem meios de produção; também não pode ser analisado independentemente da utilização que é feita dos seus produtos por meio das atividades a montante e pelos consumidores, nem independentemente dos outros sistemas agrários que concorrem, também eles, para a satisfação das necessidades da sociedade.

Assim, uma análise do sistema agrário, que visa explicar as reais condições em que se encontra o desenvolvimento rural local, deve se apoiar na caracterização e na avaliação socioeconômica dos principais elementos que explicam a dinâmica dos agricultores que são as atividades agropecuárias e os sistemas de produção que os mesmos adotam. A caracterização das categorias sociais dos agricultores, bem como dos sistemas de produção, são necessários para a compreensão da dinâmica de acumulação de capital, da diferenciação social no sistema agrário, e das conseqüências dessa dinâmica na promoção do desenvolvimento rural.

Contudo, através da análise-diagnóstico, não se espera somente identificar as potencialidades e as vantagens comparativas de cada região ou município, mas sim, objetiva-se destacar as atuais tendências do desenvolvimento agrícola e os problemas que afetam as várias categorias de agentes econômicos envolvidos, além de dar condições para que sejam previstas as futuras transformações possíveis das realidades agrárias, com ou sem auxílio de projetos (DUFUMIER, 2007).

2.2 Análise de Sistemas Agrários: princípios e método

Para realizar o presente trabalho, foi utilizada a metodologia proposta pela Teoria dos Sistemas Agrários, muito empregada para servir de instrumento de análise da evolução histórica da agricultura, bem como da diferenciação geográfica da mesma. Esse método de análise/diagnóstico tem uma ampla aplicação por sua eficácia em relação a estudos de desenvolvimento rural, por proporcionar uma metodologia adequada para estudar e explicar a

dinâmica da agricultura, considerando a diversidade dos sistemas de produção agrícola, desenvolvidos por diferentes categorias de agricultores.

Garcia Filho (1999, p.8) enfatiza que “o principal objetivo do método é contribuir para a elaboração de linhas estratégicas do desenvolvimento rural, isto é, para a definição de políticas públicas, de programas de ação e de projetos”.

De acordo com Dufumier, (1996) apud Garcia Filho, (1999, p.8) “o desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras”.

Nesse sentido, a falar todo significado da análise-diagnóstico do sistema agrário (ADSA) baseia-se em passos progressivos que partem do geral para o particular, para um melhor entendimento da realidade estudada. Em sua essência, busca a caracterização das práticas técnicas, econômicas e sociais dos agricultores e seus sistemas de produção; busca conhecer e explicar as razões da existência dessas práticas e quais são suas principais tendências de evolução; visa explicar os principais fatores que condicionam essa evolução, e os principais problemas que vêm enfrentando. Desse modo, busca elementos que podem contribuir para superar esses problemas, além de formular hipóteses sobre os tipos de produtores e sistemas de produção mais adequados à sociedade. (GARCIA FILHO, 1999).

Nesse sentido, a seguir estão descritas as etapas progressivas que foram utilizadas para a realização do presente estudo.

2.2.1 Área de Estudo

A área de estudo corresponde ao município de Iporã do Oeste (SC), localizado no extremo-oeste de Santa Catarina, a 720 km da capital do Estado, Florianópolis. Possui uma área de 215 km² e uma população de 8.091 habitantes sendo que 65% vivem no meio rural e 35% no meio urbano.

2.2.2 Resgate histórico da evolução da estrutura agrária do município: documentos e entrevistas com interlocutores da região.

Para obter esses dados, foram analisados documentos já existentes sobre o tema, além de entrevistas que serão feitas junto às pessoas que ajudaram a colonizar a região, bem como agricultores de um modo geral.

As entrevistas dirigidas às pessoas que de forma pioneira ajudaram na colonização do município foram de grande importância, pois contribuíram para obtenção de informações sobre a evolução da agricultura no município. Num modo geral, foram obtidas informações sobre as dificuldades encontradas no início da exploração da mata para o início do cultivo de alimentos, principalmente os fatores relacionados às condições ecológicas (enchentes, geadas, etc.) e de locomoção a cidade próxima para obter alimentos entre outras necessidades.

Além disso, essas entrevistas também contribuíram com informações a respeito da evolução das técnicas de cultivo utilizadas ao longo dos anos, além dos tipos de produtos produzidos desde a colonização até o presente. Foram obtidas algumas informações a respeito de políticas públicas que condicionaram o desenvolvimento do município, principalmente do meio rural.

Esta etapa do estudo foi muito importante, pois auxiliou na identificação dos principais fatores que contribuíram para a evolução da agricultura do município, bem como dos motivos da diferenciação das categorias sociais de produtores.

A partir do entendimento da evolução histórica da agricultura, tem-se uma melhor compreensão da dinâmica e de suas perspectivas para o futuro. Sendo assim, esses conhecimentos juntamente com os demais que foram obtidos com a leitura da paisagem, estudo da agricultura local, entre outros aspectos, auxiliaram na elaboração das linhas estratégicas que irão nortear futuros projetos de desenvolvimento rural, adequados para os diferentes tipos de agricultores.

2.2.3 Leitura da paisagem e descrição fisiográfica da região

Essa etapa do estudo compreendeu a observação direta da paisagem agrária através da realização de percursos de campo.

O principal objetivo dessa etapa foi obter informações relevantes sobre a diversidade e o modo de exploração do ecossistema, as práticas agrícolas que são utilizadas e suas condições ecológicas. Assim, conseguiu-se identificar e caracterizar os tipos de agricultores existentes; identificar os condicionantes ecológicos das atividades que os mesmos praticam; levantar hipóteses que expliquem a heterogeneidade e a formação da paisagem e da agricultura. A partir dessas informações, foi elaborado um zoneamento agroecológico expedito, ou seja, prático e operacional da região.

Portanto a observação nessa etapa voltou-se para os ecossistemas predominantes na paisagem, os tipos de plantações e criações praticadas, a infra-estrutura social e produtiva, ao tamanho das propriedades, ao grau de intensificação das culturas e criações e a forma de exploração dos recursos naturais disponíveis.

2.2.4 Estudo da agricultura local e definição preliminar de tipos

O sistema agrário de um município é composto por distintos tipos de agricultores que se diferenciam tanto pelas suas condições sócio-econômicas e por seus critérios de decisão, quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas. Apesar da diversidade de condições de uma região é possível reunir os produtores em um grupo distinto dentro dos quais as condições sócio-econômicas e as estratégias são semelhantes, mas entre os quais ha diferenças significativas. Assim, para a elaboração da tipologia recomenda-se amostragem dirigida, onde se associa a análise dos tipos de produtores aos sistemas de produção.

Segundo Dufumier (2007, p. 75) o objetivo da tipologia é “mostrar como as diversas categorias de agricultores praticam diferentes sistemas de produção, de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam”.

No entanto, “a evolução de cada tipo de produtor e de cada sistema de produção é determinada por um conjunto complexo de fatores ecológicos, técnicos, sociais e econômicos que se relacionam entre si. As necessidades da sociedade podem impor mudanças a cada um desses fatores” (GARCIA FILHO, 1999, p.9). Assim, as diferenças de acesso a terra, crédito, mercado, ou seja, aos meios que eles precisam para realizar sua produção, fazem que os agricultores se desenvolvam de maneiras diferenciadas nos seus sistemas de produção, bem como na categoria social em que estão inseridos.

Essas diferenças se baseiam nas evoluções particulares das categorias sociais de agricultores e dos sistemas de produção de uma região, traduzidas pelos critérios distintos de decisão e de otimização dos recursos disponíveis, resultando em diferentes níveis de capitalização dos produtores. Da mesma forma, o modo de exploração do ecossistema a ser adotado em uma determinada unidade de produção, também vai depender da disponibilidade dos meios de produção. Assim cada categoria social procura adotar uma combinação de sistemas de cultivo e de criação que permite otimizar o uso dos meios de produção disponíveis. Os estabelecimentos capitalistas procuram, em geral, maximizar a taxa de lucro do capital investido, já os produtores familiares, por sua vez, buscam melhorar a renda familiar. (GARCIA FILHO, 1999).

A partir do conhecimento das diferentes formas de exploração dos ecossistemas, das condições socioeconômicas e da evolução de cada tipo de agricultor, é possível identificar os sistemas de produção predominantes adotados por cada uma destas categorias. Além disso, juntamente com as informações obtidas da leitura da paisagem e das entrevistas históricas, pode-se realizar uma “pré-tipologia” das categorias sociais de produtores.

A forma de exploração da mão-de-obra consiste no principal critério para definir as categorias sociais que se classificam da seguinte forma, segundo Garcia Filho (1999):

Capitalista: nessa categoria se enquadram empresários que investem o seu capital na agricultura, que dispõem de áreas extensas, sendo que a mão de obra é totalmente assalariada.

Patronal: nesta categoria a produção é realizada pela família, juntamente com trabalhadores assalariados.

Familiar: a base da mão-de-obra é familiar. As decisões são tomadas no sentido de melhorar a qualidade de vida da família e garantir trabalho para todos, além de garantir a reprodução dos meios de produção. Além disso, pesquisas mostram que essa categoria é bastante diversificada, tanto no que se refere à capitalização quanto aos sistemas de produção.

Minifúndio: possuem superfície agrícola insuficiente para assegurar a sua reprodução social e, por isso, parte da mão-de-obra desta categoria trabalha prestando serviços. Em geral a produção predominante é de subsistência.

Contudo, durante o processo evolutivo, poderá haver transição de produtores de uma para outra categoria social. Essa mudança poderá ser tanto para uma categoria melhor, quanto para uma menor, isso vai depender do desempenho econômico obtido pela unidade de produção.

A construção da tipologia é fundamental para elaboração adequada de políticas e projetos de desenvolvimento, pois permite definir quais os tipos de agricultores que mais necessitam de políticas de fomento da melhoria de qualidade de vida dos mesmos, e ainda, ajuda a definir quais sistemas de produção são mais adequados a cada categoria social.

Por conseguinte, segundo Basso et al (2003, p.83),

Um dos principais objetivos da tipologia é analisar os processos de diferenciação internos ao sistema agrário. De acordo com os recursos naturais, o nível de acumulação e a disponibilidade de mão-de-obra, cada tipo de unidade de produção apresenta maior ou menor possibilidade de assegurar a sua reprodução social ao longo do tempo, assumindo assim um papel específico nas tendências de transformação do próprio sistema agrário.

2.2.5 Caracterização socioeconômica dos tipos

A análise técnico-econômica dos sistemas de produção é uma das etapas mais importantes do diagnóstico, pois permite avaliar o potencial de capitalização ou descapitalização dos agricultores, bem como confirma ou não a pré-tipologia estabelecida. Além disso, a análise econômica também possibilita a compreensão dos fundamentos econômicos das atividades e práticas agrícolas adotadas pelos agricultores. Também visa

estudar de forma mais detalhada as relações sociais que caracterizam cada tipo de unidade de produção e o sistema agrário como um todo. Essa avaliação pode ser feita a partir do ponto de vista do produtor, que se preocupa com a renda agrícola que o sistema de produção pode lhe oferecer; e do ponto de vista da sociedade, que se interessa pela quantidade de riquezas novas geradas pelo sistema de produção. (GARCIA FILHO, 1999).

A análise econômica é necessária para que se possa realizar a avaliação da capacidade de reprodução social dos tipos de agricultores identificados.

A capacidade de reprodução econômica dos diferentes tipos de unidades de produção pode ser estimada pelo cálculo de seu valor agregado e da produtividade do trabalho existente. Considera-se que um nível mínimo de produtividade é necessário para assegurar um desempenho satisfatório dos sistemas de produção no curto prazo (para garantir a compra de insumos e a manutenção dos equipamentos e das instalações) e no longo prazo (para garantir a reposição dos próprios equipamentos e instalações) e ainda satisfazer as necessidades de consumo dos agricultores. (BASSO et al. (2003, p.83).

O valor agregado refere-se ao valor que é agregado aos produtos, bens e serviços. Este indicador considera a riqueza gerada por unidades de produção durante o ano na unidade de produção. O valor agregado (VA) pode ser obtido da seguinte maneira:

$$\mathbf{VA = PB - CI - D}$$

Onde:

VA = valor agregado

PB = valor da produção (produção “bruta”)

CI = consumo de bens e serviços durante o ciclo de produção (“consumo intermediário”)

D = Depreciação de máquinas, equipamentos e instalações.

O valor agregado (VA) é uma medida de resultado econômico que avalia a atividade produtiva da unidade de produção independentemente de o agricultor ser ou não o dono de todos os meios de produção. Portanto, o valor agregado do sistema de produção é igual ao valor do que foi produzido, menos o valor que foi consumido.

Do ponto de vista da sociedade, o valor agregado pode ser calculado por unidade de área disponível.

VA/SAU

Onde:

SAU é a superfície agrícola utilizada.

Mas, também se pode calcular a produtividade do trabalho por meio da seguinte relação:

VA/T

Onde:

T é o número de trabalhadores empregados no sistema.

Assim, o cálculo do valor agregado é muito importante, pois permite a comparação de unidades de produção independente do ponto de vista da propriedade dos meios de produção, assim como integra nessa análise as dimensões técnica e econômica do processo de produção.

A partir do valor agregado podemos calcular para cada sistema de produção a remuneração dos diferentes agentes que participam da produção, assim como a renda dos agricultores.

A renda agrícola (RA) representa a parte do valor agregado que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e aumentar seu patrimônio. O que não for utilizado para a sobrevivência da família poderá ser reinvestido na unidade de produção. [...] A renda agrícola é a medida de resultado econômico que avalia o ganho obtido pela unidade de produção, através da atividade produtiva, durante o ano. Ela se constitui no principal critério de avaliação da capacidade de reprodução da unidade de produção familiar ao longo do tempo (LIMA et al., 2005, p.75).

Assim, a renda agrícola pode ser definida a partir da seguinte fórmula:

$$\mathbf{RA = VA - S - I - J - RT,}$$

Substituindo **VA** temos:

$$\mathbf{RA = PB - CI - D + Sub - S - I - J - RT,}$$

Onde:

S são os salários,

I são os impostos,

J são os juros,

RT é a renda da terra (arrendamentos)

Sub são subsídios.

Segundo Garcia Filho (1999, p.39) “o importante é conhecer as proporções da repartição das riquezas geradas na agricultura – ou o valor agregado, - pois elas revelam as relações de interesse presentes no sistema agrário”.

A partir do cálculo do valor agregado (VA) e da renda (RA) produzidos por cada sistema de produção são elaborados modelos lineares que descrevem a variação do resultado econômico (valor agregado ou renda) global dos sistemas de produção em relação à superfície agrícola útil (SAU) da unidade de produção. A partir dos modelos de renda pode-se facilmente deduzir a superfície agrícola útil mínima para que a unidade de produção possa se manter na atividade agropecuária, assegurando a reprodução social (NRS) do tipo de agricultor em questão. (SILVA NETO, 2002, p. 161).

Assim, usando esse tipo de modelo, conseguiu-se identificar os tipos de agricultores com maiores dificuldades de se manter na atividade agrícola.

2.2.6 Elaboração de linhas estratégicas e projetos de desenvolvimento rural

Após um estudo aprofundado sobre a dinâmica bem como do desenvolvimento da agricultura do município, foram analisadas e propostas, estratégias de desenvolvimento para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores com maior dificuldade de reprodução social, principalmente os integrantes das comunidades menos desenvolvidas.

A definição dessas propostas levou em conta a caracterização e a avaliação técnico-econômica já realizadas, bem como o conhecimento do entorno socioeconômico dos sistemas produtivos que são indispensáveis para identificar as atividades e as técnicas que mais contribuem para um aumento do valor agregado e da renda dos agricultores.

De acordo com Basso et al. (2003, p.84)

A partir da análise da capacidade de reprodução dos diferentes tipos de unidades de produção é possível estabelecer prioridades de pesquisa de alternativas tecnológicas para esses diversos tipos, num esforço para tentar reduzir a intensidade do processo de diferenciação social dos agricultores e evitar a eliminação daqueles que historicamente enfrentam maiores dificuldades.

Assim, as linhas estratégicas foram elaboradas para solucionar a problemática identificada, levando em conta os principais problemas enfrentados pelos agricultores segundo a especificidade e característica de seu tipo.

Segundo Dufumier (2007, p.117) “os projetos devem então ser concebidos de modo a criar as condições que fazem com que a imensa maioria dos agricultores tenha interesse em adotar os sistemas de produção mais condizentes com os objetivos fixados e que, para isso, eles tenham acesso aos recursos”.

No plano tecnológico, os projetos devem ser elaborados visando resolver prioritariamente os problemas técnico-econômicos com os quais os produtores se defrontam crucialmente: reposição da fertilidade dos solos, picos de trabalho, balanço alimentar dos animais, controle de espécies invasoras e pragas, etc. Assim, é preciso enfrentar sucessivamente os diversos pontos de estrangulamento que os agricultores enfrentam na condução dos seus sistemas de produção, considerando-se os meios e os conhecimentos técnicos já adquiridos durante suas explorações, bem como as condições agroecológicas (DUFUMIER, 2007).

Contudo, as técnicas indicadas, devem proporcionar um aumento da renda dos agricultores por meio de um acréscimo na produtividade por trabalhador. Porém, esses ganhos de produtividade devem ser provenientes do aumento geral da produção e redução dos custos, mas sem desempregar os produtores tornados “excedentes” com a adoção dessas técnicas. Portanto, na elaboração dos projetos, é preciso ter muito cuidado para promover as mudanças técnicas apropriadas para a categoria ou tipo de produtor referido.

3 CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA DE IPORÃ DO OESTE, SC

3.1 Localização e Aspectos Físicos

O município de Iporã do Oeste² está localizado na região do extremo-oeste do Estado de Santa Catarina, a uma altitude de 557 metros acima do nível do mar, na Latitude de 26°98'8", e na Longitude de 53°53'5" a Oeste de Greenwich. Possui uma área de, 202 km², sendo que sua distância em relação à capital, Florianópolis é de 790 Km. Os municípios limítrofes de Iporã do Oeste são: Mondaí, Riqueza, São João do Oeste, Tunápolis, Santa Helena e Descanso.

Com relação à temperatura, a média anual da região Oeste do Estado é de aproximadamente, 19 C°, podendo alcançar uma temperatura média mensal no mês mais frio (Junho), de 13,6 C° e no mês mais quente (Fevereiro), de 22,9 C°. A umidade relativa do ar é de, aproximadamente, 72,62 % com uma precipitação média anual de aproximadamente, 2.257,9 mm, estando acima da média geral da Região Sul.

Especificamente no município, o clima é subtropical, com temperaturas máxima de 28°C, mínima de -4°C e média de 18°C, sendo que freqüentemente ocorrem geadas no município. O solo é do tipo Terra Roxa Estruturada, Litossolo e Cambissolos. No que se refere à hidrografia, o município de Iporã do Oeste é banhado por vários cursos de água de pequeno porte. O Rio Antas é o maior rio em termos de volume e vazão, sendo que o mesmo pertence à Bacia do Uruguai e contorna suas águas na porção leste do município, fazendo divisa com o município de Riqueza.

Por ser dotado de muitos cursos de água, o município tem um relevo bastante acidentado, constituído por vários vales, dificultando a prática agrícola, principalmente no que diz respeito à tração mecanizada. Além disso, também existe uma dificuldade maior de controle de erosão nas áreas mais íngremes.

² Iporã do Oeste, SC (http://pt.wikipedia.org/wiki/Ipor%C3%A3_do_Oeste), acessado em 27/01/2009.

3.1.2 Demografia

Conforme dados do Censo Demográfico do IBGE (2007) o município de Iporã do Oeste possui atualmente uma população de 8.091 habitantes. Analisando na figura 1, percebe-se que o município sofreu um decréscimo significativo na taxa de crescimento da população, entre os anos de 1991 a 2006, passando de 8.760 para 7.615 habitantes. Contudo, já no ano de 2007, houve um crescimento populacional significativo, passando de 7.615 para 8.091. No entanto, ao analisar a evolução populacional local, percebe-se um aumento contínuo da população urbana e uma diminuição da população rural ao longo dos anos, sendo isso uma consequência direta do êxodo rural existente.

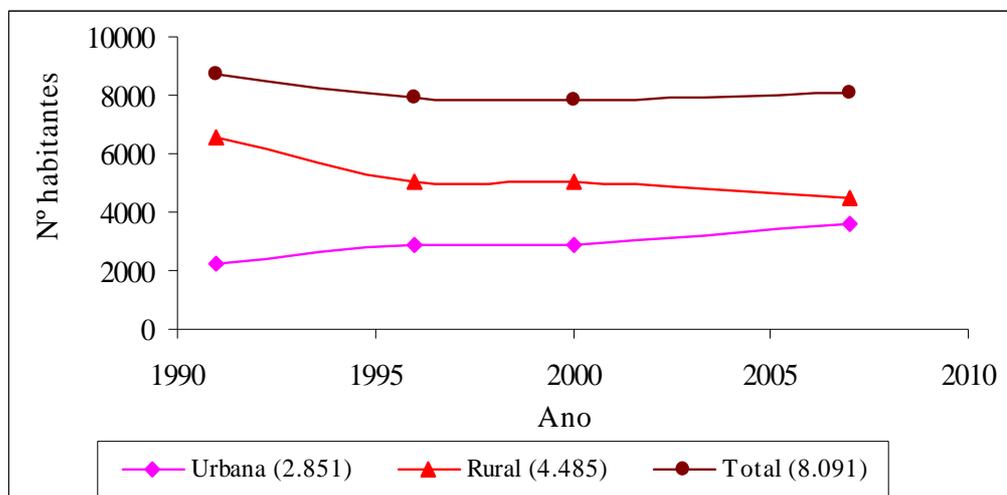


Figura 1: Evolução da população de Iporã do Oeste – SC
Fonte: IBGE, 2008

Assim, analisando o movimento da população no município, percebe-se que, em termos absolutos, houve um aumento da população no meio urbano e uma diminuição da população no meio rural. Contudo, nem toda a população que abandonou o meio rural, se deslocou para o meio urbano local. Com isso, a densidade demográfica diminuiu de 43,36 habitantes por km² em 1991 para 37,69 habitantes por km² em 2006, porém aumentando novamente para 40,05 habitantes por km² no ano de 2007.

3.1.3 Aspectos Socioeconômicos

O município de Iporã do Oeste, como vários outros municípios do país, passou por várias mudanças no desenvolvimento socioeconômico desde sua emancipação em 1989. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2008), no período de 1991 a 2000, Iporã do Oeste teve um crescimento de 9,40 % no índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) passando de 0,713 em 1991 para 0,780 em 2000.

Conforme os dados obtidos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2008) a dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 57,0% passando de 0,808 em 1991 para 0,922 em 2000, seguida pela Longevidade, com 26,0% passando de 0,710 em 1991 para 0,762 em 2000 e pela Renda, com 17,0% que passou de 0,621 em 1991 para 0,655 em 2000. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1-IDH) foi reduzido em 23,3%.

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2008) a renda per capita média do município cresceu 22,93%, passando de R\$ 160,63 em 1991 para R\$ 197,47 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 25,22%, passando de 37,9% em 1991 para 28,3% em 2000. Assim, pode-se afirmar que a desigualdade diminuiu, pois o índice de Gini passou de 0,51 em 1991 para 0,49 em 2000.

Segundo a classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Iporã do Oeste apresenta uma boa posição ocupando a 1040ª posição, sendo que 1039 municípios (18,9%) estão em situação melhor e 4467 municípios (81,1%) estão em situação pior ou igual.

Em relação aos outros municípios do Estado, Iporã do Oeste apresenta uma situação intermediária, ocupando a 191ª posição, sendo que 190 municípios (64,8%) estão em situação melhor e 102 municípios (35,2%) estão em situação pior ou igual.

3.1.4 Estrutura Fundiária

A estrutura fundiária do município de Iporã do Oeste é composta por 1.077 estabelecimentos rurais, sendo que a maioria possui áreas inferiores a 20 ha. Conforme dados do quadro 1, no município 79,5% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 20 ha, e ocupam 54,7% da área utilizada pela agropecuária. Os estabelecimentos que possuem área entre 20 e 50 ha representam 18,9 % dos estabelecimentos rurais e ocupam 35,6% da área. As propriedades que possuem área de 50 ha a 100 ha, representam 1,3 % dos estabelecimentos rurais e ocupam 5,8 % da área. Já as propriedades com mais de 100 ha representam apenas 0,3% dos estabelecimentos e ocupam 3,9% da área total.

Área (ha)	Número Estabelecimentos	Área Total (ha)	Percentual estabelecimentos	% Acumulado	Área Percentual	Área Acumulada %
0 - 5	110	341	10,2	10,2	2,1	2,1
5 - 20	746	8.393	69,3	79,5	52,6	54,7
20 - 50	204	5.676	18,9	98,4	35,6	90,3
50 - 100	14	934	1,3	99,7	5,8	96,1
Mais de 100	3	617	0,3	100	3,9	100
TOTAL	1.077	15.960	100		100	

Quadro 1: Estrutura Fundiária e Distribuição das Terras em Iporã do Oeste - SC.

Fonte: Adaptado IBGE, 1995/96.

3.2 Evolução e diferenciação da agricultura

O estudo da evolução da agricultura do município de Iporã do Oeste inicialmente buscou explicações sobre as transformações que ocorreram na agricultura local, por meio da análise-diagnóstico, método que auxilia no resgate tanto da evolução histórica das relações sociais, como das formas de exploração dos ecossistemas e das técnicas agrícolas adotadas pelos agricultores. Assim, buscou-se identificar quais fatores contribuíram para a acumulação de capital e diferenciação das categorias sociais dos produtores, relacionando-os com os fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos.

De acordo com os fatos ecológicos, técnicos e socioeconômicos sintetizados no quadro 3, a fase recente do desenvolvimento da agricultura do município de Iporã do Oeste, iniciou-se por volta de 1926, quando o território ocupado pelo atual município ainda fazia

parte do município de Porto Feliz (atual Mondaí) e Porto Novo (atual Itapiranga). Nessa época essa região era constituída basicamente por mata nativa, onde predominava a vegetação de araucária, motivo pelo qual os primeiros imigrantes, oriundos principalmente do Rio Grande do Sul, denominaram a localidade central de “Pinhal”.

Nessa época o território local era ocupado por índios e caboclos, que sobreviviam da caça e pesca que era abundante na região, pois era uma área ainda preservada, abundante em arroios, lajeados e alguns rios. Além disso, também praticavam uma agricultura de subsistência, através da derrubada e queimada da mata, com pousio florestal de longa duração, por meio da qual cultivavam milho, feijão e mandioca.

A partir dessa época, inicia-se uma fase de colonização com a vinda dos primeiros moradores à Pinhal, principalmente alemães e italianos, que foi motivada pela abundância das matas, ricas em madeira de lei, e também a busca por terras férteis e baratas. Porém, a dificuldade de acesso a essas terras era muito grande, pois ainda não havia uma estrada que ligasse essa região as cidades vizinhas. Somente no ano de 1928, dois anos após a chegada dos primeiros colonizadores, um grupo de 26 pessoas havia empreitado certos trechos de abertura da atual estrada Laju – Iporã do Oeste.

Quadro 2: Síntese da História Agrária do município de Iporã do Oeste – SC.

Períodos	Fatos ecológicos	Fatos técnicos	Fatos socioeconômicos
Até 1930 Colonização.	Mata nativa; Derrubada e queimada; Exploração da fertilidade natural do solo.	Prática de agricultura de subsistência; Sistema pousio de longa duração; Trabalho braçal (foice, machado, enxada e facão).	Índios e caboclos; Imigração e migração principalmente de alemães e italianos vindo do RS.
1930 – 1970 Agricultura colonial.	Desmatamento;	Derrubada e queimada; Pousio; Produção de suínos tipo banha; Produção de milho; Tração animal.	Aumento do povoamento; Processo de urbanização nas cidades vizinhas; Aumento do comércio e indústria; Ampliação do consumo (de forma genérica); Comercialização do excedente.
1970 – 1990 Modernização	“Fim” do desmatamento; Crise da fertilidade do	Diminuição da produção e do rendimento; Esgotamento do ciclo suíno banha; Crise do suíno pela integração; Utilização de adubos	Início do crédito subsidiado; Continua o processo de urbanização e industrialização do país; Aumento do consumo e

da agricultura.	meio (solos); Erosão.	químicos de origem industrial; Motomecanização e mecanização; Suíno carne, soja, aves, leite.	comércio; Instalação de frigoríficos e cooperativas; Fim do crédito subsidiado; Emancipação.
1990 até 2008 Diversificação e intensificação da produção.	Rotação de culturas; Reflorestamento.	Técnicas de conservação do solo; Aumento da produção de leite; Diversificação e intensificação das culturas.	Crise da agricultura, diminuição da renda e êxodo rural; Consolidação das parcerias; Retomada do crédito subsidiado (Pronaf).

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2008.

Portanto, o início da colonização foi marcado por duras condições de vida, sendo que as famílias passavam por muitas dificuldades para adquirir gêneros alimentícios de primeira necessidade, ter acesso a serviços médicos, meios de comunicação, entre outras necessidades, pois o comércio mais próximo era Porto Feliz, hoje Mondai, com uma distância de 23 km, sendo que o deslocamento era feito a cavalo.

Aos poucos os primeiros moradores foram derrubando e queimando as matas para dar início à construção das primeiras moradias e pequenas roças de subsistência, sendo que o trabalho era realizado através da força braçal e como instrumentos usavam machados, facão, enxada e foices. Nessa época, as famílias ainda dependiam muito da caça de animais para o seu sustento.

A reposição da fertilidade do solo era realizada através das queimadas, derrubadas e pousio (arbóreo) de longa duração, sendo que a derrubada da mata era feita de forma gradativa, de acordo com as necessidades locais. Esse período também foi marcado pelas grandes dificuldades encontradas pelos agricultores em relação ao acesso a instrumentos mais aperfeiçoados para o manejo da terra, devido à distância e dificuldade de acesso ao comércio das cidades vizinhas.

A partir da década de 40, houve um aumento do povoamento local e regional, influenciado principalmente pelos projetos de colonização (privados), advindos majoritariamente do Rio Grande do Sul, resultando numa maior demanda de produtos e conseqüentemente o aumento do consumo, proporcionando assim, um significativo crescimento do comércio e da indústria, tanto no setor alimentício como no setor de máquinas e equipamentos agrícolas e não-agrícolas.

Além disso, em função do aumento populacional local, tem-se uma maior intensificação da derrubada e queimada da mata, dando início à agricultura colonial, caracterizada pela utilização do trabalho manual, baseado no uso de machado, enxada, facão, serrote além da força de tração animal para a realização das atividades agrícolas, sendo que a reposição da fertilidade do solo ainda era realizada através do pousio de longa duração.

Nessa época, o principal produto comercial era a banha, associado à produção de milho, e produtos de subsistência, além da exploração da madeira para comercialização, que também teve importância econômica para os agricultores e auxiliando no fortalecimento das pequenas serrarias locais.

Entretanto, verifica-se que nessa época havia uma grande dificuldade de comercialização dos produtos em função da distância de outros centros urbanos e dificuldade de acesso aos meios de transporte. Aos poucos, com o aumento da população, instalaram-se algumas casas de troca e venda de produtos primeira necessidade, facilitando assim a comercialização dos produtos excedentes.

Já partir da década de 70, tem-se uma intensificação do processo de urbanização e industrialização do país, e conseqüentemente também das cidades vizinhas, resultando no fortalecimento do comércio em geral. Sendo assim, essa época foi marcada pela melhoria nas condições de compra e venda dos produtos agrícolas entre outros, pois havia uma maior demanda sobre os mesmos. No entanto, esse período também foi caracterizado pelo fim do ciclo do suíno tipo banha na região em conseqüência da queda de preço sobre o produto, fortemente influenciada pela substituição da banha pelos óleos vegetais em todo o país e pela introdução do suíno tipo carne.

Porém, a partir dessa realidade, inicia-se um período de crise da agricultura colonial, caracterizada pela diminuição da produção e do rendimento agrícola, devido à erosão e conseqüentemente diminuição da fertilidade do solo, resultante do uso intensivo da terra decorrente da crescente redução do tempo de pousio. Com efeito, a reposição natural e orgânica da fertilidade, por meio do pousio com emprego da vegetação espontânea como estratégia de reprodução da fertilidade e dejetos animais, encontraram seus limites diante das necessidades dos cultivos.

Esta crise deflagra uma nova fase no processo de desenvolvimento da agricultura de Iporã do Oeste, na qual se consolidou a chamada modernização da agricultura, caracterizada principalmente pela mecanização e industrialização da agricultura. Nessa época inicia-se a utilização de adubos químicos de origem industrial, para a recuperação da fertilidade do mesmo. Além disso, iniciou-se também a motomecanização e mecanização do setor agrícola, melhorando as condições de produção e manejo da produção num modo geral.

Ainda entre a década de 70 e 90, observa-se o início do financiamento de subsídio agrícola e a instalação de cooperativas e frigoríficos na região, fortalecendo o desenvolvimento da agricultura local e, conseqüentemente, proporcionando melhores condições de vida aos agricultores. As principais atividades desse período eram: aves, suínos, soja, fumo, leite e milho.

No entanto é preciso lembrar que nem todos os agricultores tiveram acesso ao crédito com subsídio agrícola, sendo que esses tiveram grandes dificuldades de aperfeiçoar sua propriedade e competir de forma igualitária no comércio com os demais que conseguiram ter acesso ao crédito, aumentando o desenvolvimento da propriedade, ganhando força no mercado local. Porém, verifica-se que os poucos agricultores que conseguiram aderir o crédito subsidiado, eram aqueles que já tinham certa estabilidade na propriedade, tendo maiores áreas de terra e uma boa produção de suínos, sendo que essa era uma das atividades mais rentáveis dessa época.

Mas, com o início das integrações produtor/empresa no final da década de 80, deflagra-se o início da crise do suíno, caracterizada pela diminuição da produção do produto devido às maiores exigências das empresas “parceiras”, além do preço pago pelo produto não ser compatível com a expectativa dos produtores. Assim, neste período houve uma diminuição da produção de suínos, mas que acabou aumentando novamente no final da década de 90.

Contudo, como fato marcante da década de 80, tem-se a emancipação do município em 04 de janeiro de 1988, pela Lei Estadual nº 1.098, sendo comemorado no dia 1º de junho de 1989. Porém, ainda em 1988, através de um plebiscito popular o nome de Iporã foi alterado para Iporã do Oeste.

Assim, pode-se dizer que no período de 1970 a 1990, consolidou-se a chamada agricultura moderna, caracterizada essencialmente pela mecanização e industrialização da agricultura, baseada no uso de insumos de origem industrial e na mecanização da produção.

Já o início da década de 90 é caracterizado pela crise da agricultura e, conseqüentemente, pela diminuição da renda, devido ao uso intensivo de insumos de origem industrial, o aumento nos custos de produção, o fim do crédito subsidiado aliado à instabilidade econômica (inflação), que contribuíram para o aumento da diferenciação social dos agricultores, acarretando no aumento do êxodo rural.

No entanto, devido às dificuldades enfrentadas pelos agricultores nesse período, face às novas exigências impostas pelas novas condições socioeconômicas, e também o forte estímulo da extensão rural, tem-se o início da diversificação das culturas e a intensificação da produção visando uma maior agregação de valor aos produtos, derivados principalmente da atividade leiteira, suínos e aves.

Esse aumento da produção de suínos e aves, ressaltado na figura 2 e 3, também se deve pela maior consolidação do processo de integração entre produtor/empresa, em função da necessidade de atender a demanda dos frigoríficos existentes na região, melhorando assim a renda dos agricultores. Contudo, verifica-se nas figuras 2 e 3, que o número de estabelecimentos que possuem instalações para produções de suínos e aves diminuiu, mas a produção aumentou, devido a maior concentração dessa produção.

Em relação à atividade leiteira, percebe-se na figura 4, que o número de vacas ordenhadas aumentou significativamente desde o ano de 1996 até 2006, sendo que conseqüentemente a produção também vem aumentando gradativamente, melhorando a renda dos produtores. Esse aumento significativo da produção está, entre outros fatores, baseado na procura de melhoria da qualidade de vida da população rural, onde na produção leiteira, vêem uma alternativa de renda mensal, em média com um bom valor agregado por hectare.

Já no final da década de 90, com a retomada do crédito subsidiado (Pronaf) a juros baratos, houve uma melhoria em relação aos investimentos no setor agrícola. No entanto, muitos agricultores ainda têm dificuldade em acessar esses créditos, ou o valor recebido é insuficiente para efetivar as mudanças estruturais necessárias para a modernização de seu

sistema produtivo e competir de forma igualitária no mercado com os demais produtores já capitalizados.

Não obstante, constata-se que a maioria dos agricultores que não conseguiram aderir ao crédito subsidiado no início da década de 90, novamente tiveram dificuldade de consegui-lo no final da mesma década, pois continuam descapitalizados e com dificuldade de reprodução social, não se enquadrando nas exigências das instituições financiadoras. Muitos até conseguem fazer pequenos financiamentos, custeios de produção, mas os valores são muito inferiores aos necessários, dificultando assim, o desenvolvimento dessas propriedades.

No entanto, um aspecto importante verificado na análise da agricultura local é o grande número de propriedades com áreas de florestamento, principalmente com eucalipto, proporcionando um aumento da renda a médio e longo prazo, além de auxiliar na conservação do solo. Neste contexto esta prática pode ser considerada um fator positivo, pois grande parte das terras que constituem o município são bastante íngremes, ou seja, deveriam ser áreas de preservação permanente. Contudo, como as terras da maioria dos agricultores são inadequadas para o cultivo de grãos, dentre outros produtos, o eucalipto se torna uma alternativa de controle da erosão do solo, e ao mesmo tempo, auxilia na renda do agricultor.

Assim, podemos destacar que o processo de desenvolvimento da agricultura moderna promoveu profundas transformações na paisagem e acentuou a diferenciação geográfica, técnica e socioeconômica na agricultura. Essa diferenciação resultou, essencialmente, das desigualdades de meio físico e socioeconômico iniciais dos agricultores, somadas a outras suplementares acumuladas ao longo de suas trajetórias de evolução.

Destarte, com o sistema milho-suíno da agricultura colonial, alguns agricultores acumularam o suficiente para ampliar a superfície agrícola, por meio da compra de terra de outros agricultores. Portanto, pelo fato de possuírem maiores áreas de terras, esses agricultores tiveram mais facilidade de acesso ao crédito subsidiado e rapidamente adotaram os sistemas de produção baseado na produção de aves, suínos e produção de leite, enquanto aqueles com áreas menores foram condicionados a prática do sistema de produção com tração animal ou com contratação de serviços de mecanização de terceiros, baseados na produção de milho, fumo, leite em pequena quantidade, além dos produtos de subsistência.

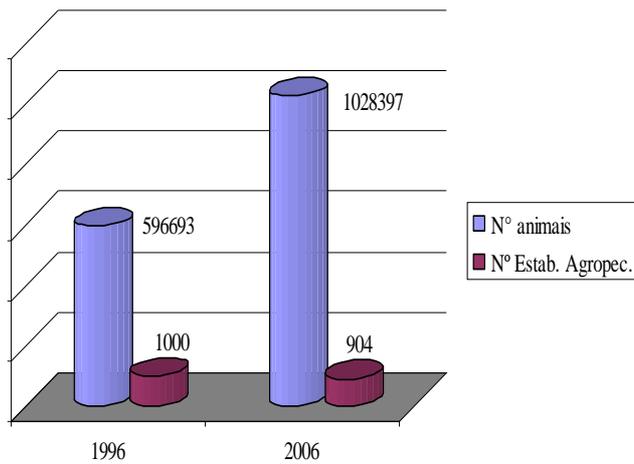


Figura 2: Evolução da produção de aves entre os anos de 1996 e 2006 do município de Iporã do Oeste - SC.

SUÍNOS

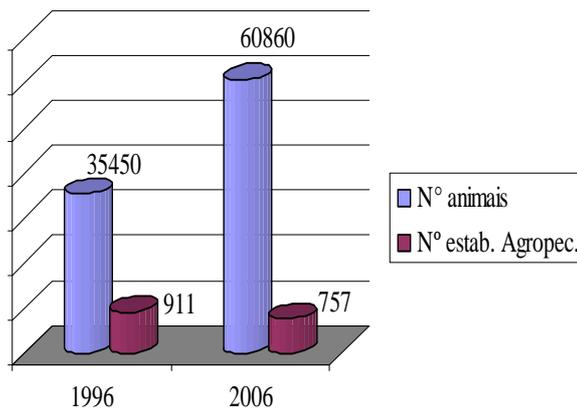


Figura 3: Evolução da produção de suínos entre os anos de 1996 e 2006 do município de Iporã do Oeste - SC.

VACAS ORDENHADAS

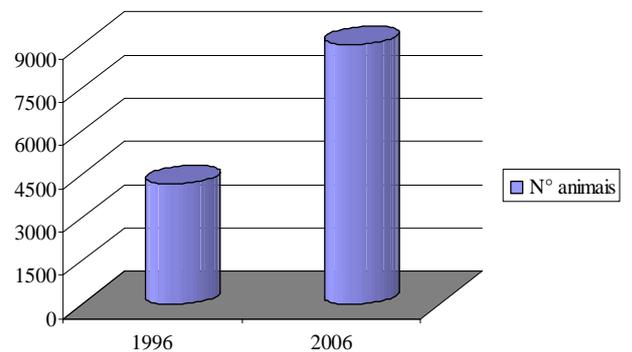


Figura 4: Aumento no número de vacas ordenhadas entre os anos de 1996 e 2006 do município de Iporã do Oeste - SC.

3.3 Análise da paisagem e descrição fisiográfica da região

Através da leitura e posterior análise das transformações ocorridas na paisagem do município de Iporã do Oeste desde o início da colonização até os dias atuais, identificou-se zonas agroecológicas distintas do ponto de vista do desenvolvimento agrícola.

Compreendendo-se a paisagem como fruto da relação entre as ações dos agentes – no caso o agricultor – e o meio, a caracterização da região de estudo se baseou principalmente na observação e posterior análise dos ecossistemas predominantes na região, nas diferenças encontradas em termos de vegetação, topografia, tipo de solo, infra-estrutura social e produtiva, tamanho e aparência das unidades de produção além das atividades agropecuárias.

Assim, essa diversidade encontrada na caracterização geral da paisagem e nos sistemas de produção praticados, implicou na divisão da região em zonas mais homogêneas a fim de facilitar o trabalho de caracterização de dos agricultores, considerando que os diferentes sistemas de produção praticados são influenciados pela condição do meio em que os agricultores estão inseridos.

Segundo Dufumier (2007) delimitar zonas agroecológicas homogêneas na área de estudo serve também para caracterizar os principais problemas que a população residente em cada uma destas zonas está enfrentando. Esta etapa serve, portanto, para identificar e descrever os modos de exploração dos ecossistemas.

Na delimitação das zonas homogêneas é importante identificar quais fatores tem contribuído significativamente para a evolução na dinâmica da agricultura. Esses fatores podem ser ou estar relacionados com a densidade populacional e seus movimentos, acesso ao mercado consumidor e de abastecimento, tecnologia que está sendo usada, condições ecológicas do solo, do relevo e da vegetação, etc. A partir desse conjunto de observações é possível identificar, delimitar e analisar a diversidade das condições em que os agricultores operam, assim como de transformações que contribuem para a evolução da agricultura (DUFUMIER, 2007).

Dessa forma, no meio rural de Iporã do Oeste foram identificadas quatro zonas agroecológicas distintas, diferenciando-se nas características ecológicas (hidrografia, relevo, tipo de solo, vegetação) e socioeconômicas (infra-estrutura, densidade demográfica, estrutura fundiária, diferentes tipos de agricultores, relações sociais, etc.), conforme mostra a figura 5.

A microrregião 1, caracterizada de **“agricultura familiar mecanizada”**, compreende as localidades de Letras, São Vendelino, Jacutinga, Faik, Cabeceira do Taquarussu, Lagoa dos Patos e Aparecida. Essa microrregião apresenta características de

relevo menos ondulado, conseqüentemente grande parte das áreas são mecanizáveis, porém a tração mecanizada é incompleta. O solo é vermelho, profundo e fértil, sendo que a área agricultável é maior comparado às outras regiões do município. A hidrografia dessa microrregião é composta por sete cursos d'água denominados de “lajeados”.

A infra-estrutura (instalações), em geral, se encontra em bom estado de conservação. Os sistemas de produção se baseiam principalmente na produção de grãos e bovinocultura de leite com um rebanho de alta produtividade, baseado em pastagens de boa qualidade e suplementação mineral e alimento concentrado. Além disso, também se tem presente o cultivo de cana-de-açúcar para abastecer uma agroindústria familiar localizada na microrregião, com produção de melado, açúcar de cana e doces de frutas em pasta. A mão de obra predominante nesta microrregião é familiar, havendo poucas propriedades com funcionários contratados.

O nível de capitalização das unidades de produção dessa microrregião é relativamente alto comparado com as demais microrregiões identificadas. Entretanto, essa maior capitalização está baseada em vários fatores, dentre os quais se destacam a localização geográfica, o relevo e o tipo de solo.

Como pode ser observado na figura 5, o território dessa microrregião engloba toda a área ao redor do centro municipal, oportunizando aos atores locais uma maior facilidade de conquistar um emprego auxiliando assim, na geração de renda da família, melhorando sua qualidade de vida. Além disso, também se beneficiam de uma maior facilidade de venda de produtos e compra de insumos agrícolas para a manutenção da sua unidade de produção.

Em relação aos outros fatores, o relevo mais plano característico dessa microrregião, associado a um solo mais fértil e profundo, facilita a prática da mecanização agrícola, proporcionando uma maior facilidade de manejo dos sistemas de produção adotados, baseados principalmente na produção de milho e pecuária leiteira.

A microrregião 2 é a região que abrange a região central do município, constituída pelas comunidades de Piraju, Alto Piraju, Taquarussu, Taquara, União da Serra, Esperança. Esta microrregião é caracterizada pela predominância de uma **“agricultura familiar diversificada”**, com sistemas de produção constituídos pelo cultivo de fumo, grãos,

bovinocultura de leite, avicultura, suinocultura, implantação de florestamento, ainda que exista uma grande quantidade de mata nativa.

Nessa microrregião, predomina agricultores familiares menos capitalizados comparativamente à microrregião 1, com predominância de tração animal e instalações em regular estado de conservação. As unidades de produção são de pequeno porte, com algumas exceções, tendo uma densidade demográfica menor do que na região 1.

Além disso, nessa microrregião, se localiza uma pequena cooperativa de produtores de leite, chamada COAFIO (Cooperativa de Agricultores Familiares de Iporã do Oeste), responsável pela compra e posterior venda de boa parte da produção local. Sendo assim, comparada às outras três regiões do município, essa se caracteriza pela diversidade das produções existentes. O relevo dessa microrregião é bastante ondulado, determinando áreas de acentuada declividade, impróprias para a produção de grão. A hidrografia é composta por quatro lajeados.

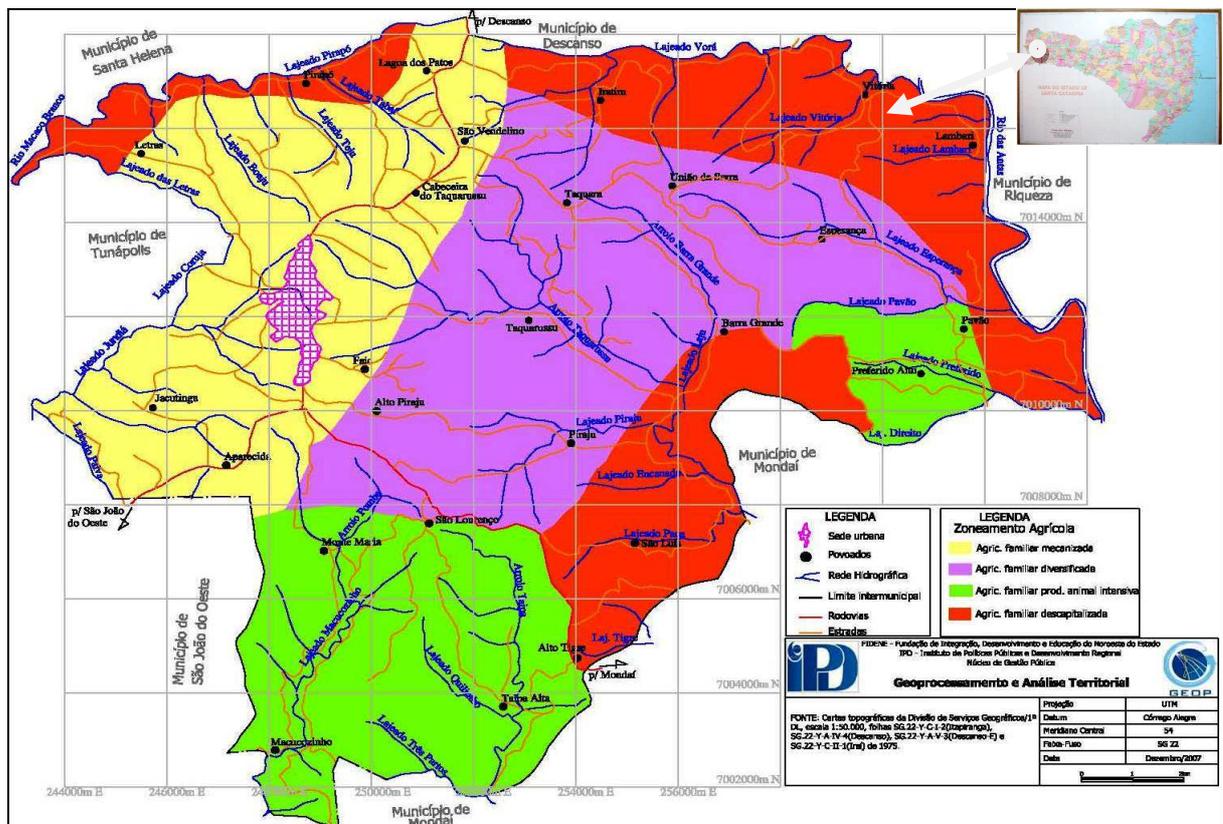


Figura 5: Microrregiões Geográficas do Município de Iporã do Oeste – SC, 2008.

A microrregião 3 compreende as localidades de Monte Maria, Taipa Alta, Macucozinho e Preferido Alto, caracterizada como uma microrregião de **“agricultura familiar com produção animal intensiva”**, as atividades predominantes são avicultura e suinocultura com sistema de integração, além de uma alta produtividade no setor de grãos e leite. O relevo é menos acidentado relativamente à região 2, tendo uma relativa presença de mata nativa, além de altos índices de florestamentos.

A hidrografia é caracterizada pela presença de dois arroios e cinco lajeados, sendo que os mesmos são de grande importância para o desenvolvimento das unidades de produção locais, tendo em vista serem baseadas principalmente na produção de aves e suínos, atividades que demandam de alto consumo de água.

Nessa microrregião, predominam agricultores familiares capitalizados, com predominância de tração mecanizada incompleta e instalações em bom estado de conservação. As unidades de produção são de pequeno e médio porte, não muito distantes umas das outras, o que indica a densidade demográfica da microrregião.

A microrregião 4 definida como **“agricultura familiar descapitalizada”** compreende as comunidades de Pirapó, Iratim, Vitória, Lambari, Pavão, São Luiz e Alto Tigre. Caracteriza-se por apresentar relevo mais acidentado comparado com as microrregiões do município, com formação basicamente de vales em “V”, incapacitando a mecanização nessas áreas. O solo é bastante pedregoso com vários afloramentos de rochas, tendo a presença de capoeiras e de mata ciliar devido à presença de vários lajeados e dois rios, que dividem o município com os municípios de Riqueza (rio das Antas) e Santa Helena (rio Macaco Branco).

Nessa microrregião a densidade demográfica é mais alta em relação às outras, a agricultura é praticada predominantemente por pequenos agricultores familiares pouco capitalizados ou em processo de descapitalização. Praticamente não existe tração mecanizada, devido às condições desfavoráveis do relevo e também pela incapacidade financeira de adquirir esses equipamentos. Assim, o trabalho é baseado na tração animal e mão de obra familiar, sendo que a superfície agrícola por unidade de produção é relativamente pequena e as instalações em geral estão em estado precário de conservação. Os sistemas de produção são constituídos basicamente pela produção de fumo e grãos, além da produção de leite em

pequena escala com rebanho misto e poucas áreas de pastagem. Contudo, nessa região existe forte presença da produção de alimentos voltados à subsistência, além da presença de áreas de reflorestamento.

3.4 Categorias sociais de agricultores e sistemas de produção de Iporã do Oeste, SC.

Segundo Garcia Filho (1999), a diversidade e complexidade dos Sistemas Agrários resultam da combinação dos diversos ecossistemas e das diferentes categorias sociais historicamente constituídas e geograficamente localizadas. Portanto, pode-se dizer que o conhecimento de cada forma de agricultura requer a identificação, classificação, caracterização e análise das diversas modalidades de organização e funcionamento do agroecossistema, do sistema social produtivo e das suas inter-relações.

3.4.1 Identificação e caracterização dos tipos de agricultores e sistemas de produção

Ao entendermos o desenvolvimento de um sistema agrário como resultado da dinâmica, ou seja, das mudanças na trajetória de evolução das unidades de produção que o constituem, é de fundamental importância explorar e compreender o universo das unidades de produção a partir dos seus constituintes fundamentais, ou seja, as categorias sociais de agricultores e os sistemas de produção.

Contudo, ao realizar esse trabalho de identificação e análise das categorias de produtores e tipologia dos sistemas de produção é preciso lembrar que:

Uma mesma zona agroecológica, considerada relativamente homogênea do ponto de vista das grandes transformações da agricultura, pode também apresentar heterogeneidades internas que provêm, no essencial, de variações agroecológicas locais e de desigualdades socioeconômicas entre produtores agrícolas. (DUFUMIER, 2007 p. 74).

Nesse sentido, a análise das unidades de produção deve estar pautada num exame sistemático dessas diferenças no contexto das diversas zonas, pois segundo DUFUMIER (2007, p. 75),

A elaboração de uma tipologia das explorações agrícolas, em cada uma das zonas previamente demarcadas, tem por finalidade mostrar como as diversas categorias de agricultores praticam diferentes sistemas de produção, de acordo com os recursos de que eles dispõem e com a natureza das relações sociais em cujo contexto eles operam.

Assim, buscando compreender como as unidades produtivas tornaram-se objeto de uma acumulação desigual de capital e como os sistemas de produção aí praticados se diferenciaram, entendeu-se que a heterogeneidade existente entre os agricultores do município de Iporã do Oeste, diz respeito principalmente às diferentes trajetórias de evolução às quais eles passaram baseadas numa maior dificuldade ou facilidade ao acesso a terra e acumulação de capital; ao acesso á créditos financiados para realização de investimentos na unidade de produção; condições de acesso aos diversos mercados entre outros aspectos, que acentuaram a diferenciação entre os agricultores, aumentando assim, a diversidade dos sistemas de produção.

Contudo, é preciso ressaltar que é a racionalidade de cada tipo de agricultor que conduz a adoção de diferentes sistemas de produção, onde a prática das culturas e criações é realizada de acordo com os recursos disponíveis na propriedade, sejam eles financeiros, mão-de-obra, de recursos naturais ou de mercado.

Na sociedade moderna, predomina a suposição de uma única racionalidade, a maximização da taxa de lucro, como orientadora dos agentes econômicos. No entanto, para o agricultor, a racionalidade econômica, ou seja, a busca de mais lucro imediato não é o único parâmetro orientador das suas decisões. Apesar de sua inserção no mercado, existe uma diversidade de estratégias e lógicas de decisão dos agricultores, ou seja, uma outra racionalidade, caracterizada por um conjunto de valores, regras de comportamento, parâmetros de escolha, que, organizados na mente do agricultor, dão um sentido, uma razão própria que orienta suas decisões, suas opções técnicas, baseadas no patrimônio cultural e na interação social ao qual o agricultor está inserido.

A caracterização dos sistemas de produção agrícola tem por objetivo identificar e hierarquizar os principais problemas técnicos e econômicos com os quais se confronta cada uma das categorias de produtores. Ela visa notadamente a precisar bem as dificuldades que os agricultores experimentam para satisfazer melhor os seus interesses respectivos a partir dos recursos disponíveis. (DUFUMIER, 2007, p. 83).

Portanto, para tornar compreensível a diversidade da agricultura local, inicialmente buscou-se identificar os tipos de sistemas de produção predominantes no município e a categoria de produtores a qual eles pertencem entrevistando 50 unidades de produção. Entretanto, como a agricultura local é baseada na agricultura familiar constituída por pequenas propriedades, privilegiou-se nessa análise os agricultores que constituem, portanto, a categoria sócioeconômica designada como “familiar”.

São relativamente numerosas as definições de agricultura familiar (TINOCO, 2008), entretanto, nesse estudo a *categoria de agricultores familiar* é compreendida como aquela que emprega exclusivamente mão-de-obra familiar, embora haja diversidade no nível de capitalização entre a população considerada: alguns agricultores são mais capitalizados, possuindo maior extensão de terra e mecanização completa; outros menos capitalizados, com tração mecanizada incompleta; por fim, encontram-se também os descapitalizados que possuem menor extensão de terra e trabalham somente com tração animal, contratando raramente serviços de terceiros.

Para uma maior compreensão da dinâmica agrária local, compreendendo as quatro zonas homogêneas identificadas no município, essa categoria de agricultores familiares, foi estratificada em onze tipos de sistemas de produção, de acordo com a combinação e intensidade dos meios de produção disponíveis e das atividades agropecuárias desenvolvidas.

Portanto nas quatro zonas homogêneas do município identificaram-se os seguintes tipos de sistemas de produção:

- Familiar (F), com mecanização incompleta (MI) e produção de grãos, essencialmente milho (Mi): (*F-MI Milho*).
- Familiar (F), com mecanização incompleta (MI), produção de grãos e leite em menor escala: (*F-MI Milho / Leite menor escala*);
- Familiar (F), com mecanização incompleta (MI), produção de grãos e leite em maior escala: (*F-MI Milho / Leite maior escala*);
- Familiar (F), com tração animal (TA), produção de fumo e leite: (*F-TA Fumo / Leite*);
- Familiar (F), com tração animal (TA), produção de fumo, milho e leite com baixa intensidade: (*F- TA Fumo / Milho / Leite extensivo*);

- Familiar (F), com tração animal (TA), produção de fumo e milho: (*F- TA Fumo / Milho*);
- Familiar (F), com tração animal (TA), produção de milho, leite e suínos com processo de integração: (*F-TA Suíno / Leite / Milho*);
- Familiar (F), com tração animal (TA), produção de fumo, milho e leite intensivo: (*F-TA Fumo / Milho / Leite intensivo*);
- Familiar (F), com mecanização incompleta (MI), produção de leite e suínos com processo de integração: (*F-MI Leite / Suíno*);
- Familiar (F), com tração animal (TA), produção de leite e aves com processo de integração: (*F-TA Aves / Leite*);
- Familiar (F), com mecanização incompleta (MI), produção de grãos e aves com processo de integração: (*F- MI Aves / Grãos*).

No entanto, como todos os tipos identificados são da categoria familiar, optou-se em criar uma simbologia para facilitar a compreensão e distinção desses tipos na caracterização e avaliação econômica, conforme segue:

- F1** – MI- Milho;
- F2** – MI- Grãos / Leite menor escala;
- F3** – MI- Grãos / Leite maior escala;
- F4** – TA- Fumo / Leite;
- F5** – TA- Fumo / Milho / Leite extensivo;
- F6** – TA- Fumo / Milho;
- F7** – TA- Suíno / Leite / Milho;
- F8** – TA- Fumo / Milho / Leite intensivo;
- F9** – MI- Leite / Suíno;
- F10** – TA- Aves / Leite;
- F11** – MI- Aves / Grãos.

Como pode-se observar, os tipos de tração adotados nos sistema de produção citados acima são: **TA** = Tração Animal e **MI** = Mecanização incompleta (trator e implementos), sendo que não foram identificados sistemas de produção com tração mecanizada completa (TMC).

3.4.2 Unidades de Produção com Tração Animal - TA

São unidades de produção que utilizam tração animal como principal meio de produção e podem temporariamente contratar serviços de terceiros. Estas unidades de produção geralmente são as que possuem menor área, tendo em média 8 à 13 ha de área útil, com topografia acidentada e solos pedregosos. No município de Iporã do Oeste identificaram-se seis tipos de unidades de produção dentre as 50 analisadas que utilizam tração animal, porém praticam sistemas de produção diferenciados.

3.4.3 Unidades de Produção com Mecanização Incompleta – MI

Essas unidades de produção realizam suas atividades agrícolas de forma mecanizada, possuindo tratores e equipamentos mecânicos necessários, desenvolvendo as atividades de preparo do solo, dessecação, plantio e tratos culturais com máquinas e equipamentos próprios, porém a mecanização é incompleta, pois necessitam contratar serviços de terceiros para colheita e transporte da produção. A Superfície Agrícola Útil varia de 14 a 48 ha, sendo que nesta categoria foram identificados cinco tipos de produtores, cada qual com sistemas de produção também diferenciados.

Dessa forma, a seguir será apresentada uma caracterização e análise técnico-econômica dos sistemas de produção identificados como representativos da diversidade da agricultura de Iporã do Oeste, subsidiando a avaliação do potencial de desenvolvimento da agricultura do município.

Nos gráficos apresentados a seguir estão relacionados todos os tipos de sistemas de produção estudados no município de Iporã do Oeste, os quais demonstram a composição da renda agrícola (contribuição de cada atividade na formação da renda agrícola anual). O grau de inclinação das retas, medido pelo coeficiente angular “a”, representa a intensificação das atividades em relação à superfície agrícola explorada, ou seja, as retas que estão mais próximas do eixo y são as que proporcionam maior valor agregado por unidade de área. Em contrapartida, as atividades menos intensivas são representadas pelas retas menos inclinadas,

mais distantes do eixo y, apresentando uma menor contribuição marginal em relação à área (coeficiente “a”).

As retas dos sistemas de produção partem abaixo do eixo “x”, ou seja, de um valor da renda negativo que corresponde ao custo não proporcional “b”, formado principalmente pela depreciação de máquinas e equipamentos. O ponto onde a reta dos subsistemas termina indica no eixo “y” a renda agrícola total e no eixo “x” a superfície agrícola útil total.

O **tipo F1** (MI- Milho) se localiza principalmente na microrregião 1, caracterizada como *agricultura familiar mecanizada*, devido a presença de maiores áreas de terra mecanizáveis em comparação as demais regiões, sendo que os agricultores que pertencem a este tipo de sistema de produção, normalmente dispõem de uma superfície agrícola útil (SAU) de aproximadamente 16,5 ha. Esses agricultores desenvolvem o sistema de produção com 1,5 unidades de trabalho familiar, sendo que 16 ha da SAU disponível é ocupada para a produção de milho e 0,5 ha para produtos de subsistência. Possuem um médio grau de capitalização, dispondo de uma mecanização incompleta, constituída por um trator e alguns equipamentos como plantadeira, espalhador de uréia, pulverizador, que muitas vezes são adquiridos em grupo, além de instalações como galpões que apresentam bom estado de conservação.

Com este sistema de produção baseado somente na produção de milho, pode-se gerar em média R\$ 862,57 de Valor Agregado Bruto por Unidade de Superfície Agrícola Útil, medida em hectare (VAB/SAU), totalizando R\$ 14.232,47 de Valor Agregado Bruto total (VAB total), sendo que o Valor Agregado Líquido total (VAL total) é de R\$ 12.283,30. A atividade do milho gera um VAB/há de R\$ 820,33 totalizando um VAB total de 13.125,22 e a subsistência gera um VAB/há de R\$ 2.214,50 somando um VAB total de 1.107,25.

Na tabela 1, está representada a composição da renda agrícola desse tipo, que representa um valor de R\$ 11.060,69, onde a cultura do milho contribui com 92,22 % ocupando 96,97 % da área agrícola e a subsistência, com 7,78 % de contribuição da renda, utilizando em torno de 3,03 % da área. Os gastos não proporcionais representados pela letra b somam um total de R\$ 1.844,28, que representa a parte do gráfico que fica inferior a da linha de reprodução social.

Tabela 1: Composição da Renda Agrícola do Tipo F1 (MI- Milho) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (R\$)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	2.214,50	0,5	3,03	1.107,25	92,22		
Milho	770,00	16	96,97	12.320,00	3,03		
Total		16,5	100	13.427,25	100	1.844,28	11.060,69

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (R\$): Contribuição marginal por unidade de área;

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAU ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

Analisando a figura 6, que também apresenta informações referentes à composição da renda agrícola, podemos observar que a subsistência, com R\$ 2.214,50 por unidade de área (coef. “a”) é a atividade que apresenta a maior contribuição marginal na composição da renda global, pois a atividade de milho gera somente R\$ 770,00/há.

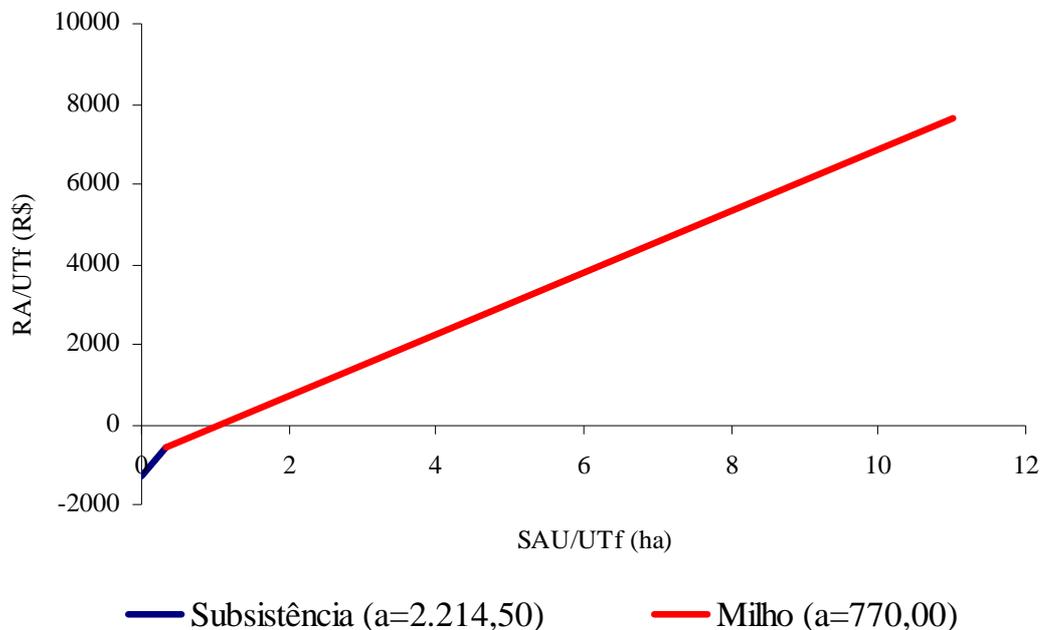


Figura 6: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F1 (MI- Milho) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

Os agricultores pertencentes ao **tipo F2** (MI- Milho/Leite menor escala) se caracterizam por explorar uma área agrícola útil em torno de 48 ha, possuindo 2,5 unidades de trabalho familiar para desenvolver esse sistema de produção baseado na produção de milho e leite, além da subsistência. Devido à utilização da área útil para produção de milho e atividade leiteira, no verão a área é ocupada principalmente com a cultura do milho (35 ha) sendo o restante da área reservada para a produção de aveia de verão (4,5 ha) e milho silagem (1,5) destinados para a atividade leiteira. Já no inverno, somente são cultivados 3 ha de aveia e azevém, utilizados como pastagem para a atividade leiteira. Contudo, além dessas culturas, existem também as atividades permanentes, destinadas também para a produção leiteira, sendo cultivados 2,5 ha de pasto pioneiro (capim elefante), 3 ha de tifton e 0,5 ha de alfafa, além da utilização de 1 ha para a produção de produtos de subsistência.

A maior parte desses agricultores está localizada na microrregião de *agricultura familiar mecanizada*, possuindo um relativo maior grau de capitalização, dispendo de instalações em bom estado de conservação, compostas por galpões mistos e galpões com estábulos. Normalmente os agricultores pertencentes a este tipo possuem máquinas e equipamentos próprios para a realização do seu sistema de produção, como um trator e alguns implementos, porém a mecanização é incompleta, necessitando contratar serviços de terceiros para a colheita e transporte da produção.

Além disso, também possuem equipamentos específicos para desenvolver a atividade leiteira como: ordenhadeira, triturador, trilhadeira e uma forrageira estacionária. O rebanho leiteiro é composto por 6 vacas em lactação com rendimentos médios diários de 13 litros/vaca, além de possuir também, 10 novilhas.

Os resultados econômicos obtidos por este sistema de produção, baseado na produção de milho e leite em menor escala são: R\$ 1.176,05 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 56.450,32 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 49.722,49. A atividade do milho gera um VAB/ha de R\$ 1236,05 totalizando um VAB total de R\$ 43.261,71 e a produção de leite gera um VAB/ha de R\$ 933,73, somando um VAB total de R\$ 11.251,41.

A renda agrícola é de R\$ 45.322,40, (tabela 2), sendo que a cultura do milho contribui com 76,64 % ocupando 72,91 % da área agrícola e a atividade leiteira com 19,93%

de contribuição da renda, utilizando em torno de 25,10 % da área, sendo os outros 2,08 % da área ocupados para o cultivo de produtos de subsistência.

Tabela 2: Composição da Renda Agrícola do Tipo F2 (MI- Milho/Leite menor escala) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	1.937,20	1	2,08	1.937,20	1,99		
Milho	1.187,75	35	72,91	41.571,25	76,64		
Leite	957,87	12	25,10	11.494,44	19,93		
Total		48	100	55.002,89	100	4.930,08	45.322,40

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

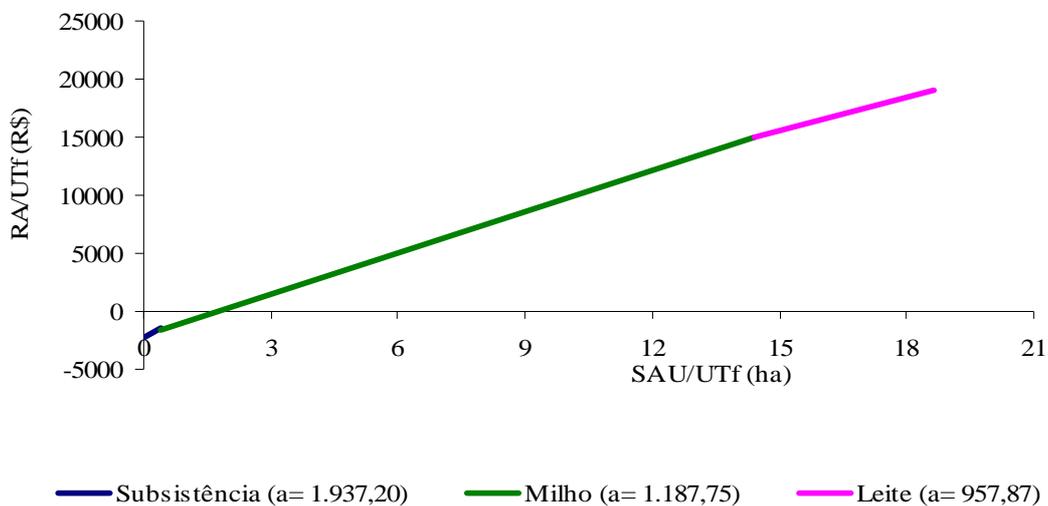


Figura 7: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F2 (MI- Milho/leite menor escala) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

De acordo com a figura 7, verifica-se que a subsistência é a atividade que apresenta a maior contribuição marginal na composição da renda global, com R\$ 1.937,20 por unidade de área (coef. “a”), e a atividade leiteira apresenta a menor contribuição, com R\$ 957,87/há. Já o milho, com R\$ 1.187,75 por hectare, tem uma contribuição muito superior se comparado com o sistema de produção baseado somente no milho, apresentado na figura 3, com somente R\$ 770,00 por hectare.

O sistema de produção do **tipo F3** (MI- Milho/ leite maior escala), se caracteriza por desenvolver um sistema de produção baseado na produção de leite, milho e soja, utilizando uma superfície agrícola útil de 30,0 hectares e em média 3,0 unidades de trabalho familiar. Esse sistema de produção também predomina mais na região de *agricultura familiar mecanizada*, utilizando a maior parte da área para a produção de leite. No verão, são utilizados 10 ha para produção de pastagens de verão e 5 ha para produção de milho/silagem (safra/safrinha). O restante da área é utilizada para a produção de milho/grão (safra/safrinha), cerca de 4 ha e para a produção de soja, 7 ha. No inverno, são utilizados somente 10 há para cultivo de pastagem de inverno. Contudo, existe também uma área de 3 ha de potreiro com vegetação perene e 1 ha é destinado para a subsistência.

Esse tipo de agricultores possui um bom grau de capitalização, tendo instalações como galpão e sala de ordenha em bom estado de conservação, além de possuir um trator e outros equipamentos como plantadeira, carretão, escarificador, grade e pulverizador, utilizados para a mecanização da produção. Além disso, também dispõem de equipamentos específicos para a atividade leiteira como: resfriador, ordenhadeira e uma ensiladeira, sendo esta adquirida juntamente com outro agricultor, devido ao seu custo elevado. O rebanho é composto por 18 vacas em lactação, com rendimentos normais diários de 15 litros/vaca.

Este sistema de produção baseado na produção de milho, soja e leite em maior escala produz R\$ 1.029,62 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 38.330,26 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 30.888,59. A atividade do milho gera um VAB/há de R\$ 1.594,89 totalizando um VAB total de R\$ 6.379,57, a produção de leite gera um VAB/há de R\$ 1.373,20 somando um VAB total de R\$ 24.717,51, e a produção de soja gera um VAB/há de R\$ 695,24 somando um VAB total de R\$ 4.866,68.

A renda agrícola representada na tabela 3 é de R\$ 28.589,02, sendo que a cultura do milho contribui com 16,64% ocupando 13,33 % da área agrícola, a atividade leiteira com 64,49% de contribuição da renda utilizando em torno de 60 % da área, e a cultura da soja contribui com 12,70% da renda ocupando 23,3 % da área, sendo que os outros 3,33 % da área é ocupada para a produção de produtos de subsistência.

Tabela 3: Composição da Renda Agrícola do Tipo F3 (MI- Milho/ leite maior escala) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	2.336,50	1	3,33	1.168,25	6,17		
Milho	1.510,37	4	13,33	6.041,48	16,64		
Leite	1.102,15	18	60	19.838,70	64,49		
Soja	667,07	7	23,3	4.669,49	12,70		
Total		30	100	31.717,92	100	7.693,67	28.589,02

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

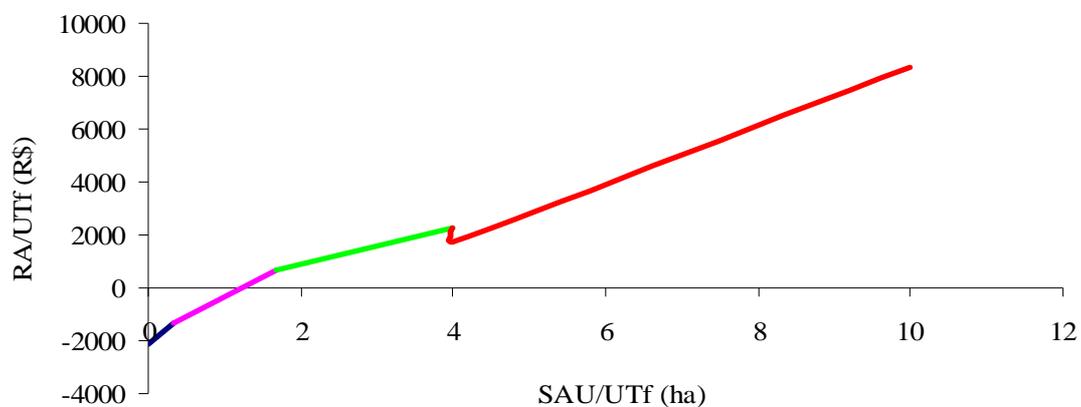
% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.



— Subsistência (a= 2.336,50)

— Milho Grão S/S (a= 1.510,37)

— Soja (a= 667,07)

— Leite (a= 1.102,15)

Figura 8: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F3 (MI- Milho/leite maior escala) de Iporã do Oeste – SC, 2008

A figura 8 demonstra a contribuição marginal das atividades na composição da renda global, onde a subsistência é a atividade que apresenta maior contribuição, com R\$ 2.366,50 por unidade de área (coef. “a”), seguido pela cultura do milho, com R\$ 1.510,37/ha. O leite fica em terceiro lugar com R\$ 1.102,15 por hectare, e a cultura da soja apresenta a menor contribuição nesse sistema de produção, com apenas R\$ 667,07/ha.

O **tipo F4** (TA- Fumo/Leite) localiza-se majoritariamente na microrregião de *agricultura familiar descapitalizada*, sendo que os agricultores que pertencem a este tipo de sistema de produção normalmente dispõem de uma superfície agrícola útil de aproximadamente 8 ha, sendo que a superfície total é de 18 há, no entanto 10 há são de alta declividade e com vegetação espontânea, sendo assim impróprias do ponto de vista ambiental ou seja, da capacidade do uso do solo para a realização das culturas adotadas por esse sistema de produção. Assim, a SAU disponível é utilizada no verão pelas culturas de fumo (1 ha), milho/silagem (2 há) e pastagem (2 há), além de possuir 2 há de potreiro permanente. No inverno a área fica em repouso, não tendo o cultivo de nenhuma produção.

Esses agricultores desenvolvem seu sistema de produção com 2,5 unidades de produção familiar, possuem baixo grau de capitalização, que se reflete na pequena infraestrutura, em média 2 galpões de madeira para estocar fumo, e 1 para guardar os implementos, e 1 estábulo em regular estado de conservação, sendo que realizam seu sistema de produção somente com tração animal, tendo em média 1 junta de boi e alguns equipamentos como grade, arado, carroça, quebrador forrageiro e uma trilhadeira para auxiliar no manejo e produção das culturas. Além disso, também possuem alguns equipamentos específicos para a atividade leiteira como ordenhadeira e resfriador de imersão. O rebanho é composto por 9 vacas em lactação com rendimentos normais diários de 8,5 litros/vaca, 2 vacas secas e 5 novilhas.

O valor agregado bruto gerado com este sistema de produção é de R\$ 11.816,05 e R\$ 1.232,83 de VAB/SAU global, sendo que o VAL total é de R\$ 9.862,61. A atividade do fumo gera um VAB/há de R\$ 3.880,00 totalizando um VAB total também de R\$ 3.880,00, pois é

utilizado somente 1 hectare para a produção dessa cultura, sendo esta, a atividade mais intensiva desse sistema de produção. A produção de leite gera um VAB/há de R\$ 1.018,59 somando um VAB total de R\$ 6.111,55.

Em relação à composição da renda agrícola, a qual representa um montante de 9.298,50, apresentada na tabela 4, verifica-se que a atividade leiteira contribui com 51,72% da renda e ocupa 75 % da área agrícola, sendo que a cultura do fumo, apesar de ser a mais intensiva, contribui somente com 32,84 % da renda, contudo ocupando somente 12,5 % da área agrícola útil. Os outros 12,5 % da área é ocupada pelas atividades de subsistência.

Tabela 4: Composição da Renda Agrícola do Tipo F4 (TA- Fumo/Leite) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	1.824,50	1	12,5	1.824,50	18,88		
Fumo	3.337,00	1	12,5	3.337,00	32,84		
Leite	875,07	6	75	5.250,42	51,72		
Total		8	100	10.411,92	100	828,44	9.298,50

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

Observando as informações presentes na figura 9, percebe-se que é a cultura do fumo que apresenta maior contribuição marginal na composição da renda global, com R\$ 3.337,00 por unidade de área (coef. “a”), seguido pela atividade de subsistência com R\$ 1.824,50/há e a atividade leiteira com a menor contribuição, gerando somente R\$ 875,07 por hectare.

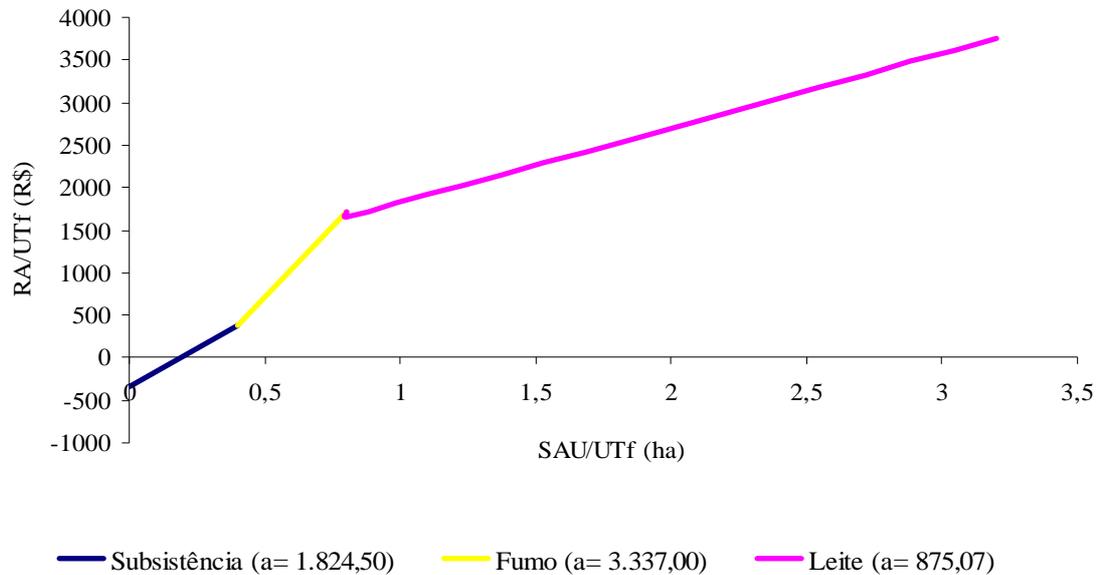


Figura 9: Modelo da composição da Renda Agrícola do Tipo F4 (TA- Fumo/Leite) de Iporã do Oeste – SC, 2008

O **tipo F5** (TA- Fumo/Milho /Leite Extensivo), se caracteriza por explorar uma área agrícola útil em torno de 12 há, possuindo 3,5 unidades de trabalho familiar para desenvolver esse sistema de produção baseado na produção de milho, leite, fumo e a atividade de subsistência. No verão, 2 há da SAU são ocupados pela produção de fumo, 4 há para a produção do milho e 2 hectares para a atividade de subsistência, sendo que 4 hectares são ocupados o ano todo para a produção de aveia e azevém para pastagem. No inverno não se cultiva nenhuma cultura além da pastagem permanente.

Esse tipo de agricultores localiza-se principalmente na região de *agricultura familiar diversificada*, possuem um baixo grau de capitalização, tendo instalações em regular estado de conservação, sendo que realizam seu sistema de produção somente com tração animal, tendo em média 1 junta de boi e alguns equipamentos como arado, carroça e um pulverizador para auxiliar no manejo e produção das culturas. Além disso, também dispõem de alguns equipamentos específicos para a atividade leiteira como uma ordenhadeira e um resfriador de imersão, possuindo em média um rebanho composto por 8 vacas em lactação, com rendimentos normais diários de 6,0 litros/vaca, além de ter 6 novilhas.

Com este sistema de produção, pode-se gerar em média R\$ 1.787,95 de VAB/SAU global, totalizando R\$ 21.455,44 de VAB total, sendo que o Valor Agregado Líquido (VAL) total é de R\$ 18.399,44. A atividade do milho gera um VAB/há de R\$ 804,89 totalizando um VAB total de 3.219,54, a atividade do fumo gera um VAB/há de R\$ 5.200,00 gerando um VAB total de R\$ 10.400,00, sendo a atividade mais intensiva desse sistema de produção, e a atividade do leite gera um VAB/há R\$ 1.013,65 somando um VAB total de 6.081,90.

Através desse sistema de produção, a renda agrícola gerada é de R\$ 16.651,70, como pode-se observar na tabela 5, onde o fumo contribui com 48,47 % ocupando 16,66 % da área agrícola, a atividade leiteira contribui com 28,35 % ocupando 50 % da área e a cultura do milho contribui somente com 15,01 % da renda ocupando 33,33 % da área agrícola útil e a atividade de subsistência contribui com 8,18 % da renda ocupando 8,33 %.

Tabela 5: Composição da Renda Agrícola do Tipo F5 (TA- Fumo/Milho /Leite Extensivo) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	877,00	2	8,33	1.754,00	8,18		
Milho	741,89	4	33,33	2.967,56	15,01		
Leite	980,07	6	50	5.880,42	28,35		
Fumo	5.034,40	2	16,66	10.068,80	48,47		
Total		14	100	20.670,78	100	1.619,10	16.651,70

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

Observando as informações constantes na figura 10, verifica-se que a cultura do fumo, com R\$ 5.034,40 por unidade de área (coef. “a”) é a atividade que apresenta a maior contribuição marginal na composição da renda global, seguida pela produção de leite que obtém R\$ 980,07/há, pela subsistência com R\$ 877,00/há e por último o milho com R\$ 741,89/há.

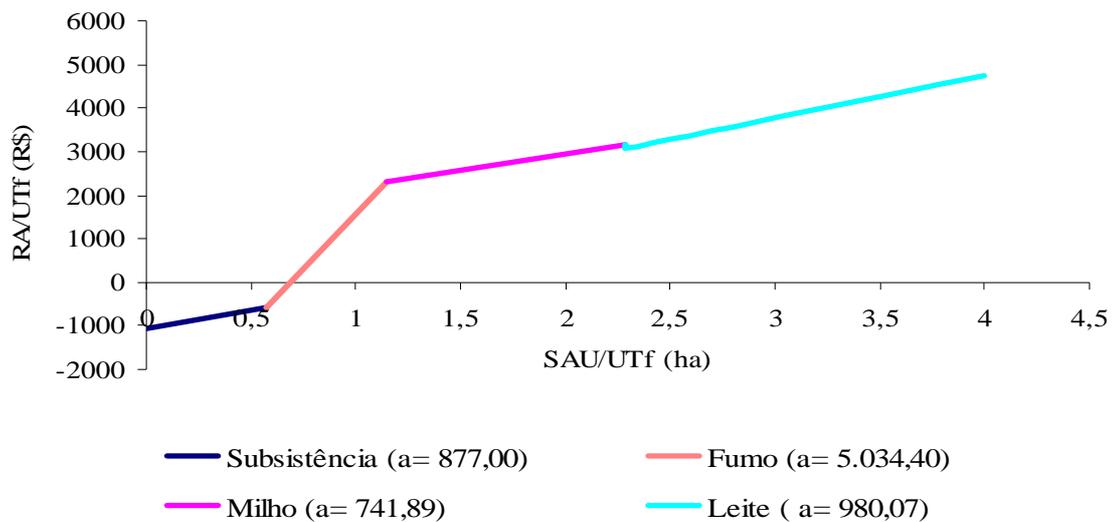


Figura 10: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F5 (TA- Fumo/Milho /Leite Extensivo) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

O **tipo F6** (TA- Fumo/Milho) se localiza majoritariamente na microrregião de *agricultura familiar descapitalizada*, sendo que os agricultores que pertencem a este tipo de sistema de produção, normalmente dispõem de uma superfície total de aproximadamente 25 há, sendo desses, somente 12 há de superfície agrícola útil. Essa SAU disponível é ocupada pelas culturas de milho (safra e safrinha) e fumo no verão, sendo que não possuem nenhuma cultura de inverno e nem permanente além da subsistência.

Os agricultores representantes desse tipo, desenvolvem o sistema de produção utilizando em média 3,0 unidades de trabalho familiar, baseado na tração animal (TA), dispondo de um arado, carroça, batedor, pulverizador e uma junta de boi para auxiliar no manejo e produção das devidas culturas além de possuir 2 galpões de madeira em regular estado de conservação.

Esse sistema de produção pode gerar em média R\$ 1.854,04 de VAB/SAU global, totalizando R\$ 22.248,48 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 21.485,14. A atividade do milho gera um VAB/há de R\$ 1.026,97 totalizando um VAB total de 8.215,79 e a atividade do fumo gera um VAB/há de R\$ 5.200,00 gerando um VAB total de R\$ 13.000,00, sendo esta, a atividade mais intensiva desse sistema de produção.

Observando a tabela 6, percebe-se que a renda agrícola desse tipo é de R\$ 20.491,54, onde o fumo contribui com 58,43 % ocupando 20,83 % da área agrícola e a cultura do milho contribui com 36,93 % da renda ocupando 66,66 % da área agrícola útil e a subsistência contribui com 4,64 % da renda utilizando 12,5 % da área.

Tabela 6: Composição da Renda Agrícola do Tipo F6 (TA- Fumo/Milho) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	688,46	1,5	12,5	1.032,69	4,64		
Fumo	5.034,40	2,5	20,83	12.586,00	58,43		
Milho	954,52	8	66,66	7.636,16	36,93		
Total		12	100	21.254,85	100	523,33	20.491,54

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

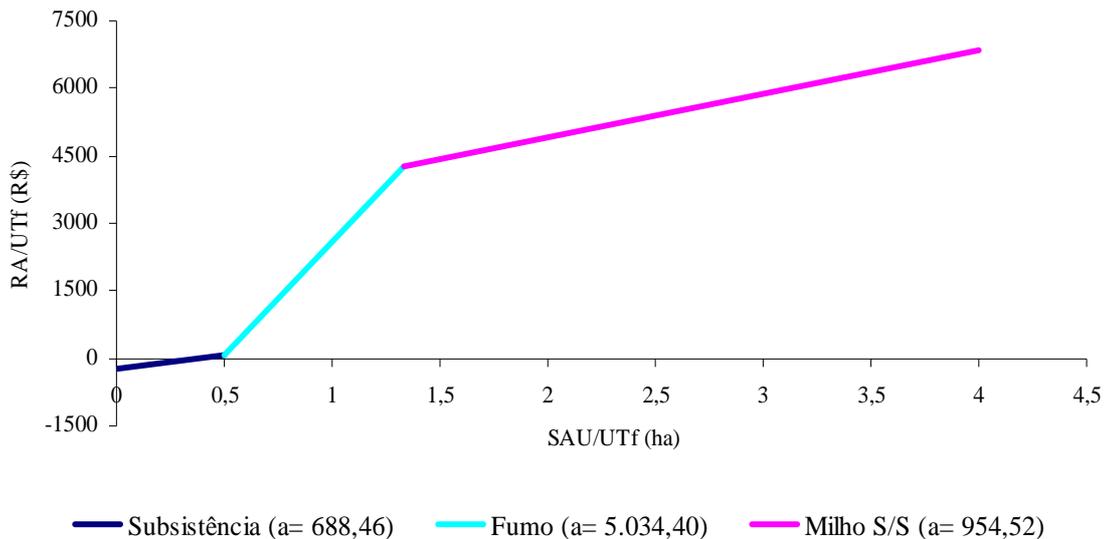


Figura 11: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F6 (TA- Fumo/Milho) de Iporã do Oeste – SC, 2008

A figura 11 mostra a contribuição de cada atividade na composição da renda global. Observa-se que a cultura do fumo é a atividade que apresenta a maior contribuição marginal na composição da renda global, com 5.034,40 por unidade de área (coef. "a"), seguida pela cultura do milho com R\$ 954,52/há, e por último a subsistência com R\$ 688,46/há.

Os agricultores pertencentes ao **tipo F7** (TA- Suíno/Leite/Milho) compreende as unidades de produção que se caracterizam por desenvolver sistemas de produção que combinam a atividade de grãos, suínos e bovinocultura de leite, localizados preferencialmente na microrregião de *agricultura familiar com produção animal intensiva*. Normalmente dispõem de uma área agrícola útil em torno de 16 há, sendo que destes, 3 há são arrendados de terceiros, utilizando 3,5 unidades de trabalho familiar para desenvolver esse sistema de produção. No verão, normalmente 7 há da SAU são ocupados pela produção de milho grão (safra e safrinha), 4 há para a produção de pastagem de verão e 3 hectares para a produção de milho para silagem. No inverno, são utilizados em média 5 há para a produção de pastagem de aveia e azevém, além de possuir 1ha de potreiro permanente e 1ha para a atividade de subsistência.

A produção de milho (silagem), pastagem de inverno, verão e a pastagem permanente (potreiro), são utilizadas na alimentação do gado leiteiro, sendo que o rebanho é composto por 12 vacas em lactação com rendimentos normais diários de 9 litros/vaca. Em geral possuem equipamentos específicos para a atividade leiteira como ordenhadeira e resfriador, além de instalações como uma estrebaria e uma pocilga utilizada na produção de suínos, em bom estado de conservação. A suinocultura é integrada, com 3 lotes de 400 animais em média por ano, sendo que os dejetos são utilizados principalmente para a adubação das pastagens. Além dos equipamentos específicos para a atividade leiteira, também possuem um pulverizador, duas carroças, uma junta de boi, plantadeira e uma trilhadeira que auxiliam na produção das demais atividades.

Os resultados econômicos obtidos por este sistema de produção são é média R\$ 2.186,25 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 34.980,00 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 33.100,50. A atividade do milho gera um VAB/há de R\$ 1.765,14 totalizando um VAB total de R\$ 12.356,00, a produção de leite gera um VAB/há de R\$

1.696,50 somando um VAB total de R\$ 13.572,00, e a suinocultura gera um VAB/lote de R\$ 3.986,67, totalizando um VAB total de R\$ 11.960,00.

Na tabela 7, observa-se que a renda agrícola é de R\$ 30.183,92, onde a cultura do milho contribui com 35,32 % ocupando 43,75 % da área agrícola, a atividade leiteira com 38,80 % de contribuição da renda utilizando em torno de 50,00 % da área, a suinocultura contribui com 34,19 % sendo que praticamente não utilizando área, e a subsistência contribui com 3,47% da renda ocupando 6,25 % da área.

Tabela 7: Composição da Renda Agrícola do Tipo F7 (TA- Suíno/Leite/Milho) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	1.124,00	1	6,25	1.124,00	3,47		
Milho	1.692,69	7	43,75	11.848,83	35,32		
Leite	1.622,96	8	50	12.983,68	38,80		
Suinocultura	3.555,47	3 lotes	–	10.666,41	34,19		
Total		16	100	36.622,92	100	1.967,00	30.183,92

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

A figura 12 demonstra a contribuição marginal das atividades na composição da renda global, onde a suinocultura é a atividade que apresenta maior contribuição, com R\$ 3.555,47 por unidade de área – coeficiente “a”, contudo, ele não utiliza superfície agrícola, seguido pela atividade leiteira com R\$ 1622,96/há, pela atividade do milho com R\$ 1692,69/há, sendo que a atividade de subsistência tem a menor contribuição, cerca de 1.124,00/há. Mas como pode-se perceber, a cultura do milho e a atividade leiteira diferenciam-se muito pouco na contribuição por área total.

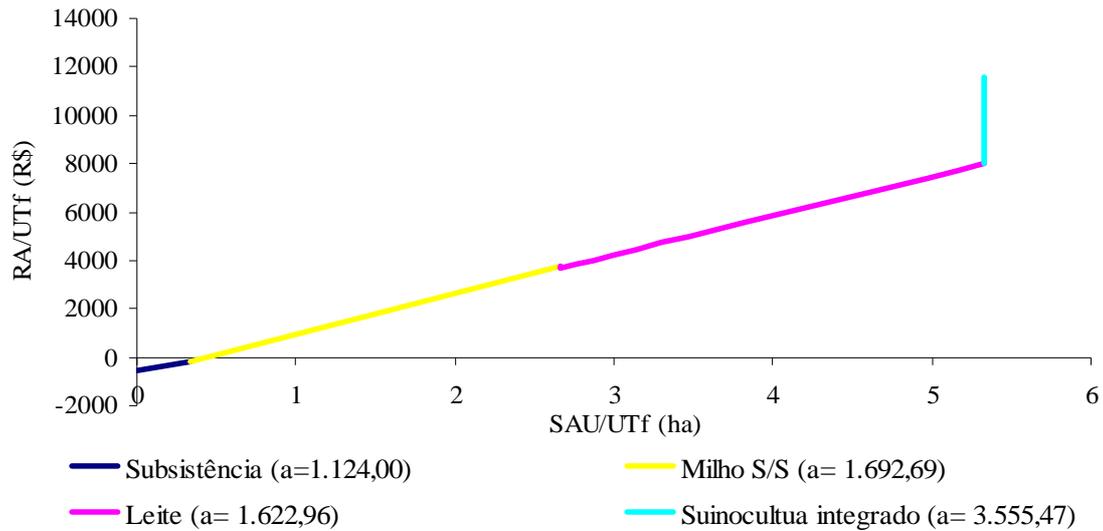


Figura 12: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F7 (TA- Suíno/Leite/Milho), 2008.

O **tipo F8** (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo) agrupa unidade de produção agrícola com uma área em torno de 13,0 há e mão de obra exclusivamente familiar com 3,5 unidades de trabalho familiar (UTF), sendo que esses agricultores estão presentes principalmente na microrregião de *agricultura familiar diversificada*, dispendo somente de tração animal para realizar sua produção, possuindo um arado, carroça, uma junta de boi e um pulverizador, além de instalações, como 3 galpões de madeira em bom estado de conservação. Contudo, esses agricultores também possuem equipamentos específicos para a atividade leiteira como ordenhadeira e resfriador, sendo que o rebanho é composto por 9 vacas em lactação com rendimentos normais diários de 8 litros/vaca, além de ter 3 vacas secas e 2 novilhas.

Com estas condições, esse tipo de agricultores utilizam 2 há da SAU para produção de fumo, 3,5 há para a cultura de milho grão (safra/safrinha), 4 há para pastagem de aveia de verão e 2 há para milho silagem no verão e 4 há para pastagem de aveia e azevém no inverno, não tendo cultura permanente além da subsistência.

Esse sistema de produção permite gerar R\$ 2.167,28 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 28.174,64 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 27.217,38. Nesse sistema de produção a atividade do milho gera um VAB/há de R\$ 2.028,04 totalizando um VAB total de R\$ 7.098,14, a produção de leite gera um VAB/há de R\$ 1.355,58 somando um VAB total de R\$ 8.133,50, e a cultura do fumo gera um VAB/ha de R\$ 6.400,00,

totalizando um VAB total de R\$ 12,800,00, sendo esta a atividade mais intensiva desse sistema de produção.

Em relação à composição da renda agrícola, apresentada na tabela 8, verifica-se que a cultura do fumo contribui com 45,43 % da renda total de R\$ 26.251,15, ocupando 15,38 % da área agrícola, a atividade leiteira com 28,87 % de contribuição da renda utilizando em torno de 46,15 % da área, a cultura do milho contribui com 25,19% utilizando 26,92 % da área total, e a subsistência contribui com 4,06 % da renda ocupando 11,53 % da área.

Tabela 8: Composição da Renda Agrícola do Tipo F8 (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	762,00	1,5		1.143,00			
Milho	1.974,54	3,5	26,92	6.910,89	25,19		
Leite	1.305,90	6	46,15	7.835,40	28,87		
Fumo	6.206,80	2	15,38	12.413,60	45,43		
Total		13	100	28.302,89	100	552,26	26.251,15

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

A figura 13 permite visualizar a composição da renda agrícola, mostrando que a cultura do fumo, com uma contribuição de R\$ 6.206,80 por unidade de área – coeficiente “a” é a atividade que mais contribui na renda global, sendo que a cultura do milho com uma contribuição de R\$ 1.974,54/há está em segundo lugar, seguido pela atividade leiteira com 1.305,90/há e pela atividade de subsistência com a menor contribuição, com apenas R\$ 762,00/há.

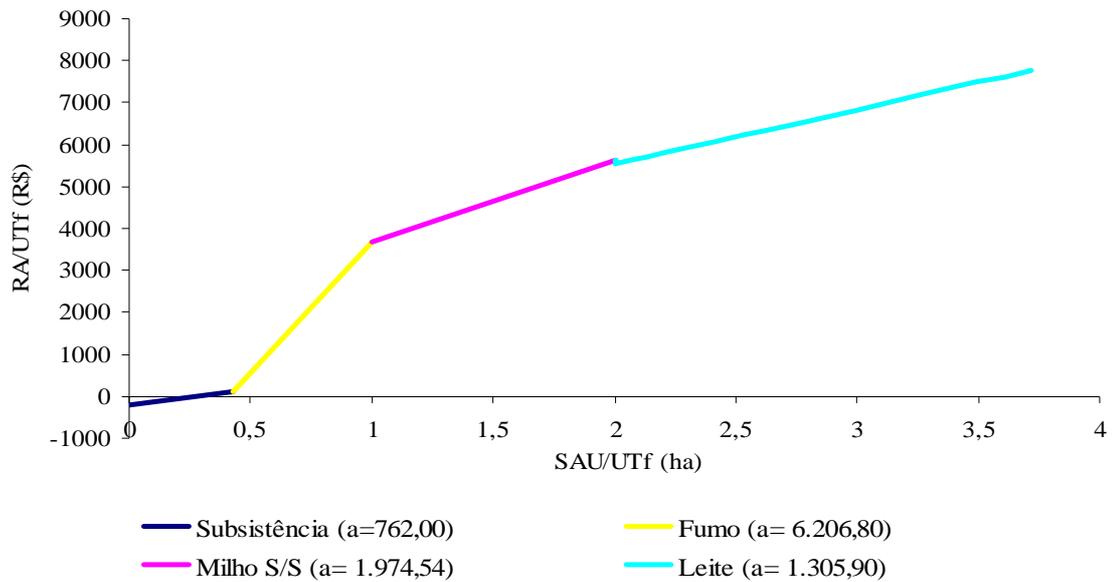


Figura 13: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F8 (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

Os agricultores pertencentes ao **tipo F9** (MI- Leite/Suíno) localizam-se predominantemente na microrregião de *agricultura familiar com produção animal intensiva*, possuindo normalmente uma superfície agrícola útil em torno de 14 há e mão de obra exclusivamente familiar com 2,0 UTf. Esse sistema de produção utiliza quase toda área disponível para a atividade leiteira, sendo que no verão, são utilizados 5,0 hectares para produção de milho (safra/safrinha), 3 hectares para a produção de pastagem de aveia de verão. No inverno são destinados 6 hectares para a produção de pastagem de aveia e azevém, sendo que além disso, também tem 4 hectares de pastagem permanente (potreiro) e 2 hectares para a atividade de subsistência.

Esse tipo de agricultores possui um bom grau de capitalização, tendo instalações como sala de ordenha e uma pocilga em alvenaria em bom estado de conservação, além de possuir um trator e outros equipamentos como pé-de-pato, grade de disco, um espalhador, e uma plataforma utilizados para a mecanização da produção, além de possuir uma junta de bois. Mas, também dispõem de equipamentos específicos para a atividade leiteira como um resfriador e uma ordenhadeira, sendo o rebanho composto por 20 vacas em lactação, com rendimentos normais diários de 12 litros/vaca, 5 vacas secas, 6 terneiros e 7 novilhas.

Este sistema de produção baseado na produção de leite e suínos produz R\$ 2.676,08 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 37.465,13 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 30.162,74. A atividade leiteira gera um VAB/há de R\$ 1.939,59 totalizando um VAB total de R\$ 23.275,08, e a suinocultura gera um VAB/há de R\$ 3.830,00 somando um VAB total de R\$ 11.490,00.

Analisando a tabela 9, observa-se que a renda agrícola é de R\$ 28.879,70, onde a suinocultura contribui com 30,67% quase não utilizando área agrícola, a atividade leiteira com 62,12 % de contribuição da renda utilizando em torno de 85,71 % da área, sendo que a atividade de subsistência contribui com 7,21 da renda ocupando 14,28 % da área total.

Tabela 9: Composição da Renda Agrícola do Tipo F9 (MI- Leite/Suíno) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	1.080,00	2	14,28	2.160,00	7,21		
Suinocultura	2.538,00	3 lotes	–	7.614,00	30,67		
Leite	1.810,67	12	85,71	21.728,04	62,12		
Total		14	100	31.502,04	100	2.862,39	28.879,70

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

A figura 14 mostra que a suinocultura, com R\$ 2.538,00 por unidade de área – coeficiente “a” é a atividade que representa maior contribuição marginal na composição da renda global, seguida pela atividade leiteira que obtém R\$ 1.810,67/há, e pela subsistência que contribui com R\$ 1.080,00/há.

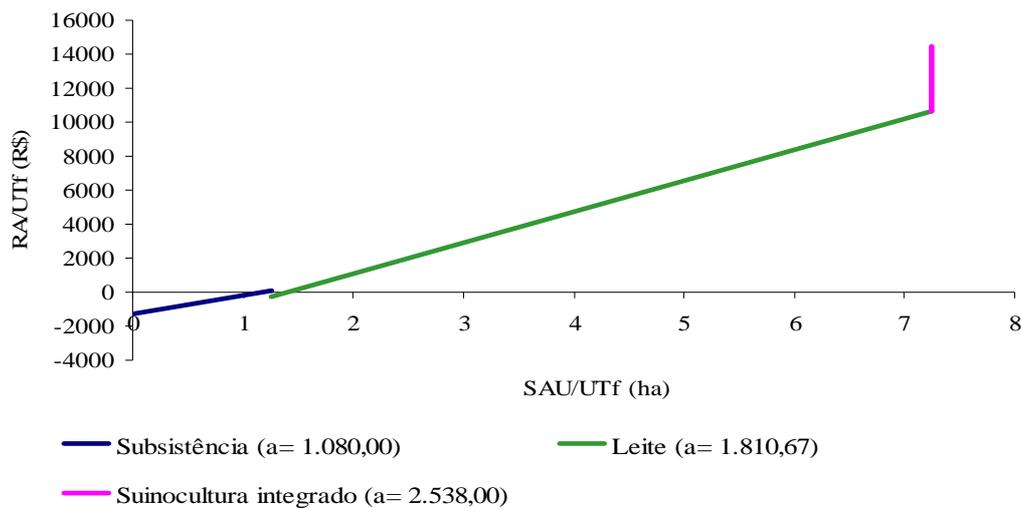


Figura 14: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F9 (MI- Leite/Suíno) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

O **tipo F10** (TA- Aves/Leite) compreende as unidades de produção que se caracterizam por desenvolver sistemas de produção que combinam a produção de aves com a atividade leiteira, utilizando 3,0 unidades de trabalho familiar para realizar as atividades, sendo que essa tipologia de agricultores se localiza preferencialmente na microrregião de *agricultura familiar com produção animal intensiva*. Normalmente dispõem de uma superfície agrícola útil em torno de 12 hectares, a qual é ocupada com as culturas de milho e pastagem de verão, sendo estes, utilizados na alimentação do gado leiteiro, assim como as pastagens permanentes (potreiro) e a pastagem de azevém no inverno. Essa tipologia de agricultores utiliza somente a tração animal para realizar sua produção, possuindo equipamentos como arado, grade, carroça e uma junta de boi para auxiliar na produção, além de equipamentos específicos para a atividade leiteira como resfriador, ordenhadeira automática e um quebrador forrageiro.

O rebanho é composto por 12 vacas em lactação com rendimentos normais diários de 11 litros/vaca, 4 vacas secas e 8 outros animais, como 2 bois e terneiros. Em geral possuem instalações como um galpão de madeira, uma sala de ordenha de alvenaria e um aviário de alvenaria em bom estado de conservação. A avicultura é integrada, sendo engordados 6 lotes/ano com 18,000 aves/lote, e os dejetos são utilizados na adubação das pastagens.

Este sistema de produção produz em média R\$ 3.073,32 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 36.879,80 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 30.970,76. A atividade leiteira gera um VAB/há de R\$ 1.516,60 totalizando um VAB total de R\$ 12.132,80, e a avicultura gera um VAB/lote de R\$ 3.775,00 somando um VAB total de R\$ 22.650,00.

A renda agrícola desse tipo de sistema de produção é de R\$ 29.621,81, sendo que o leite contribui com 32,90 % ocupando 66,66 % da superfície agrícola útil, a avicultura contribui com 61,42 % dispensando o uso de área agrícola, e a subsistência contribui com 5,69 % da renda ocupando 16,66 % da área, sendo que os outros 16,66 % da área são ocupados pelo potreiro, como pode ser observado na tabela 10.

Tabela 10: Composição da Renda Agrícola do Tipo F10 (TA- Aves/Leite) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (R\$)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	1.048,50	2	16,66	2.097,00	5,69		
Aves	3.042,52	6 lotes	–	18.255,12	61,42		
Leite	1.413,59	8	66,66	11.308,72	32,90		
Potreiro		2	16,66				
Total		12	100	31.660,84	100	1.739,04	29.621,81

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (R\$): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

A figura 15 apresenta a contribuição de cada atividade na composição da renda global. Observa-se que a avicultura com R\$ 3.042,52 por lote é a atividade com maior contribuição marginal na composição da renda global, utilizando área que é restrita às instalações, seguida pela atividade leiteira com R\$ 1.413,59/ha e pela subsistência com R\$ 1.048,50/há.

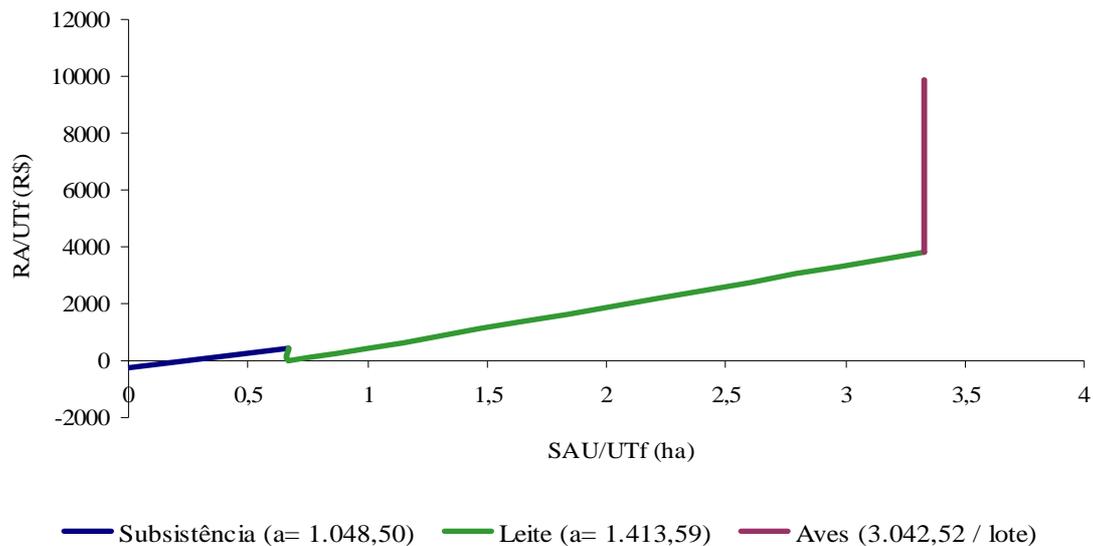


Figura 15: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F10 (TA- Aves/Leite) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

Os agricultores constituintes do **tipo F11** (MI- Aves/Grãos) encontram-se predominantemente na microrregião de *agricultura familiar com produção animal intensiva*, possuem 2,0 unidades de trabalho familiar e exploram uma área agrícola útil em torno de 15 há. Desta área 10 há são utilizados para a produção de milho no verão, 3 há são destinados para potreiro e 2 há para a atividade de subsistência. Normalmente agricultores pertencentes a esse tipo possuem máquinas e equipamentos em grupo para realizar as atividades como espalhador, pulverizador e plantadeira, além de ter individualmente um batedor e um trator, porém a mecanização é incompleta, necessitando a compra de serviços para a realização da colheita. As instalações como galpão e um aviário se encontram em bom estado de conservação.

Esse sistema de produção permite gerar R\$ 2.943,11 de VAB/SAU global, totalizando assim, R\$ 51.310,60 de VAB total, sendo que o VAL total é de R\$ 44.146,60. A cultura do milho gera um VAB/há de R\$ 973,84 totalizando um VAB total de R\$ 9.738,42, e a avicultura gera um VAB/lote de R\$ 6.533,33 somando um VAB total de R\$ 39.200,00.

A renda agrícola dessa tipologia é de R\$ 42.358,35, sendo que o milho contribui com 18,98 % ocupando 66,66 % da superfície agrícola útil, a avicultura contribui com 76,40 % dispensando o uso de área agrícola, e a subsistência contribui com 4,62 % da renda ocupando 13,33 % da área, sendo que os outros 20 % da área é destinada para potreiro.

Tabela 11: Composição da Renda Agrícola do Tipo F11 (MI- Aves/Grãos) do município de Iporã do Oeste – SC.

Subsistema	a (RS)	SAU	% SAU	a *SAU	% Contrib.	b	RA
Subsistência	1.186,09	2	13,33	2.372,18	4,62		
Milho	905,42	10	66,66	9.054,20	18,98		
Aves	5.524,33	6 lotes	–	33.145,98	76,40		
Potreiro		3	20				
Total		15	100	44.572,36	100	1.944,00	42.358,35

Fonte: Dados da pesquisa, 2008

a (RS): Contribuição marginal por unidade de área (ha);

SAU: Superfície agrícola útil;

% SAU: Percentagem de ocupação da SAU;

a *SAU: Contribuição marginal por unidade de área multiplicada pela SAL ocupada;

% Contrib.: Percentagem de contribuição na renda agrícola (RA);

b: Gastos não proporcionais;

RA: Renda agrícola.

Observando as informações presentes na figura 16, percebe-se que a avicultura é a atividade que apresenta a maior contribuição marginal na composição da renda global, com R\$ 5.524,33 por lote, utilizando uma área agrícola mínima, relativa às instalações, seguida pela atividade de subsistência que apresenta R\$ 1.186,09/há, e por último o milho com uma contribuição de R\$ 905,42/há.

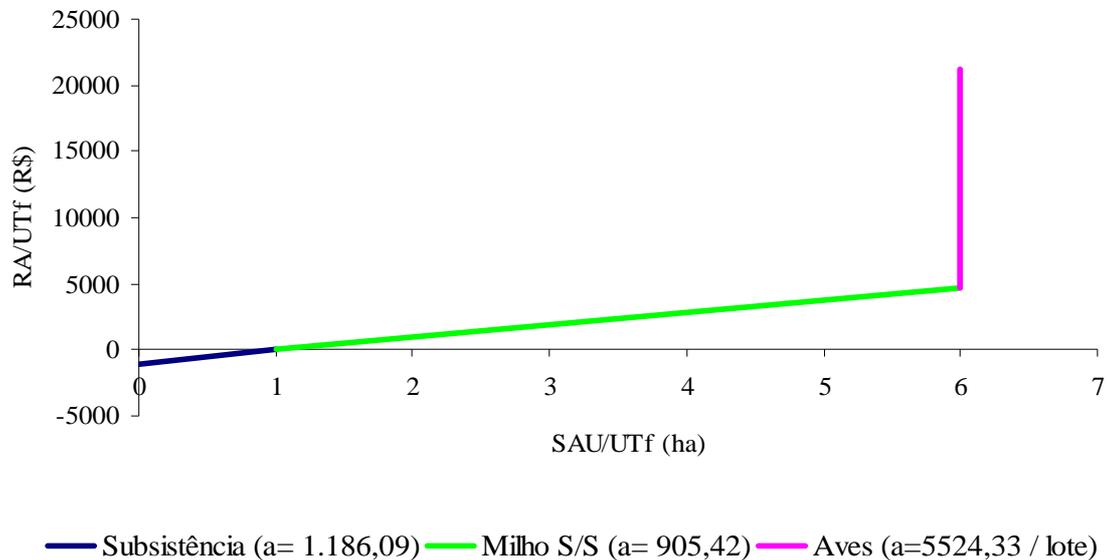


Figura 16: Modelo da composição da Renda Agrícola do tipo F11 (MI- Aves/Grãos) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

3.4.3 Sistemas de produção e a reprodução social dos agricultores

Através da análise comparativa dos resultados técnico-econômicos dos sistemas de produção adotados pelos agricultores, caracterizados no capítulo anterior, buscou-se avaliar a capacidade de reprodução social dos diferentes tipos e, a partir dessa análise, compreender e explicar a dinâmica e as perspectivas do desenvolvimento da agricultura de Iporã do Oeste, SC.

Analisando o desenvolvimento da agricultura do município, observa-se que o mesmo é fruto de um processo evolutivo, caracterizado por períodos de desenvolvimento e crises, simultaneamente. Contudo estas etapas evolutivas influenciaram de forma distinta no comportamento dos diferentes tipos de agricultores, sendo que muitos foram excluídos do processo produtivo; outros ainda se mantêm na agricultura, mas com dificuldades de reprodução e somente uma pequena parcela ainda consegue acumular e concentrar capital.

A avaliação socioeconômica dos sistemas de produção do município empregou medidas do valor agregado e renda agrícola, pois a viabilidade dos tipos de unidades de produção, no curto e longo prazo, é analisada em termos de renda ou da produtividade do trabalho gerada pelo sistema de produção praticado, necessária para assegurar a reprodução socioeconômica dos agricultores.

O Valor Agregado dos sistemas de produção é o indicador mais importante ao se analisar o resultado econômico do ponto de vista da sociedade, pois se refere à riqueza gerada nas unidades de produção durante cada ano, sendo a parcela que realmente fica com o proprietário dos meios de produção. Contudo a sociedade também se beneficia dessa renda, através dos gastos realizados pelo agricultor na contratação de mão-de-obra, pagamento de impostos, juros e arrendamentos, além de outros gastos na compra de mercadorias, permitindo a manutenção de outras atividades não agrícolas no comércio local.

Através desse modelo de análise, é possível comparar a remuneração anual média de um trabalhador (renda agrícola por unidade de trabalho familiar - RA/UTf) com o custo de oportunidade da mão-de-obra, sendo este representado pelo nível de reprodução social (NRS). Para tanto, foi considerado um valor de R\$ 415,00, equivalente a um salário mensal atual (2008), que, incluindo o décimo terceiro, corresponde a uma renda anual por unidade de trabalho familiar de R\$ 5.395,00. Por outro lado, indica também a área mínima necessária para que cada trabalhador consiga assegurar este nível de renda, bem como a intensidade do sistema de produção, avaliado pelo valor do coeficiente angular - “a” – da função da renda, que representa a margem bruta (MB) por unidade de área.

Segundo BASSO et al.(2003), quando a produtividade do trabalho de uma unidade de produção não atinge o nível mínimo necessário, os agricultores tendem a não acumular fundos de depreciação para garantir a reposição das máquinas e equipamentos, podendo acarretar a sua eliminação futura do processo produtivo. Em outra perspectiva, os agricultores cujos sistemas de produção lhes permitem níveis elevados de produtividade do trabalho, poderão acumular renda suficiente para aperfeiçoar ainda mais os seus sistemas de produção ou aumentar a escala dos sistemas já praticados, por meio da compra de terras e de equipamentos.

Nas figuras 17 e 18, estão relacionados todos os tipos de sistemas de produção estudados no município de Iporã do Oeste - SC. A inclinação das retas representa a intensificação dos sistemas de produção, ou seja, as retas que estão mais próximas do eixo y são as que representam maior valor agregado (VA) por unidade de área.

A figura 17 sintetiza o desempenho global dos sistemas de produção baseados na tração animal (TA), tendo por balizamento o nível de reprodução social e a renda agrícola obtida. Integram essa categoria os tipos: F4 (Fumo/Leite), F5 (Fumo/Milho/Leite extensivo), F6 (Fumo/Milho) e F7 (Suíno/Leite Milho), F8 (Fumo/Milho/Leite intensivo), F10 (Aves/Leite).

Dentre estes, podemos observar na figura 17, que os tipos F4 (Fumo/Leite) e o F5 (Fumo/Milho/Leite extensivo), não conseguem atingir o NRS, pois através de seus sistemas de produção atuais, não conseguem remunerar cada UTF com um salário mínimo mensal mais o décimo terceiro. Contudo, ao analisarmos a tabela 12, podemos perceber que um dos principais fatores determinantes desta realidade é a insuficiente superfície agrícola útil disponível, sendo que os agricultores categorizados nessas duas tipologias têm 8 e 12 ha de SAU respectivamente, quando necessitariam de, no mínimo, mais 2 há para conseguir alcançar o NRS.

Em relação às atividades realizadas nesse sistema de produção, o fumo, com alto valor agregado por área é a atividade que mais contribui na renda global familiar, contudo a área utilizada para essa cultura é pequena, devido ao seu caráter intensivo em demanda de mão-de-obra em praticamente todos os meses do ano. Como a maioria das propriedades dispõem de um número restrito de UTF, a atividade do fumo se torna viável somente em pequena escala, ou seja de dois a três hectares. Já as demais atividades como leite (extensivo) e o milho, têm uma menor contribuição marginal na renda, pois as duas atividades são pouco intensivas, ou seja, a margem bruta por unidade de superfície explorada é baixa. Porém, ao se analisar o sistema de produção do tipo F6 (Fumo/Milho), também baseados no cultivo do fumo e milho, percebe-se que o valor agregado por área desse tipo é maior, pois as atividades são mais intensivas, além da taxa de gastos não proporcionais (GNP) ser menor, como se pode observar na tabela 12. Os gastos não proporcionais são aqueles que ocorrem mesmo que

as atividades não sejam realizadas, sendo representado principalmente pela depreciação de máquinas e instalações.

Entretanto, se analisarmos o sistema de produção do tipo F8 (Fumo/Milho/ Leite intensivo) caracterizado na figura 10, verifica-se que a atividade do fumo gera um VAB/há de R\$ 6.400,00, o milho R\$ 2.028,04 e o leite R\$ 1.355,58. Mas, ao compararmos as atividades fumo e milho deste tipo com o tipo F6 (Fumo/Milho) apresentado na figura 8, e do tipo F5 (Fumo/Milho Leite extensivo) (figura 7), constata-se que a atividade fumo gera R\$ 5.200,00 e R\$ 5.200,00 de VAB/ha, respectivamente, e o milho gera somente R\$ 1.026,97 e R\$ 804,89 de VAB/há, sendo muito inferior ao tipo anterior. No entanto, o tipo F4 (Fumo/Leite) explicitado na figura 6, gera um VAB/há na atividade fumo ainda menor, contribuindo somente com um VAB/há de R\$ 3.880,00.

Portanto, ao compararmos os sistemas de produção desses quatro tipos, podemos perceber que embora as atividades desenvolvidas sejam as mesmas, a margem bruta por unidade de superfície explorada, ou seja, o coeficiente “a” dessas atividades é muito diferente, sendo um dos fatores que contribui para uma menor ou maior RA/UTf. Além desse, outro fator de importância é a superfície agrícola útil por unidade de trabalho familiar (SAU/UTf) disponível, que também tem grande influência na RA/UTf produzida pelas unidades de produção, garantindo ou não a sua reprodução social.

Não obstante, essas diferenças em relação ao rendimento por área explorada, podem ser explicadas pela maior ou menor intensidade dos sistemas de cultivo e de criação adotados, cujos determinantes são diversos: meios de produção limitados, maior ou menor fertilidade do solo, diferenças de manejo e na maior ou menor utilização de insumos (químicos e orgânicos) nos seus sistemas de cultivo e criação, apoio técnico especializado, entre outros.

Nesse contexto percebe-se que esses tipos de agricultores que obtêm baixos rendimentos por unidade de área explorada, conseqüentemente geram uma baixa renda que é destinada para a manutenção familiar, sobrando pouco para investir no sistema de produção devido à baixa acumulação de capital, formando assim, um círculo vicioso se não forem feitas as intervenções necessárias para reverter essa situação.

Já os agricultores integrantes dos tipos F10 (Aves/Leite), e F7 (Suíno/Leite/Milho), representam unidades de produção com alto nível de intensificação dos seus sistemas de cultivo e criação, caracterizados por apresentar um maior VAB por unidade de superfície agrícola das atividades desenvolvidas, principalmente em relação à produção de aves e suínos, pois ambas necessitam de pouco espaço físico para sua produção, apresentando assim, a primeira e terceira maior margem bruta por hectare. No entanto, as demais atividades desenvolvidas, também contribuem com alto valor agregado por hectare, comparadas com os demais tipos apresentados acima, como se pode observar nas figuras 12 e 9, respectivamente.

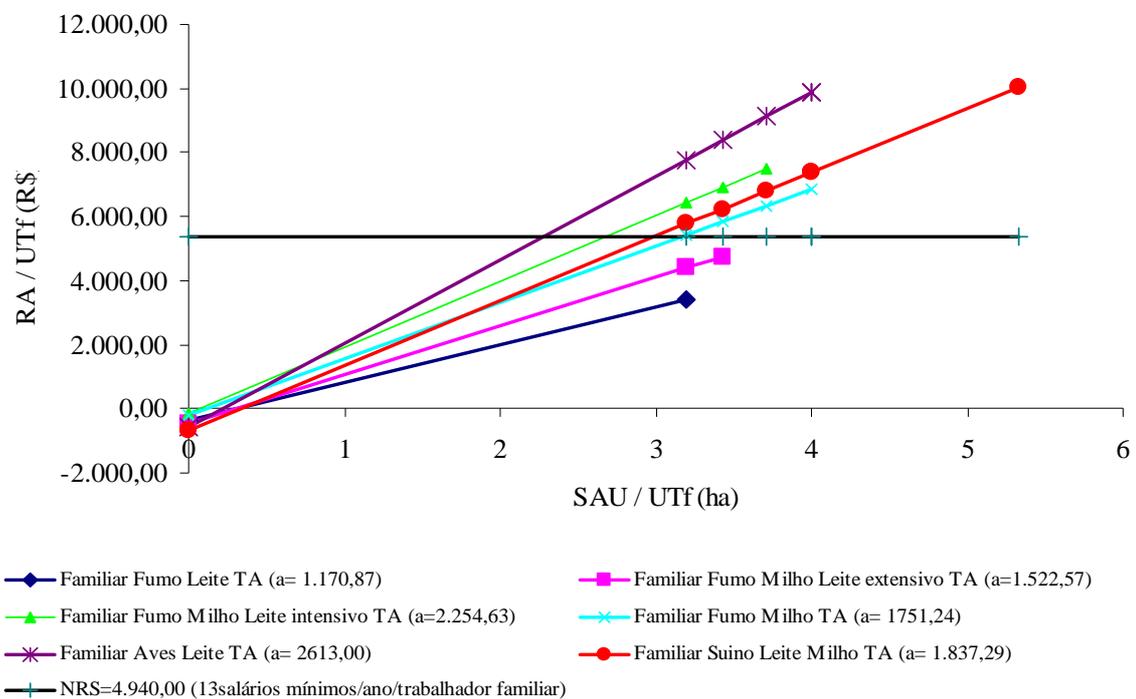


Figura 17: Reprodução Social dos Tipos de Agricultores com Tração Animal (TA) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

A intensificação das atividades agropecuárias, evidenciadas nesse trabalho pelo emprego de mecanização completa, tem um significativo impacto na margem bruta por área. A figura 18 mostra que os agricultores integrantes dos tipos F10 (Aves/Milho) e F9 (Leite/Suíno), são respectivamente os que apresentam a maior margem bruta por hectare, devido à maior intensificação dos seus sistemas de produção, baseados na produção de leite, suínos, aves e milho, sendo que as atividades de suinocultura e avicultura são as que

apresentam maior valor agregado por hectare, pois relativizam a ocupação de SAU, além de auxiliar positivamente na restituição da fertilidade do solo através de seus dejetos a um custo mínimo.

Já os agricultores dos tipos F3 (Milho/Leite maior escala), F2 (Milho/leite menor escala) e F1 (Milho), também conseguem atingir o nível de reprodução social, contudo necessitam de maiores superfícies agrícolas para tanto, pois seus sistemas de produção são menos intensivos, como pode ser visto pela inclinação da reta na figura 18. Nesse sentido, ao analisarmos a tabela 12, verifica-se que os agricultores categorizados nesses três tipos, são os que apresentam a menor contribuição de Margem Bruta por unidade de superfície explorada representada pelo coeficiente “a”.

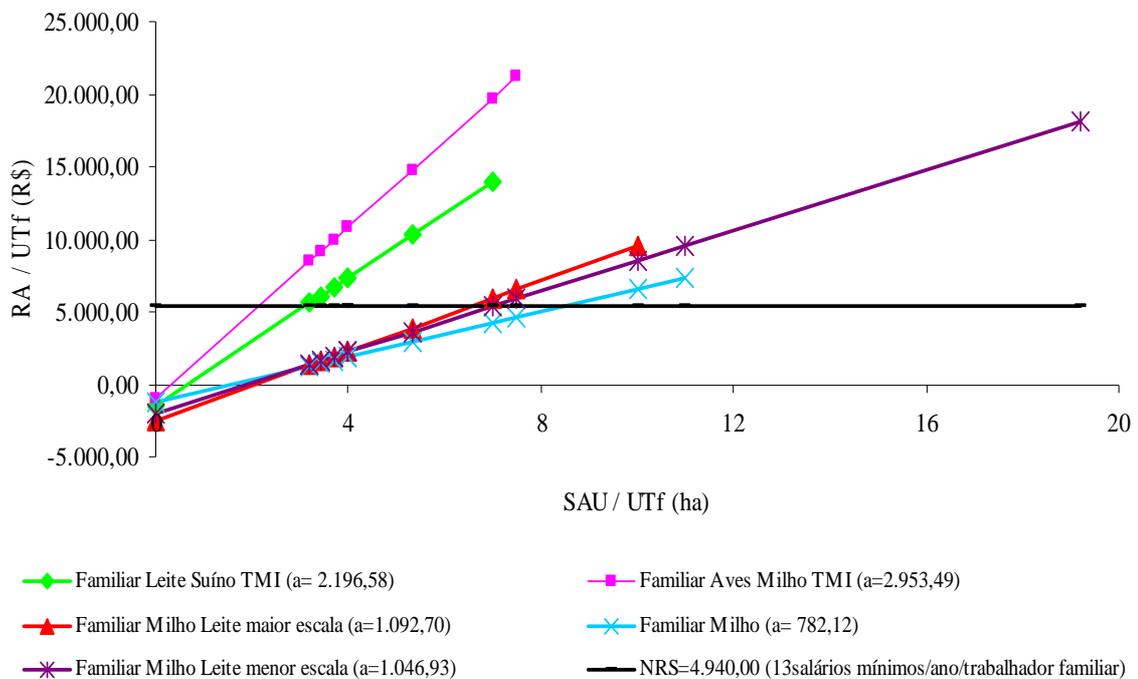


Figura 18: Reprodução Social dos Tipos de Agricultores com Mecanização Incompleta (MI) de Iporã do Oeste – SC, 2008.

A partir das informações da tabela 12, pode-se fazer uma comparação da superfície agrícola útil total (SAU) que cada tipo possui, com a SAU necessária para gerar o nível mínimo de renda suficiente para assegurar a reprodução socioeconômica em cada tipo de

unidade de produção. Dessa forma, verifica-se que nos tipos F4 (TA - Fumo/leite) e F5 (TA – Fumo/Milho/Leite extensivo), mesmo possuindo uma atividade de alto valor agregado por hectare, o fumo, não possibilita atingir o nível de reprodução social devido à insuficiente SAU disponível para remunerar cada UTf com treze salários mínimos por ano.

No entanto, se analisarmos os tipos que menos SAU precisam para atingir o nível de reprodução social, nota-se que são as unidades de produção que conciliam a produção de leite e milho, com a produção de aves e suínos no sistema de integração, pois essas atividades integradas relativizam a ocupação da SAU, contudo precisam de uma área agrícola mínima para serem instaladas, devido ao manejo dos dejetos por elas produzidos. Essas unidades de produção geralmente necessitam de menos de três hectares de SAU/UTf para atingir o nível de reprodução social. Além de essas atividades serem bastante intensivas, também proporcionam benefícios em relação à reposição da fertilidade do solo a baixo custo, através dos dejetos produzidos, auxiliando na maior produtividade das pastagens e da produção de grãos.

Já as unidades de produção que conciliam a produção de milho e leite, carecem de maiores áreas agrícolas úteis para atingir o nível de reprodução social, necessitando em média mais de sete hectares por UTf, pois essas atividades geram um menor VAB/há em comparação ao fumo, aves e suínos.

Em relação aos gastos não proporcionais (GNP), percebe-se que os tipos que conciliam somente a produção de milho com o leite, são os que tem maior GNP, em oposição às unidades de produção que conciliam fumo com milho ou leite, com menor GNP. Isso acontece não somente pela diferença de atividades, mas sim, pela quantidade de máquinas, equipamentos e instalações que as unidades de produção possuem, pois o GNP é representado principalmente pela depreciação, sendo que os produtores de fumo normalmente dispõem somente de tração animal.

Por outro lado, ao se analisar a renda agrícola (RA) total e a renda por unidade de trabalho familiar (RW) apresentadas na tabela 12, verifica-se que as unidades de produção com menores resultados econômicos, são as que se caracterizam por conciliar a atividade do fumo com a cultura do milho ou leite. Contudo, percebe-se que essas unidades de produção também são as que possuem menores áreas de SAU.

Já as unidades de produção que maior renda por unidade de trabalho oportuniza, são as que se enquadram nos tipos F11 (MI - Aves/Grãos) com uma RW de R\$ 21.179,18 e o tipo F2 (MI - Grãos/Leite menor escala) com R\$ 18.128,96 de RW.

Tabela 12: Sistemas de produção e reprodução social dos tipos de agricultores do município de Iporã do Oeste.

Sistemas de Produção Familiares	SAU	UTF	“a”	GNP (total)	SAU Mínima (NRS=Renda)	RA	RW (RA/UTF)
F1 – MI- Milho	16,5	1,5	782,00	1.844,28	12,7	11.060,69	7.373,80
F2 – MI- Grãos / Leite menor escala	48,0	2,5	1.046,00	4.930,08	17,6	45.322,40	18.128,96
F3 – MI- Grãos / Leite maior escala	30,0	3,0	1.092,00	7.693,67	21,9	28.589,02	9.529,67
F4 – TA- Fumo / Leite	8,0	2,0	1.170,87	828,44	9,9	9.298,50	3.719,40
F5 – TA- Fumo / Milho / Leite extensivo	12,0	3,5	1.522,00	1.619,10	13,5	16.651,70	4.757,63
F6 – TA- Fumo / Milho	12,0	3,0	1.751,00	523,33	9,5	20.491,54	6.830,51
F7 – TA- Suíno / Leite / Milho	16,0	3,0	2.009,430	1.967,00	9,0	30.183,92	10.061,31
F8 – TA- Fumo / Milho / Leite intensivo	13,0	3,5	2.061,80	552,26	9,4	26.251,15	7.500,33
F9 – MI- Leite / Suíno	14,0	2,0	2.196,58	2.862,39	6,2	28.879,70	14.439,85
F10 – TA- Aves / Leite	12,0	3,0	2.613,00	1.739,04	6,9	29.621,81	9.873,94
F11 – MI- Aves / Grãos	15,0	2,0	2.953,00	1.944,00	4,31	42.358,35	21.179,18

Fonte: Dados de pesquisa, 2008

SAU: Superfície agrícola útil

UTF: Unidade de trabalho familiar

“a”: Contribuição marginal por unidade de área (ha)

GNP (total): Gastos não proporcionais

SAU eq. (total): Superfície agrícola útil total necessária para alcançar o nível de reprodução social com esse sistema de produção

RA: Renda agrícola

RW: Renda agrícola por unidade de trabalho familiar.

Diante desse quadro, percebe-se que no universo dos 11 tipos de agricultores identificados no município, dois não conseguem atingir o nível de reprodução social, três tipos conseguem se reproduzir, mas com muita dificuldade, em razão da insuficiente área útil disponível, combinada com sistemas de produção que apresentam baixos índices de valor agregado por unidade de área. Dentre os 11 tipos, existe também um grupo de seis, que conseguem acumular e concentrar capital, atingindo o nível de reprodução social com mais facilidade.

Essa diferenciação pode ser explicada principalmente através das desigualdades de meio físico e socioeconômico iniciais dos agricultores, somadas a outras suplementares, acumuladas ao longo de suas trajetórias de evolução como pode ser observado no estudo da história agrária do município.

De tal modo, analisando as quatro regiões distintas identificadas no município, percebe-se que se caracterizam principalmente pelas diferenças em relação ao meio físico (relevo, tipo de solo), combinadas às diferenças socioeconômicas dos agricultores.

Assim, existem duas regiões caracterizadas por compreenderem na sua maioria, agricultores com maior facilidade de reprodução social. A primeira, caracterizada como “agricultura familiar mecanizada”, apresenta um relevo mais plano, com solo profundo e fértil, facilitando a mecanização agrícola. Nessa região, os agricultores possuem maior quantidade de área útil, passível de mecanização, possibilitando a condução de sistemas de produção baseados principalmente no cultivo de grãos e bovinocultura de leite intensiva.

A segunda região, constituída essencialmente por agricultores capitalizados, é a caracterizada como “agricultura familiar de produção animal intensiva”. Essa região é especializada na produção intensiva de animais que apresentam alto valor agregado por hectare (suínos e aves), associada a outras atividades (leite, milho) com menor participação na renda agrícola.

Já a terceira região caracterizada como “agricultura familiar diversificada” é composta por uma grande variedade de tipos de agricultores, mas que na grande maioria tem maiores dificuldades de reprodução social do que os que constituem as outras duas regiões mais capitalizadas. Essa região tem um relevo bastante acidentado, abrigando uma intensa rede de drenagem, com arroios e lajeados, além de apresentar um solo bastante raso e pedregoso, dificultando a mecanização agrícola.

A quarta região, denominada de “agricultura familiar descapitalizada” compreende a região mais periférica do município, constituída essencialmente por agricultores com maior dificuldade de reprodução social, caracterizados por adotarem sistemas de cultivo e criação menos intensivos, devido à maior dificuldade de acesso aos insumos agrícolas e assistência técnica efetiva, além de possuir pequenas quantidades de área útil, pois o relevo é bastante acidentado e pedregoso comparado às outras regiões. As atividades mais desenvolvidas nessa região são o fumo, com maior valor agregado, produção leiteira e milho.

Diante disso, é notório que a dinâmica agrária do município está baseada num processo de desenvolvimento desigual, que ao longo das últimas décadas, vem acentuando de forma significativa as diferenças socioeconômicas entre as unidades de produção do município.

As informações constantes no quadro 3, indicam o potencial de contribuição marginal, em valor agregado por unidade de superfície explorada (VAB/há), das atividades que compõem os sistemas de produção realizados pelas diversos tipos de agricultores. Tais indicadores mostram que praticamente em todas as atividades, exceto a da suinocultura e a cultura da soja, o VAB/há varia quase 100%. No que diz respeito à atividade leiteira, essa diferença se explica através da maior ou menor intensificação da produção, além da qualidade genética do rebanho. Já na produção de milho e do fumo, essa diferença se explica geralmente através do manejo da produção, envolvendo época do plantio e adubação adequada, além das especificidades de cada sistema de cultivo e criação que exigem uma escala de análise diferenciada mais técnica que não é o objeto do presente estudo. Na atividade de produção de aves, conclui-se que essa diferença também se explica através do manejo e também do número de animais por lote. Já a diferença apresentada pela atividade de subsistência, se

explica através do número de integrantes de cada família além dos hábitos alimentares diferenciados.

Quadro 3: Potencial de contribuição marginal do Valor Agregado Bruto por hectare (VAB/ha) dos sistemas de produção e criação do município de Iporã do Oeste.

ATIVIDADES	VAB/ha	
	Mínimo	Máximo
Milho	537,50	1.065,00
Fumo	3.880,00	6.400,00
Leite	1.013,65	2.714,40
Suíno terminação	3.830,00/ lote	3.986,67/ lote
Aves	3.775,00/ lote	6.533,33/ lote
Soja	695,24	
Subsistência	688,46	2.366,50

Fonte: Dados de pesquisa, 2008

4 LINHAS ESTRATÉGICAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

As possibilidades para alcançar o desenvolvimento rural sustentável estão determinadas pela forma pela qual interpretamos e entendemos o conceito de desenvolvimento. Contudo, em relação à construção de alternativas para fomentar esse processo de desenvolvimento, estas estão limitadas à nossa capacidade de estabelecermos estratégias compatíveis para o seu alcance.

Todavia, para uma melhor compreensão da discussão realizada nesse trabalho, identificamos duas correntes importantes para pensar estratégias e projetos de desenvolvimento para o meio rural: uma centrada na concepção do rural não-agrícola cujo principal precursor é o professor José Graziano da Silva entre outros, baseada no desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar cujo principal expoente é o professor José Eli da Veiga. Contudo vale ressaltar que não são correntes de pensamento antagônicas e sim complementares na medida em que cada uma valoriza um foco específico.

4.1 A Perspectiva do “Novo Rural ou Rural não Agrícola”

O novo rural para Graziano (1999) seria basicamente caracterizado pelo crescimento das atividades não agrícolas no seu espaço e seu ator principal seria o agricultor ou a família rural que exerce múltiplas atividades. Desta forma a dinâmica não seria mais dada pelo crescimento agrícola e sim pelas dinâmicas de crescimento das atividades não agrícolas.

Segundo Graziano (1999) o novo rural seria constituído por quatro subconjuntos interligados:

- Uma agropecuária moderna, baseada em commodities e ligada às agroindústrias;
- Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e de criação de pequenos animais.
- Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços,

- Um conjunto de novas atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado.

A partir desta caracterização do novo rural Graziano (1999) trabalha os possíveis impactos dessa discussão sobre a formulação de políticas. Segundo o autor, apesar de todas as mudanças, as políticas rurais continuam sendo direcionadas basicamente a reduzir o isolamento das populações rurais (melhoria nos sistemas de transporte e de comunicação) e melhorar as suas condições de vida (habitação, saúde, etc.) e de qualificação (ensino básico e técnico). (BLAKELY e BRADSHAW, 1985 apud GRAZIANO 1999).

Assim, a visão do novo mundo rural presente na abordagem de Graziano (1999) enfatiza a supervalorização do não agrícola como estratégia para o desenvolvimento rural, pois segundo ele, estas atividades são portadoras de uma maior rentabilidade e conseqüentemente propiciam um futuro mais desejável para a população rural. Para isso sugere-se a formulação de políticas “não agrícolas” para o desenvolvimento rural.

4.2 Agricultura Familiar como base para o Desenvolvimento Rural

A partir dos anos 80 outra estratégia de desenvolvimento rural, centrada no fortalecimento da agricultura familiar, vem sendo gestada no Brasil, sendo que um dos precursores deste processo foi o professor José Eli da Veiga, que dentre vários outros autores, vem, desde os anos 80, publicando livros e artigos sobre a viabilidade das estratégias de desenvolvimento rural baseadas em ações capazes de fomentar o fortalecimento da agricultura familiar. Sua mais recente contribuição sob o título “Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto”, sintetiza sua contribuição acerca das estratégias para o desenvolvimento rural.

Em estudo realizado através da Cooperação Técnica INCRA/FAO, Guanzioli e Cardim (2000) apud Tinoco (2008, p. 3 à 4), resumem a importância da agricultura familiar:

[...] com base nos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96, verificaram que quando se calculou a Renda Total por hectare, a agricultura familiar mostrava-se muito mais eficiente que a patronal, produzindo uma média de R\$104,00/ha/ano contra apenas R\$44,00/ha/ano dos agricultores patronais. Segundo os autores, essa constatação refere-se ao rendimento do

fator terra, em cujo uso os agricultores familiares revelaram-se mais eficientes, utilizando uma proporção maior de sua área em sistemas intensivos, tentando aproveitar ao máximo sua área total, isso porque a terra é um fator limitante para ele, e por isso tem que intensificar seu uso. Os patronais, pelo contrário, têm terra abundante, e por este motivo a tendência é a utilização da melhor parte de sua terra com um sistema intensivo, no qual ele vai ter provavelmente maior eficiência técnica e vai destinar o restante da área a um sistema mais extensivo.

Contudo, segundo Veiga (2001), é importante lembrar que as categorias patronal e familiar, não se caracterizam pelo tamanho da área disponível, mas sim pelas características organizacionais do empreendimento, como pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4: Características organizacionais dos empreendimentos patronais e familiares.

Patronal	Familiar
Completa separação entre gestão e trabalho.	Trabalho e gestão intimamente relacionados.
Organização centralizada.	Direção do processo produtivo diretamente assegurada pelos proprietários ou arrendatários.
Ênfase na especialização.	Ênfase na diversificação.
Ênfase nas práticas padronizáveis.	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida.
Predomínio do trabalho assalariado.	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”.	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Fonte: Adaptado de Veiga, 2001

Nesse sentido, em suas obras, Veiga enfatiza sua crítica centrada na consideração da agricultura patronal como estratégia de desenvolvimento agrícola e ao viés urbano das políticas públicas brasileiras, pois sendo o desenvolvimento rural um fenômeno intrinsecamente local e regional, seu eixo propositivo de política deve centrar-se na necessidade de pensá-lo a partir destes espaços.

Assim, Veiga (1998) assevera que para alcançar esse objetivo, torna-se inadiável criar um amplo programa de rede voltado ao fortalecimento da família rural, cuja principal ênfase certamente será a educação, baseada numa formação profissional, além de continuar fomentando os programas já existentes, tipo Pronaf (Programa de Fortalecimento da

Agricultura Familiar), Proger-rural (Programa de Geração de Emprego e Renda Rural), entre outros.

4.3 As Convergências e Divergências entre o “Rural não Agrícola” e “A Agricultura Familiar” Como Estratégias de Desenvolvimento Rural

Ao se realizar uma reflexão crítica acerca das abordagens das idéias de Veiga (2001) e Graziano (1999) é possível visualizar pontos de convergência entre ambas como por exemplo, o da inseparabilidade entre as questões relativas ao desenvolvimento rural e a sua relação com as cidades e os respectivos espaços local/regional dentro de uma perspectiva de desenvolvimento endógeno.

As duas visões valorizam a idéia de que as estratégias de desenvolvimento devem estar baseadas no múltiplo uso do espaço rural, no entanto a principal divergência está baseada na ênfase dada para a base estratégica, segundo a qual, deveriam se assentar as políticas de desenvolvimento rural.

A visão do rural não agrícola defendida por Graziano (1999), expressa que esse múltiplo uso do espaço deve ser especialmente, através do crescimento das atividades não agrícolas. Se a agricultura, enquanto setor econômico vem de forma continuada aumentando sua produtividade, via incorporação de inovações tecnológicas, é de se esperar que cada vez gere menos emprego, assevera o autor. Desta forma, nada mais natural que o eixo dinâmico de geração de empregos, seja as atividades não agrícolas, que deveriam ser a base estratégica para o desenvolvimento do meio rural.

Já a visão defendida por Veiga (2001), propõe que esse múltiplo uso do espaço deve necessariamente ser o resultado da integração da agricultura com as atividades não agrícolas, pois segundo ele, qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil deve, necessariamente, passar pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Nesse sentido Veiga (2002) assevera que a base do desenvolvimento rural, está pautada em estratégias que consigam favorecer as sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. Isto é, promover todas as formas de

‘empreendedorismo’ que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios.

Contudo, segundo a idéia defendida pelo autor, o vasto número de municípios rurais existentes só conseguirá exercer influência positiva, a partir do momento que puderem formar consórcios locais com os demais municípios da microrregião, pois entende-se que é absolutamente necessária alguma forma de articulação microrregional dos municípios rurais, que inclua seu eventual centro urbano e seus municípios ambivalentes, para que possa haver diagnóstico, planejamento, divisão do trabalho e capacidade operacional. (VEIGA, 2002)

No entanto, para alcançar esses objetivos ainda persistem alguns impasses, caracterizados por Veiga (2002, p. 10),

Na falta de um arranjo institucional que ajude consórcios intermunicipais a diagnosticar os principais problemas rurais de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução. Trata-se de encorajar os municípios rurais a se associarem com o objetivo de valorizar o território que compartilham, fornecendo aos consórcios os meios necessários ao desencadeamento do processo. Ou seja, o papel do governo federal deve ser o de estimular iniciativas que no futuro poderão ser autofinanciadas, mas que dificilmente surgirão, ou demorarão muito para surgir, se não houver o indispensável empurrão inicial.

Atualmente percebe-se que são raros os Estados que ainda não intervêm de forma direta no sentido de orientar as transformações da agricultura nos diversos países através de projetos de desenvolvimento. A partir dessa realidade, Veiga (2001) ressalta a idéia já discutida anteriormente de que qualquer estratégia de desenvolvimento rural no Brasil deve, necessariamente, passar pelo fortalecimento da agricultura familiar. Contudo é importante frisar que esta visão defendida pelo autor está embasada na experiência dos países desenvolvidos que fortaleceram suas estruturas sociais agrícolas familiares como pilares, não só do desenvolvimento rural, mas também do seu desenvolvimento integrado, rural e urbano.

Nesse sentido Dufumier (2007, p. 16), ressalta que não resta dúvida que “a agricultura dos países industrializados, cujos governos declaram-se abertamente favoráveis à economia de mercado, ainda está sujeita a numerosas intervenções do Estado, não havendo por esperar algo diferente nos países do terceiro mundo”.

No terceiro mundo, como em toda parte, as intervenções do Estado na esfera agrícola não são motivadas somente pela vontade de orientar as escolhas de produtos ou de processos técnicos, mas visam também à distribuição das riquezas criadas pelos agricultores entre as diversas classes, camadas e categorias sociais que constituem a nação. [...] A questão essencial é saber se as novas rendas proporcionadas pela atividade agrícola correm o risco de serem consumidas, ou se podem, em grande parte, formar uma poupança para os novos investimentos nos outros setores econômicos. (DUFUMIER, 2007, p. 18).

No entanto, é necessário lembrar “que a fragilidade das rendas monetárias pode limitar consideravelmente o poder de compra dos agricultores os quais passam a experimentar sérias dificuldades para terem acesso às mercadorias produzidas nos outros setores da economia”. (DUFUMIER 2007, p. 19),

Conseqüentemente a essa realidade, com menor capacidade de compra de novos meios de produção, bens de consumo, serviços, entre outras mercadorias, o agricultor acaba perdendo seu poder de competitividade, gerando um êxodo rural acelerado, sem que sejam criados suficientes empregos nos centros urbanos, para alocar tanta mão de obra disponível.

Não obstante, na visão de Dufumier (2007), os projetos de desenvolvimento agrícola precisam passar por uma revalorização, no sentido de conceber e propor novas formas de intervenção do Estado, que realmente atendam as exigências, ou as necessidades dos beneficiários.

Essas intervenções, segundo Dufumier (2007, p. 37), devem necessariamente,

[...] levar mais em conta as condições reais em que operam os produtores e outras categorias de agentes envolvidos no desenvolvimento agrícola; respeitar ainda mais a sua autonomia de decisão e liberdade de ação ao conduzirem os seus negócios; intervir com flexibilidade em função de circunstâncias necessariamente evolutivas; acompanhar e avaliar com regularidade os efeitos dessas intervenções no desenvolvimento econômico e sócias; e medir o seu impacto ambiental e a evolução da sociedade no seu conjunto.

Em relação à concepção ou definição dos principais objetivos dos projetos de desenvolvimento objetivos deste trabalho, Dufumier (2007, p. 42), assevera que:

Os projetos de desenvolvimento agrícola caracterizam-se, em primeiro lugar, por ações destinadas a permitir e favorecer a implementação de novos sistemas de produção conforme os objetivos econômicos e sociais estabelecidos. [...] Trata-se essencialmente de: reorientar os sistemas de

cultivo e de criação, visando ao fornecimento de bens e serviços que a sociedade necessita; modificar as técnicas de produção de modo a incrementar a produtividade do trabalho nas unidades produtivas; tornar os agricultores mais competitivos; e aumentar as riquezas pela agricultura, através da renovação das capacidades produtivas dos ecossistemas.

Nesse sentido, um dos principais desafios do trabalho aqui exposto, é contribuir para um reordenamento da atuação dos projetos, atividades e demais ações em prol do desenvolvimento local, com a finalidade de melhorar os resultados da administração e dar maior transparência a aplicação dos recursos públicos do município em foco.

Contudo, quando se discute estratégias de desenvolvimento para municípios rurais, é importante lembrar que as mesmas devem ser resultado da ação articulada do conjunto de diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e na região, para assim, em conjunto fomentar a construção de um projeto estratégico que oriente as suas ações de curto e longo prazo.

Pelo exposto, antes de discutir estratégias de desenvolvimento mais específicas para os diferentes tipos de agricultores identificados no município de Iporã do Oeste, percebe-se a importância de debater algumas questões a respeito dos Conselhos de Desenvolvimento como caminho para uma ação articulada entre sociedade civil e governo, na busca do modelo de desenvolvimento endógeno-local defendido por Veiga (2001), Graziano (1999) entre outros.

A partir de uma maior estabilidade e representatividade dos Conselhos municipais e regionais de desenvolvimento, é possível ampliar seu poder de diálogo e de decisão oferecendo assim, formação e informação constantes aos seus membros, objetivando não só discutir políticas públicas, mas sim criar uma nova cultura baseada em ações voltadas para a construção de objetivos comuns como bem ressaltam Graziano et al. (2001)

- promover o desenvolvimento rural que permita a melhoria das condições de vida, contemplando os aspectos econômicos como também os sociais, culturais e ambientais;
- fortalecer a economia de base familiar e todas as suas formas associativas para expandir a produção, propiciar novos empregos;
- democratizar o acesso à terra, como forma de desconcentrar renda, democratizar as relações sociais e de poder no campo;

- valorizar a multifuncionalidade do espaço rural: a função de produzir bens e serviços (econômica), a função de gestão do meio ambiente (função ecológica) e a função de ator do mundo rural (função social) e a preservação do rural, como um espaço diferenciado de articulação com o meio natural e privilegiado da agricultura como atividade socioeconômica.

Assim, a partir do fortalecimento dos Conselhos de Desenvolvimento é possível, através da participação dos atores no diagnóstico da realidade local, criar estratégias de desenvolvimento que realmente atendam as necessidades da população fomentando assim, o desenvolvimento endógeno-local.

De tal modo, é através desses Conselhos que também é possível criar uma maior articulação microrregional entre os municípios rurais, podendo diagnosticar os principais problemas de suas respectivas microrregiões, planejar ações de desenvolvimento integrado, e captar os recursos necessários à sua execução, proporcionando uma maior capacidade operacional das estratégias e projetos elaborados. (VEIGA, 2002)

Essa proposta de fomento do desenvolvimento local/regional através da criação e consolidação de Conselhos de Desenvolvimento pode ser facilmente compreendida ao se analisar a experiência do Estado do Rio Grande do Sul, que baseou sua proposta de desenvolvimento regional na criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDE's, na tentativa de harmonizar os desequilíbrios existentes entre diversas regiões do seu território.

Esses Conselhos, implantados no Estado Gaúcho, no início da década de 90, trabalham na elaboração e proposição de planos, programas e projetos para o desenvolvimento regional, sendo atualmente caracterizados como maior exemplo de articulação regional focada no desenvolvimento do Estado.

Conforme Bandeira (2004, p. 97),

Sua ação tem consistido principalmente em reivindicar ações governamentais de interesse para as regiões, em cooperar para a organização de ações governamentais relacionadas com a participação da comunidade na elaboração de propostas orçamentárias e em promover discussões em torno dos problemas das áreas onde atuam. Vários COREDE's produziram

documentos com diagnósticos e propostas de ação para a promoção do desenvolvimento regional. Dentre os Conselhos melhor articulados destacam-se aqueles cujo trabalho é apoiado por Universidades existentes nas regiões.

Assim, entende-se que os COREDE's não se constituem em ambientes essencialmente de consensos, mas sim, em espaços públicos abertos, onde através do confronto de idéias e opiniões, possam se construir novos caminhos para uma boa gestão da esfera pública.

Desse modo, as estratégias de desenvolvimento aqui propostas vão estar pautadas nas idéias de Veiga (2001) e Graziano (1999) que embora com ênfases distintas, se aproximam nas questões relativas à formulação de políticas de desenvolvimento rural de forma ascendente, envolvendo a participação dos atores sociais locais e também ao relativo destaque dado ao modelo de desenvolvimento endógeno-local.

4.4 Estratégias no Desenvolvimento Local

As estratégias de desenvolvimento aqui propostas, levaram em conta o estudo detalhado realizado sobre a dinâmica do desenvolvimento da agricultura do município de Iporã do Oeste, objetivando uma melhoria da qualidade de vida dos agricultores com maior dificuldade de reprodução social, principalmente os integrantes das comunidades menos desenvolvidas.

Portanto, a definição dessas estratégias baseou-se principalmente na caracterização e a avaliação técnico-econômica, bem como o conhecimento do entorno socioeconômico dos sistemas produtivos, indispensáveis para identificar as atividades e as técnicas que mais contribuam para um aumento do valor agregado e da renda dos agricultores.

De acordo com Basso et al. (2003, p.84)

A partir da análise da capacidade de reprodução dos diferentes tipos de unidades de produção é possível estabelecer prioridades de pesquisa de alternativas tecnológicas para esses diversos tipos, num esforço para tentar reduzir a intensidade do processo de diferenciação social dos agricultores e

evitar a eliminação daqueles que historicamente enfrentam maiores dificuldades.

Por conseguinte, entende-se que as linhas estratégicas devem ser elaboradas para solucionar a problemática identificada, levando em conta os principais problemas enfrentados pelos agricultores segundo a especificidade e característica de seu tipo.

Segundo Dufumier (2007, p.117) “os projetos devem então ser concebidos de modo a criar as condições que fazem com que a imensa maioria dos agricultores tenha interesse em adotar os sistemas de produção mais condizentes com os objetivos fixados e que, para isso, eles tenham acesso aos recursos”.

É por esse motivo, que é de suma importância a realização da análise-diagnóstico da situação agrária para elaborar linhas estratégicas ou projetos de desenvolvimento agrícola, pois a mesma possibilita segundo Dufumier (2007, p. 117)

A compreensão de todas essas situações, levando-se em consideração que as diversas classes, camadas e categorias sociais geralmente têm recursos e interesses diferentes. A tipologia dos sistemas de produção agrícola pode ajudar contra a tentação de se conceberem intervenções demasiadamente uniformes, sem considerar as heterogeneidades sociais que existem entre os agricultores.

Já no plano tecnológico, os projetos devem ser elaborados visando resolver prioritariamente os problemas técnico-econômicos com os quais os produtores se defrontam crucialmente: reposição da fertilidade dos solos, picos de trabalho, balanço alimentar dos animais, controle de ervas e pragas, etc. Assim, é preciso enfrentar sucessivamente os diversos pontos de estrangulamento que os agricultores enfrentam na condução dos seus sistemas de produção, considerando-se os meios e os conhecimentos técnicos já adquiridos durante suas explorações, bem como as condições agroecológicas (DUFUMIER, 2007).

As técnicas indicadas devem proporcionar um aumento da renda dos agricultores por meio de um acréscimo na produtividade por trabalhador. Contudo, esses ganhos de produtividade, devem ser provenientes do aumento geral da produção e redução dos custos, mas sem desempregar os produtores tornados “excedentes” com a adoção dessas técnicas, pois do ponto de vista da coletividade, é inútil substituir trabalhadores por máquinas

dispendiosas se isso não implicar, prioritariamente, um acréscimo das riquezas produzidas. (DUFUMIER, 2007).

Nesse sentido, a elaboração linhas estratégicas e projetos de desenvolvimento, requer um conhecimento aprofundado sobre a realidade local, para assim promover efetivamente as mudanças técnicas apropriadas para a categoria ou tipo de produtor referido.

Não obstante, o estudo da realidade da agricultura do município de Iporã do Oeste evidencia um intenso processo de diferenciação e exclusão social entre os 11 tipos de agricultores identificados. Conforme a análise comparativa da situação socioeconômica dos tipos de agricultores, explanada no capítulo 4, se por um lado verifica-se a presença de agricultores bem sucedidos, apresentando resultados técnicos e econômicos elevados em seus sistemas de produção, em outro extremo, encontram-se alguns tipos de agricultores que não conseguem se reproduzirem socialmente e, ainda há aqueles que se reproduzem com dificuldade.

Nesse contexto, considerando a diversidade dos tipos de agricultores foram elaboradas linhas estratégicas de desenvolvimento rural na perspectiva de estimular a dinâmica de desenvolvimento local, buscando a partir disso, viabilizar a inclusão produtiva daqueles tipos prioritários a partir da implementação de novas tecnologias (novos tipos de produção); intensificação dos sistemas de produção já existentes; proporcionar melhores condições de crédito para compra de terra para os agricultores com pouca SAU disponível através do programa *crédito fundiário*; e da garantia de emprego e mercado consumidor para o produto, gerando assim, um maior bem-estar da população.

Portanto, a partir da caracterização e da análise técnica-econômica dos tipos de agricultores identificados em Iporã do Oeste, foi possível perceber que existe uma relativa diferença em relação à capacidade de reprodução social entre os diversos tipos. Entre os 11 tipos identificados, todos foram caracterizados como familiares, contudo, dependendo da dinâmica do sistema de produção adotado, ou do tipo de produto produzido, alguns conseguem produzir uma renda per capita maior comparado aos outros.

Observa-se também que a renda per capita (RW) produzida pelos diferentes sistemas de produção situa-se entre R\$ 3.719,40 e R\$ 21.179,18. Neste caso, a menor renda é auferida

pelo tipo F4 (TA- Fumo/Leite), que não consegue atingir o nível de reprodução social nesse sistema de produção, devido á pouca superfície agrícola útil disponível (SAU).

Já o tipo F11 (MI- Aves/Grãos) responsável pela maior renda per capita, consegue facilmente atingir o nível de reprodução social devido ao sistema de produção utilizado que proporciona um alto valor agregado por unidade de área, necessitando assim de pouca SAU, em relação ao sistema praticado pelo tipo F4 (TA- Fumo/Leite).

Dentre os tipos caracterizados no presente trabalho, dois não conseguem atingir o nível de reprodução social, sendo um deles o F4 (TA- Fumo/Leite) já mencionado acima, e o F5 (TA- Fumo/Milho/Leite extensivo) que também não dispõe de área suficiente para manter esse sistema de produção que se apresenta pouco intensivo.

Constata-se também um segundo grupo com 3 tipos que consegue se reproduzir socialmente, mas com dificuldade devido ao sistema de produção adotado ser pouco intensivo, necessitando de mais área. Esse três tipos são: F1 (MI- Milho); F6 (TA- Fumo/Milho) e o F8 (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo).

Já os outros 6 tipos de agricultores obtêm elevadas performances técnicas e econômicas em seus sistemas de produção, atingindo com mais facilidade o nível de reprodução social.

Nesse sentido, as linhas estratégicas serão direcionadas ao grupo 1 e 2, uma vez que o terceiro grupo apresenta uma boa estabilidade econômica e social, mas sem desconsiderar que esses não podem usufruir de estratégias que melhorem ainda mais sua produtividade/rentabilidade.

4.4.1 Linhas estratégicas para os tipos F4 (TA- Fumo/Leite), F5 (TA- Fumo/Milho/Leite extensivo), F1 (MI- Milho); F6 (TA- Fumo/Milho) e o F8 (TA- Fumo/Milho/Leite intensivo).

Para os tipos F4 (TA- Fumo/Leite) e F5 (TA- Fumo/Milho/Leite extensivo), os projetos de intensificação do sistema de produção não são suficientes para viabilizar a reprodução social. Para estes agricultores, há a necessidade de políticas públicas que garantam

prioritariamente o acesso a terra e ao crédito agrícola, uma vez que dispõem somente até 4 ha de superfície agrícola útil por unidade de trabalho familiar e não atendem as exigências de enquadramento do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Uma vez garantindo o acesso a maiores áreas de terra a esses produtores com uma SAU muito restrita, torna-se viável a implantação de projetos de reconversão e intensificação do sistema de produção praticado atualmente, baseado em produções com alto valor agregado por ha, assegurando assim, a reprodução social desses agricultores.

Assim, analisando a produtividade em relação ao valor agregado por hectare alcançado pelos sistemas de produção e criação, identificados entre as diversas unidades de produção estudadas no presente trabalho, pondera-se que as atividades de produção leite, suínos e aves, são as mais intensivas.

Entretanto, no que se refere às estratégias de fomento a avicultura e suinocultura para estes tipos de agricultores, é preciso inicialmente realizar um estudo técnico específico de cada propriedade, para analisar as reais condições de implantação dessas atividades, pois entende-se que elas encerram algumas particularidades que podem restringir sua disseminação, mesmo tendo presente que são atividades de alto valor agregado, necessitando relativamente de pouca área de terra para sua instalação, o que os torna aparentemente uma das melhores alternativas de reconversão dos sistemas de produção dos tipos com maior dificuldade de reprodução social.

Deve-se considerar ainda que esses sistemas de criações, mesmo não necessitando de muita área para sua instalação, carecem de uma maior quantia de área por imposições legais para alocar os dejetos produzidos pelos animais, além de necessitar de grandes quantidades de água potável para sua implementação.

Assim, como a maioria dos tipos que não conseguem atingir o nível de reprodução social são caracterizados pela restrita SAU disponível, se torna praticamente inviável a instalação desses sistemas de criação nessas propriedades. Já a problemática da água, pode até ser resolvida com a instalação de cisternas que armazenam a água da chuva, disponibilizando-a em épocas de seca, ou até mesmo se tornando umas das principais fontes de água para

propriedades com restrito volume disponível. No entanto, essa estratégia se baseia em altos custos, muitas vezes incompatível com a realidade do pequeno agricultor.

Além disso, existem vários outros fatores que demonstram que a atividade da suinocultura, mais do que a avicultura, precisa ser repensada em todo estado de SC, e principalmente na região do extremo oeste catarinense, por ser uma atividade de grande potencial poluidor, devido ao tamanho do rebanho de elevado potencial contaminante do solo, ar e, principalmente, dos recursos hídricos.

Diante dessa problemática o grande desafio resulta na utilização correta desses dejetos produzidos, tratando-os de acordo com os padrões de emissão permitidos pela legislação ambiental em vigor. Uma das estratégias para reverter parte dessa problemática, seria a implantação de biodigestores, alocando de forma correta os dejetos, sem poluir o meio ambiente, além de produzir gás, que poderá servir como parte da fonte de energia consumida na propriedade. No entanto, essa estratégia requer altos investimentos, que normalmente estão acima da capacidade de pagamento do agricultor. Por outro lado, a utilização dos dejetos suínos como nutriente para as plantas e melhoria das condições do solo, também demanda investimentos em captação, armazenagem, transporte e distribuição, nem sempre exequíveis para os pequenos e médios produtores.

Nesse sentido, como os investimentos de adequação ambiental dos empreendimentos de produção de suínos ponderados acima são de elevado custo, é da competência do governo municipal junto com a empresa integradora desse sistema de criação, assumir o compromisso de assegurar medidas de intervenção e de apoio através de subsídios à investimentos para essa adequação, visando assegurar ao produtor um sistema de produção com capacidade de reprodução social, além de auxiliar na melhoria das condições de poluição ambiental, principalmente referente à qualidade da água utilizados no abastecimento público.

Outro viés estratégico, passível de ser subsidiado pelo governo local, é a possibilidade de fomento de cooperativas, com juros de baixo custo a exemplo da COAFIO – criada por uma associação de pequenos produtores, produtores de leite. Essa estratégia pode fortalecer a economia local através da criação de uma pequena usina de laticínios competitiva com o mercado regional, que poderia industrializar esse produto, gerando um valor agregado maior á produção. No entanto, sabe-se que estratégias de desenvolvimento dessa magnitude,

necessitam e exigiriam um estudo de mercado aprofundado, para assim alcançar efetiva prática dos objetivos propostos, através de um projeto que realmente consiga atender as necessidades e as ansiedades dos atores locais.

Outra estratégia seria de investir em produções agroecológicas de hortifrutigrangeiros, para vender tanto na Feira Livre Municipal, como no programa compra direta, já existente que está ligado ao programa nacional *Fome Zero*. Este programa oportuniza a aquisição dos alimentos diretamente dos produtores municipais, pagando preço de mercado para posterior distribuição às escolas como merenda escolar e outros projetos sociais que o município mantêm. Assim poderia ser formado uma cooperativa de agricultores especializados nesses tipos de produto com garantia de colocação no mercado.

No entanto, sabe-se que a criação de um programa municipal de desenvolvimento que atenda a maioria das necessidades dos diversos tipos de agricultores presentes no município não é uma tarefa de fácil solução, mas também não impossível, pois existem exemplos de outros municípios que já alcançaram uma gradativa melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes através da criação de programas de fomento a agroindústria local.

Um dos exemplos dessa realidade é o município de Crissiumal, localizado na região Noroeste Colonial, às margens do Rio Uruguai, inserido na Microrregião Celeiro do Estado do Rio Grande do Sul. Após a segunda metade da década passada, a administração do município, começou a analisar a situação local, a qual apresentava um alto grau de dependência alimentar para 75 produtos dos 84 pesquisados, sendo apenas nove alimentos produzidos com auto-suficiência.

Diante disso, constatando a ineficiência das políticas públicas; assistência técnica inadequada e modelos de desenvolvimento não compatíveis com este setor, - as quais colocavam os agricultores em situação de “abandono”, e exclusão socioeconômica, - lideranças municipais se mobilizam com a finalidade de implantar um programa de desenvolvimento capaz de agregar o saber fazer com as demandas por meio dos recursos humanos, culturais, sociais e ambientais existentes. (SCHIMANOSKI, 2007).

Deste Fonte Nova, de Crissiumal, baseado na consolidação de dezenas de pequenas e médias agroindústrias, gerando uma nova alternativa econômica por meio de alteração da matriz produtiva. modo, no ano de 1998 foi criado

o Programa Municipal de Desenvolvimento Agroindustrial Pacto Destinada aos pequenos proprietários rurais, o programa visa fortalecer a economia local com a produção de alimentos e produtos até então trazidos de outros municípios e regiões. (SCHIMANOSKI, 2007, p. 35).

Não obstante, esse programa de desenvolvimento municipal foi implantado através de acordos firmados entre produtores, comerciantes e consumidores, com apoio do poder público e privado, sendo que sua coordenação e execução são desenvolvidas pela gestão municipal em conjunto com várias entidades ligadas ao Pacto Fonte Nova, objetivando assim

[...]a inserção do produtor rural (pequeno e médio) no processo produtivo com incentivo à produção e ao processamento de produtos “*in natura*” de origem animal e vegetal, assim como em outras atividades industriais afins; agregar maior valor à produção, aumentar a renda familiar e geração de empregos. (MUNICÍPIO DE CRISSIUMAL, 2000, p. 1, apud SCHIMANOSKI, 2007, p. 36).

Já no ano de 2002, com a efetivação do programa Pacto Fonte Nova, criou-se a COOPER FONTE NOVA - Cooperativa das Atividades Agroindustriais e Artesanais do Pacto Fonte Nova Ltda, com objetivo de facilitar a comercialização dos produtos locais, respondendo como pessoa jurídica aos associados. Além disso, também foi adquirida a marca Fonte Nova (selo de qualidade) com o objetivo de facilitar a identificação do produto e ao mesmo tempo assegurar a qualidade ao consumidor, tornando-o mais competitivo e reconhecido no comércio local e regional. (SCHIMANOSKI, 2007).

A partir dessa realidade, pondera-se ser possível instigar o governo local a instituir um Conselho de Desenvolvimento municipal atuante, ao qual competiria a função de criar um programa de desenvolvimento, baseado em estratégias que possam auxiliar na promoção da inclusão social dos diversos tipos de agricultores existentes no município, mas principalmente aqueles que têm maior dificuldade de reprodução social.

Portanto, uma das metas desse programa de desenvolvimento local, deverá estar baseada em estratégias de fortalecimento da cooperativa de agricultores familiares (COAFIO) já atuante no município de Iporã do Oeste, além de estimular a formação de outras cooperativas, baseadas na produção de alimentos de base agroecológica, para abastecer o mercado local/regional e até mesmo para o programa compra direta já existente no município, além de estimular a abertura de pequenas agroindústrias locais.

Assim sendo, através da criação de novas agroindústrias e cooperativas locais, além de fortalecer as já existentes, é possível agregar maior valor a produção agrícola, meta essa alcançada pela maior quantidade de produto produzido e a redução dos custos de produção, além de ser possível pensar na agroindustrialização artesanal de alguns alimentos, podendo assim, gerar renda e emprego por intermédio de um processo de participação e de igualdade social, bem como fomentar o acesso às tecnologias, à assistência técnica especializada, ao crédito e à garantia de mercado e comercialização de seus produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da dinâmica agrária do município de Iporã do Oeste – SC evidencia um processo de desenvolvimento desigual que tem por resultado a evidência de distintos tipos de agricultores, fruto de um processo evolutivo, caracterizado por períodos de desenvolvimento e crises, simultaneamente.

Neste universo, dos 11 tipos identificados, dois não conseguem atingir o nível de reprodução social, e três tipos conseguem se reproduzir socialmente, mas com muita dificuldade, em razão da insuficiente área útil disponível, combinada com sistemas de produção que apresentam baixos índices de valor agregado por unidade de área.

Essa diferenciação pode ser explicada principalmente através das desigualdades de meio físico e socioeconômico iniciais dos agricultores, somadas a outras suplementares, acumuladas ao longo de suas trajetórias de evolução. Durante o período caracterizado como agricultura colonial, alguns agricultores que baseavam sua produção no sistema milho-suíno, conseguiram acumular uma renda suficiente para aumentar sua superfície agrícola. O fato de possuírem maior área de terra, oportunizou acesso a crédito subsidiado facilitado, possibilitando aquisição de equipamentos agrícolas e transição mais rápida para sistemas de produção com maior valor agregado (aves, suínos e produção de leite mais intensiva), enquanto aqueles com áreas menores foram condicionados a prática de sistemas de produção com tração animal ou com contratação de serviços de mecanização de terceiros, baseados na produção de milho, fumo, leite em pequena quantidade, além dos produtos de subsistência.

Foram identificadas através da leitura da paisagem, quatro regiões distintas no município, as quais caracterizam-se principalmente pelas diferenças em relação ao meio físico (relevo, tipo de solo) combinadas com as diferenças socioeconômicas dos agricultores.

Duas destas compreendem, na sua maioria, agricultores com maior facilidade de reprodução social. A primeira, caracterizada como “agricultura familiar mecanizada”, apresenta um relevo mais plano, de solo vermelho, profundo e fértil, facilitando assim a mecanização agrícola. A maior quantidade de área útil, passível de mecanização, ainda que

incompleta, possibilitou a condução de sistemas de produção com cultivo de grãos e bovinocultura leiteira. Não obstante, também existem outras atividades menos exploradas como produção de fumo, soja, suínos e aves, além de uma pequena agroindústria familiar de derivados de cana-de-açúcar.

Já a região caracterizada como “agricultura familiar de produção animal intensiva”, também é constituída essencialmente por agricultores com facilidade de reprodução social. No entanto, essa realidade não pode ser explicada somente pelos determinantes físicos, já que o relevo é mais acentuado, mas também, pelo sistema de produção e o tipo de atividade desenvolvida. Como o próprio nome já expõe, é uma região especializada na produção intensiva de animais que apresentam alto valor agregado por hectare (suínos e aves), associada a outras atividades (leite, milho) com menor participação na renda agrícola.

Uma terceira região caracterizada como “agricultura familiar diversificada” é composta por vários tipos de agricultores, na grande maioria com maiores dificuldades de reprodução do que nas duas regiões citadas acima. Essa região tem um relevo bastante acidentado abrigando uma intensa rede de drenagem, com arroios e lajedos e apresenta um solo bastante pedregoso comparado com as outras duas regiões mais capitalizadas.

A quarta região, denominada de “agricultura familiar descapitalizada” compreende a região mais periférica do município, constituída essencialmente por agricultores menos capitalizados ou em processo de descapitalização, caracterizados por adotarem sistemas de cultivo e criação menos intensivos, devido à maior dificuldade de acesso aos insumos agrícolas e assistência técnica efetiva, além de possuir pequenas quantidades de área útil, pois o relevo é bastante acidentado e pedregoso comparado às outras regiões, dificultando a mecanização agrícola. As atividades mais desenvolvidas nessa região é o fumo, com maior valor agregado, produção leiteira e milho.

Assim, observa-se que a concentração dos recursos produtivos nas mãos dos tipos de agricultores com maior facilidade de reprodução social, caracterizados por adotarem sistemas de produção intensivos, principalmente suínos e aves, se reflete na ampliação das desigualdades entre os diversos tipos de agricultores, submetendo muitos à exclusão social e econômica. Diante dessa realidade, muitos desses agricultores, principalmente jovens,

abandonam a agricultura em busca de melhor qualidade de vida em centros urbanos maiores, mas que nem sempre é encontrada.

Diante desse quadro, é notório que os projetos de desenvolvimento para o município deverão levar em conta todos os aspectos relativos à dinâmica agrária local, para assim, atuar diretamente nos principais entraves do processo de desenvolvimento local sustentável.

Por conseguinte, os agricultores que não atingem o nível de reprodução social deveriam ser considerados prioritários na elaboração de linhas e projetos estratégicos de desenvolvimento rural. Para esses tipos, os projetos deverão estar baseados em políticas públicas que garantam prioritariamente o acesso a terra e ao crédito agrícola, pois os projetos de intensificação do sistema de produção não são suficientes para viabilizar a reprodução social, devido à insuficiente superfície agrícola útil disponível.

Além da garantia de acesso a terra e ao crédito agrícola, esses agricultores também tem a necessidade e o direito de ter um acompanhamento técnico especializado para auxiliar no processo de intensificação ou conversão dos sistemas de produção atuais, para que essas mudanças se transformem efetivamente num processo de desenvolvimento incluyente com mais equidade.

Para os agricultores que dispõem de uma área agrícola útil suficiente para garantir sua reprodução social a intensificação dos sistemas de produção é o principal eixo estratégico proposto, salientando-se que esta intensificação não deve necessariamente estar pautada no aumento do uso de insumos e equipamentos de origem industrial e sim, em estratégias adequadas, em consonância com os pressupostos da sustentabilidade.

Não obstante, é importante salientar que as soluções técnicas propostas nos projetos de desenvolvimento, deverão estar baseadas numa profunda compreensão da realidade local e contemplar a diversidade de oportunidades, criando estratégias de desenvolvimento que realmente atendam as necessidades da população fomentando assim, o desenvolvimento endógeno-local. Para tanto, é necessário estimular os agentes locais a serem os protagonistas do processo de desenvolvimento, a partir da efetiva participação nas escolhas, o que poderia ser assegurado pela implantação de um Conselho de Desenvolvimento Local, que poderia também representar um importante papel de articulação microrregional.

Outra questão que deve ser ressaltada é a questão do espírito cooperativista entre os agricultores. Esse objetivo pode ser alcançado através do fomento das pequenas cooperativas já existentes no município, além de criar outras, cuja finalidade é o fortalecimento do pequeno agricultor através do aumento do valor agregado na produção e posterior venda do produto.

Assim, a partir das linhas estratégicas propostas nesse trabalho, objetiva-se auxiliar a administração local a criar projetos de desenvolvimento que ao considerar a diversidade existente, efetivamente atendam as necessidades da população local, proporcionando uma melhor qualidade de vida através do desenvolvimento equitativo municipal.

BIBLIOGRAFIA

BASSO, David; DELGADO, Nelson G.; SILVA NETO, Benedito. O estudo de Trajetórias de Desenvolvimento rural. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n.1, p. 73-105, jan.-jun. 2003.

BANDEIRA, Pedro Silveira. “Universidades, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional”. In: PERIN, Zeferino. (org.) **Desenvolvimento regional: um novo paradigma em construção**. Erechim, RS: EdiFAPES, 2004, p. 73-106.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1999.

COSTABEBER, José Antonio e CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Texto base da palestra proferida pelo primeiro autor durante o “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, realizado no Auditório do Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Tradução de Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.

FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros; SILVA, Ana Paula. Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil: Um Guia Prático para as comunidades do Semi-Árido Nordestino, 2004. Acessado dia 17/09/2008 em: [Oliveirahttp://proasne.net/desenvolvimentosustentavel.html](http://proasne.net/desenvolvimentosustentavel.html)

GARCIA FILHO D. P. **Guia Metodológico Diagnóstico dos Sistemas Agrários**. INCRA/FAO, 1999.

GRAZIANO DA SILVA J. **O novo rural Brasileiro**. Campinas, Instituto de Economia Agrícola, 1999.

IBGE - **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002 e 2004**, disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>

LIMA, Arlindo J. P. de. et al. **Administração da Unidade de Produção Familiar: Modalidades de Trabalho com Agricultores**. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MATOS, A.G. de et al. **Diretrizes de política para o desenvolvimento rural. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura familiar como vetor estratégico do desenvolvimento rural**. Brasília/Recife: Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, NEAD/IICA, 1998.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. Lisboa: PIAGET, 2001.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou Economia Política da Sustentabilidade** *apud* MAY, Peter H. LUSTOSA, Maria Cecília e VINHA, Valéria da; organizadores. Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SCHIMANOSKI, Vanderléa Michael. **Programa de desenvolvimento agroindustrial Pacto Fonte Nova: contribuição para segurança alimentar e qualidade de vida**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento - Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável, Ijuí: UNIJUI, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; Editora SCHWARCZ LTA, 2004.

SILVA NETO, Benedito. (Coord.) **Avaliação e Caracterização Sócio-econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Ijuí: UNIJUI, 2002. Relatório de pesquisa.

SILVA NETO, B. BASSO, D. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Análise e recomendações de políticas**. Editora UNIJUI. Ijuí, 2005.

SILVA NETO, Benedito. **Complexidade e Desenvolvimento**, *apud* Desenvolvimento em Questão: revista do programa de pós-graduação em desenvolvimento/ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí, Editora Unijuí, 2004.

SILVA NETO, Benedito. **Sistemas dissipativos, complexidade e desenvolvimento sustentável**. Parte 2: Aspectos teóricos e metodológicos. Editora Unijuí, 2006.

TINOCO, S.T.J. **Conceituação de agricultura familiar: uma revisão bibliográfica**. 2008. Artigo em hipertexto disponível em: http://www.infobibos.com/Artigos/2008_4/AgricFamiliar/index.htm. Acesso em: 7/12/2008

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Rural: o Brasil precisa de um projeto**. Mimeo, 1998.

VEIGA, José Eli da. *Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural* in: Desenvolvimento em Debate (vol. II), org. Ana Célia Castro, Rio de Janeiro: Ed. Mauad/BNDES, 2002, pp. 383-409. Acessado em 20/10/2008 em: www.econ.fea.usp.br/zeeli/

VEIGA, J. E.; FAVARETO, A.; AZEVEDO, C.M.A.; BITTENCOURT, G.; VECCHIATTI, K.; MAGALHÃES, R.; JORGE, R. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE-IICA(MDA/CNDRS/NEAD), 2001, 107 p. Disponível em: [em: http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112](http://www.nead.org.br/index.php?acao=bibliotecapublicacaoID=112). Acessado em 22 de dezembro de 2008 .

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)